

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 487, DE 2021

(Do Poder Executivo)

MSC 395/2021

OF 702/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.842, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mocóca, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.951, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária Oliveirense de Radiodifusão, no município de Oliveira - MG;
- 2 - Portaria nº 2.962, de 12 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Nova Era de Radiodifusão, no município de Boa Esperança - MG;
- 3 - Portaria nº 3.596, de 19 de agosto de 2015 - Associação Local de Obras Assistenciais, no município de Ferraz de Vasconcelos - SP;
- 4 - Portaria nº 4.375, de 22 de setembro de 2015 - Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério, no município de Dom Silvério - MG;
- 5 - Portaria nº 4.684, de 1º de dezembro de 2015 - Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande, no município de Cabeceira Grande - MG;
- 6 - Portaria nº 6.314, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Prestadora de Serviço à Comunidade Ibiaense - ASPIA, no município de Ibiá - MG;
- 7 - Portaria nº 83, de 1º de fevereiro de 2016 - Serviço de Assistência Social - SAS, no município de Conselheiro Pena - MG;
- 8 - Portaria nº 121, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cidadã “Nossa Senhora Aparecida” - Teodoro Sampaio-SP, no município de Teodoro Sampaio - SP;
- 9 - Portaria nº 122, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cultural Rural da Imagem e do Som de Lagamar - ASSRISL, no município de Lagamar - MG;
- 10 - Portaria nº 521, de 9 de maio de 2016 - Ação Social Comunitária de Capim Branco - ASCOCAB, no município de Capim Branco - MG;
- 11 - Portaria nº 761, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Comunitária Ilha FM, no município de Pariqueira-Açu - SP;
- 12 - Portaria nº 766, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão Alto do Rio Grande, no município de Piedade do Rio Grande - MG;
- 13 - Portaria nº 1.830, de 9 de maio de 2016 - Associação de Comunicação e Cultura Liberdade, no município de Jaíba - MG;
- 14 - Portaria nº 1.836, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense, no município de Cristina - MG;
- 15 - Portaria nº 1.838, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Comunicação de Paranaiguara, no município de Paranaiguara - GO;
- 16 - Portaria nº 1.098, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Nova Aurora, no município de Mundo Novo - GO;

- 17 - Portaria nº 1.829, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Comunitária de Pedreiras, no município de Pedreiras - MA;
- 18 - Portaria nº 1.839, de 7 de junho de 2017 - Associação Bocaiuvense Pela Cidadania ABC, no município de Bocaiuva - MG;
- 19 - Portaria nº 1.842, de 7 de junho de 2017 - Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, no município de Mocóca - SP;
- 20 - Portaria nº 1.929, de 7 de junho de 2017 - Associação de Rádio Comunicação Comunitária Lafaiete, no município de Conselheiro Lafaiete - MG;
- 21 - Portaria nº 1.988, de 7 de junho de 2017 - Rádio Comunitária de Santo Antônio do Descoberto FM, no município de Santo Antônio do Descoberto - GO;
- 22 - Portaria nº 3.050, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária da Rádio Alternativa FM, no município de Barra do Corda - MA;
- 23 - Portaria nº 1.423, de 22 de março de 2018 - Associação Novaresendense de Difusão e Apoio - ANDA, no município de Nova Resende - MG;
- 24 - Portaria nº 5.590, de 8 de novembro de 2018 - Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rádio e TV de Luminárias, no município de Luminárias - MG;
- 25 - Portaria nº 6.637, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Monte Verde, no município de Camanducaia - MG;
- 26 - Portaria nº 6.638, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Cultural Comunitária de Belo Oriente, no município de Belo Oriente - MG;
- 27 - Portaria nº 7.149, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Mensageiros da Paz de Iepê, no município de Iepê - SP;
- 28 - Portaria nº 7.227, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural e Artístico "Joaquim Pereira Cruz", no município de Conquista - MG;
- 29 - Portaria nº 7.230, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Beneficente Universo (Acobeu), no município de Caratinga - MG; e
- 30 - Portaria nº 136, de 24 de julho de 2020 - Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas, no município de Bonfinópolis de Minas - MG.

Brasília, 11 de agosto de 2021.

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.036553/2012-17, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, inscrita no CNPJ nº 02.896.525/0001-82, explore pelo prazo de dez anos a partir de 09 de agosto de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mocóca, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5645/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1842, de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1842/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036553/2012-17 e nº 53830.000160/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mocóca/ SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1788314** e o código CRC **1182E869**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 702/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.951, 2.962, 3.596, 4.375, 4.684 e 6.314, de 2015; 83, 121, 122, 521, 761, 766, 1.830, 1.836 e 1.838, de 2016; 1.098, 1.829, 1.839, 1.842, 1.929, 1.988 e 3.050, de 2017; 1.423, 5.590, 6.637, 6.638, 7.149, 7.227 e 7.230; de 2018; e 136, de 2020.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
53000.046516/2011-28

SEI nº 2797780

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37108/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.036553/2012-17.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4701112** e o código CRC **7CAB9FAB**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.036553/2012-17

(Processo de Outorga nº 53830.000160/1999)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCEV**, sediada na localidade de **Mocóca / SP**, tem validade até 09/08/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 26 de setembro de 2012.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

53830.000160/99

LDE



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO
DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 036553/2012-17
SEAPA/SCE
02/08/2012-08:33

A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV, inscrita no CNPJ sob o nº 02.896.525/0001-82 com sede na Rua Alcides Zanchi, nº 50, na cidade de Mocóca, Estado de São Paulo, CEP 13732-508, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída, e devidamente autorizada conforme Portaria nº 150 datada de 25/04/2000 e Decreto Legislativo nº 187 publicado no Diário Oficial da União datado de 09/08/2002, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bcm como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Mocóca. - SP, 27 de julho de 2012.

José Aparecido Lopes de Siqueira
Presidente

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 036553/2012-17
SEAPA/SCE
02/08/2012-08:34

Nome do representante da entidade: José Aparecido Lopes de Siqueira
CPF: 050825788-39



SBCOM



DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

.....(José Aparecido Lopes de Siqueira).....

Presidente
CPF nº 050825788-39

Endereço para correspondência : Rua Alcides Zanchi, nº 50, na cidade de Mocóca,
Estado de São Paulo, CEP 13732-508

Telefone para contato: (019) 3665-2157.

Correio eletrônico (e-mail) luizbrazmariano@hotmail.com.



DECLARAÇÃO

Eu, José Aparecido Lopes de Siqueira, representante legal da Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCEV, vem respeitosamente à presença de V. Exa. declarar que a emissora Rádio Esperança e Vida FM, mantida pela associação, encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Mocóca - SP, 27 de Julho de 2012.

José Aparecido Lopes de Siqueira
Presidente
CPF : 050825788-39



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUN.CULT.ESPERANCA E
VIDA-ACCEV
CNPJ: 02.896.525/0001-82

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:54:33 do dia 25/07/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/08/2012.

Certidão expedida gratuitamente.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

| | | | |
|--|---|---|---------------------------------------|
|  | | REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | |
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.896.625/0001-82 | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | DATA DE ABERTURA 14/12/1998 |
| MATRIZ | | | |
| NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA CULTURAL ESPERANCA E VIDA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACCCEV | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA | | | |
| LOGRADOURO R ALCIDES ZANCHI | | NÚMERO 60 | COMPLEMENTO |
| CEP 13.732-608 | BAIRRO/DISTRITO JARDIM ALVORADA | MUNICÍPIO MOCOCA | UF SP |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/12/1998 | |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 27/07/2012 às 15:17:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

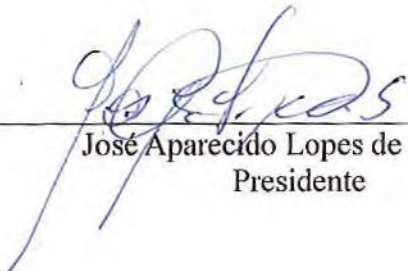
© Copyright Receita Federal do Brasil - 27/07/2012

Declaração

Eu, José Aparecido Lopes de Siqueira CPF: 050825788-39 / RG 20743734-8, na qualidade de representante legal da ACCCEV, (ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA), inscrita no CNPJ sob o nº 02.896.525/0001-82 com sede na Rua Alcides Zanchi, nº 50, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo, CEP 13732-508, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída, e devidamente autorizada conforme Portaria nº 150 datada de 25/04/2000 e Decreto Legislativo nº 187 publicado no Diário Oficial da União datado de 09/08/2002, declaro para os devidos fins que; no que se refere ao estatuto civil de fundação desta entidade, não houve alterações desde sua fundação.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Mococa-SP, 27 de julho de 2012.



José Aparecido Lopes de Siqueira
Presidente

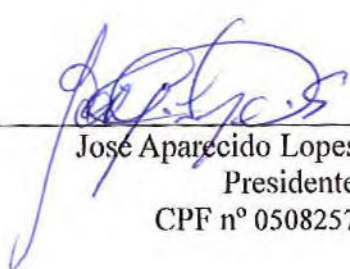


DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Eu, José Aparecido Lopes de Siqueira, na qualidade de representante legal da **Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCEV**, declaro para os devidos fins que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Mocóca - SP, 27 de julho.



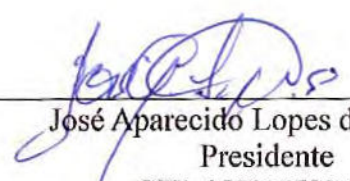
José Aparecido Lopes de Siqueira
Presidente
CPF nº 050825788-39



DECLARAÇÃO

Eu, José Aparecido Lopes de Siqueira, na qualidade de representante legal da Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCEV, vem respeitosamente à presença de V. Exa. declarar que é a responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, da Rádio Esperança e Vida FM na localidade de Mocóca - SP.

Mocóca – SP, 27 de julho de 2012.



José Aparecido Lopes de Siqueira
Presidente
CPF :050825788-39

Registrado

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ACCCEV



Aos vinte dias do mês de janeiro de ano de dois mil e oito (20/01/2008), às 19:30 horas na rua Alcides Zanchi, 50 Jd. Alvorada – Mococa-SP reuniram-se os membros associados à ACCCEV para a Assembléia Geral Anual, determinada em estatuto, contando com a presença mínima necessária para sua execução, com os seguintes assuntos para a reunião:

1. Balanço geral referente ao exercício de 2007
2. Ações a serem executadas no ano de 2008
3. Eleição dos novos membros da diretoria executiva
4. Eleição dos novos membros do conselho fiscal
5. Indicação dos novos membros do conselho comunitário

Começada a reunião presidida pelo Sr. Presidente Antonio José Batista o qual convidou a mim, José Roberto Eduardo 1º secretário, para realizar os trabalhos de secretário durante a reunião. Primeiramente foi apresentado para análise o balanço referente ao exercício de 2007, o qual teve a aprovação de todos. Em seguida, foi colocado em pauta as ações para o ano de 2008, que também foram aprovadas por unanimidade.

Referente as eleições previstas para esta reunião, os candidatos se organizaram em chapa única, a saber:

Diretoria Executiva:

- **Presidente:** José Aparecido Lopes de Siqueira, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Dr. Bahia, 99 – V. Santa Rosa – Mococa-SP, portador do RG 20743734-8 / CPF 050825788-39

- **Vice Presidente:** Maria de Lourdes dos Santos Paganote, brasileira, casada, diarista, residente e domiciliada à Rua Antonio Lima Figueiredo, 96 Cohab I – Mococa-SP, portadora do RG 7952589-1 / CPF 120493728-17

- **Secretário Geral:** Gilmar, brasileiro, casado, Porteiro/vigilante, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, 96 V. Santa Rosa – Mococa-SP, portadora do RG / CPF

- **2º Secretário:** Claudia Gomes Farias, brasileira, casada, balconista, residente e domiciliada à Rua Luis Gomes de Farias, 23 Jd São José – Mococa-SP, portadora do RG 34027003-2 / CPF 274771358-00

- **Tesoureiro Geral:** Eduardo Farias, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Luis Gomes de Farias, 23 Jd São José – Mococa-SP, portador do RG 40466641-3 / CPF 287179808-79

- **2º Tesoureiro:** Regina dos Santos Siqueira, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada à Rua Bahia, 902 V. Santa Rosa – Mococa-SP, portadora do RG 35218593-4 / CPF 298651046-57

Conselho Fiscal:

Ana Maria Ferreira da Silva, brasileira, casada, funcionária pública municipal, residente e domiciliada à Rua Candido Trilho, 542 Jd Alvorada – Mococa-SP, portadora do RG 16421433 / CPF 06880895859

Luis Carlos Lopes, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Dr. José de Souza e Silva, 99 – Jd. São Domingos – Mococa-SP, portador do RG 11213238 / CPF 71849238804

Antonio José Batista, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente e domiciliado à Rua Raul Garib, 645 Jd. Alvorada – Mococa-SP, Portador do RG 15.926.992-1 / CPF 041.203.218-00

A diretoria acima mencionada foi aprovada por unanimidade pelos presentes e imediatamente empossada.

Após agradecimentos da parte dos membros da nova diretoria, o presidente Sr. José Lopes de Siqueira com aprovação dos demais membros da diretoria, indicou aos presentes os novos membros para composição do Conselho Comunitário, à saber:

Conselho Comunitário:

Marcos Aurélio Scovini, representante do bairro Jardim Alvorada
RG 43217472-2 / CPF 347841978-69

João Carlos de Melo, representante do Bairro Cohab I
RG 13991731 CPF 963240238-34

Maria Sueli da Silva, representante do bairro Projeto Cem
RG 8276798-9 CPF 163216108-79

Adriana Esteter Ferreira, representante do bairro Cecap I
RG 29298463-7 / CPF 259388998-55

Andréa Matias Oliveira, representante do bairro Cecap II
RG 32691418-3 / CPF 284351318-90

O conselho comunitário foi aprovado por todos, haja vistas que, todos os bairros dentro da área de abrangência da ACCCEV foram devidamente representados.



DOCUMENTO MICROFILMADO
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA

Não tendo mais nada a ser tratado, o Sr. Presidente José Aparecido Lopes de Siqueira, agradeceu a presença e bem como a participação de todos, no que diz respeito as deliberações tomadas nesta reunião, e pediu a mim Gilmar dos Santos Pózzer, 1º secretário que tudo lavrasse em Ata para posterior leitura e aprovação da diretoria.




Presidente


Secretário

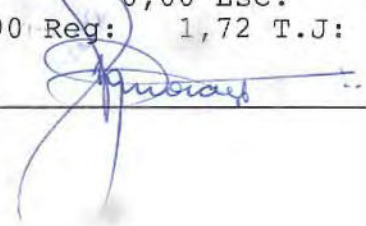

Tesoureiro

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA
PROTOCOLADO SOB Nº: 3221

MICROFILMADO/REG. 1.973

VALOR BASE: 0,00 Esc: 32,78 Est: 9,32

Car: 6,90 Reg: 1,72 T.J: 1,72 Dil: 0,00

31/07/2012  TOTAL: 52,44

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E ANEXOS DE MOCOCA
BEL. LUIZ SÉRGIO BOARATI
Oficial
MARIA IMACULADA DE M. MIQUELIN
Substituta do Oficial
SANDRA MARIA CHIQUEIRO MELCHIADES
Escrevente
MOCOCA - ESTADO DE SÃO PAULO

Registrado

2001.12

Ata da acceev



Ata da reunião extraordinária da ACCCEV (Associação de Comunicação Comunitária e Cultural Esperança e Vida).

Aos vinte dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e doze (20/01/12) reuniram-se membros e diretoria da ACCEV em número suficiente conforme prevê o estatuto. A reunião foi realizada na sede da ACCCEV situada a Rua Alcides Zanchi, nº 50 – Jardim Alvorada Mococa-SP.

O presidente Sr. José Siqueira iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e, dizendo que o motivo da convocação para assembleia extraordinária é a eleição para nova diretoria, conforme anunciado e devidamente anotado em ata da ultima assembleia realizada em 20/01/12.

Foram apresentados os nomes de candidatos em chapa única para eleição, a saber :

- Presidente : José Aparecido Lopes de Siqueira, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Dr. Bahia, 99 – V. Santa Rosa – Mococa-SP, portador do RG 20743734-8 / CPF 050825788-39

- Vice Presidente : Maria de Lourdes dos Santos Paganote, brasileira, casada, diarista, residente e domiciliada à Rua Antonio Lima Figueiredo, 96 Cohab I – Mococa-SP, portadora do RG 7952589-1 / CPF 120493728-17

- Secretário Geral : Gilmar dos Santos Pózzzer, brasileiro, casado, Operador de balança em usina, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, 96 V. Santa Rosa – Mococa-SP, portador do RG 34933905-3 / CPF 309015678-41

- 2º Secretário : Claudia Gomes Farias, brasileira, casada, balconista, residente e domiciliada à Rua Luis Gomes de Farias, 23 Jd São José – Mococa-SP, portadora do RG 34027003-2 / CPF 274771358-00

- Tesoureiro Geral : Eduardo Farias, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Luis Gomes de Farias, 23 Jd São José – Mococa-SP, portador do RG 40466641-3 / CPF 287179808-79

- 2º Tesoureiro : Regina dos Santos Siqueira, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada à Rua Bahia, 902 V. Santa Rosa – Mococa-SP, portadora do RG 35218593-4 / CPF 298651046-57

Conselho Fiscal:

Ana Maria Ferreira da Silva, brasileira, casada, funcionária pública municipal, residente e domiciliada à Rua Candido Trilho, 542 Jd Alvorada – Mococa-SP, portadora do RG 16421433 / CPF 06880895859

Luis Carlos Lopes, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Dr. José de Souza e Silva, 99 – Jd. São Domingos – Mococa-SP, portador do RG 11213238 / CPF 71849238804

Antonio José Batista, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente e domiciliado à Rua Raul Garib, 645 Jd. Alvorada – Mococa-SP, Portador do RG 15.926.992-1 / CPF 041.203.218-00

A diretoria acima mencionada em única chapa foi aprovada por unanimidade pelos presentes e imediatamente empossada.

Após agradecimentos da parte dos membros da nova diretoria, o presidente Sr. José Aparecido Lopes de Siqueira com aprovação dos demais membros da diretoria, indicou aos presentes os novos membros para composição do Conselho Comunitário, à saber:

DOCUMENTO MICROFILMADO
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA



RenatConselho Comunitário:

- Sr. Gilson Dias, CPF 137439468-82 / RG 21660377 representante da ADECON (Associação de Defesa aos Direitos do Consumidor)

- Sra. Beatriz Scarparo Maciel, CPF 966748658-34 / RG 6792000-7 - representante da Associação Arco Íris (entidade que trabalha com apoio a portadores de câncer)


- Sr. Valdir Maziero, CPF 866057208-49 / RG 8170345 representante da escola APAE de Mococa

- Sr. Tiago Chagas de Andrade, CPF 304420278-77 / RG 33146195x - representante do Lions Club


- Sr. Renato Naves da Silva, CPF 091998858-08 / RG 19986000-8 - Representante do Grupo AA – Alcolicos Anônimos

O Conselho Comunitário foi aceito e aprovado por todos.

Não tendo mais nenhum assunto a ser tratado o presidente Sr. José Siqueira agradeceu a presença de todos, e encerrou a reunião Pedindo a mim, Gilmar dos Santos Pózzer 1º secretário que, redigisse essa Ata que Após lida e aprovada será assinada.


Presidente


Secretário


Tesoureiro



RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV

Em atendimento ao subitem 21.4.1. da Norma 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462 de 14/10/2011, publicada no Diário Oficial de 18/10/2011, reuniram-se os representantes do Conselho Comunitário, abaixo relacionados, em 21/01/2012, às 19:30 horas, na Rua Alcides Zanchi, n.º 50, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo, com a finalidade de avaliar a programação da emissora "Rádio Esperança e Vida FM", conforme a grade abaixo descrita:

Segunda a sexta-feira

6:00 horas - Santo terço +
6:30 horas - Manhã sertaneja /
8:00 horas - Manhã musical /
10:00 horas - Meditação do Evangelho +
10:30 horas - Musical nacional /
11:00 horas - Espaço reservado às entidades locais /
12:00 horas - Jornal do meio dia /
13:00 horas - Programa de bem com a vida /
15:00 horas - Terço da Misericórdia +
16:00 horas - Tarde musical /
18:00 horas - Terço Mariano +
19:00 horas - Voz do Brasil /
20:00 horas - Espaço aberto às entidades locais /
22:00 horas - Programa músicas que eternizam /
24:00 horas - Encerramento

Sábado

6:00 horas - Terço Mariano +
7:00 horas - Manhã sertaneja /
8:00 horas - Programa é hora das crianças /
10:00 horas - Programa de bem com a vida /
13:00 horas - Programa clube da amizade /
15:00 horas - Terço da Misericórdia +
16:00 horas - Programa é hora da juventude /
18:00 horas - Terço Mariano +
19:00 horas - Programa músicas que eternizam /
24:00 horas - Encerramento


Domingo

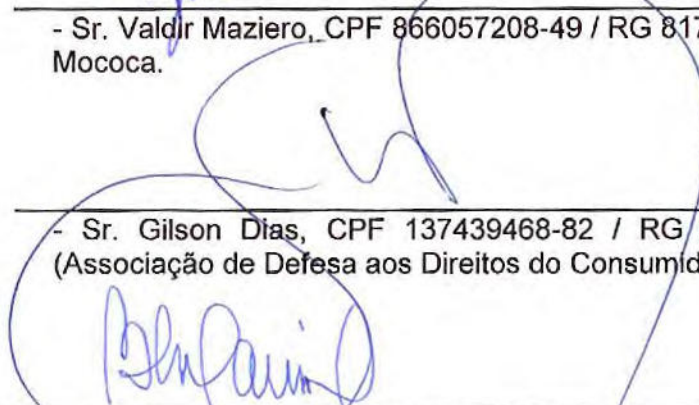
6:00 horas - Terço Mariano +
7:00 horas - Manhã sertaneja /
8:00 horas - Espaço cultural /
10:00 horas - Programa mais que amigos /
12:00 horas - Programa em sintonia com a Fé +
16:00 horas - Especial musical /
18:00 horas - Terço Mariano +
19:00 horas - Programa músicas que eternizam /
24:00 horas - Encerramento

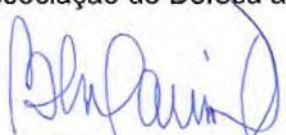



Após discussão e análise e da grade supracitada, constatamos que, com fulcro no artigo 4º da Lei 9612, a mesma está em conformidade com a Legislação vigente, e cumpre seu papel de como instrumento de comunicação comunitária na localidade.

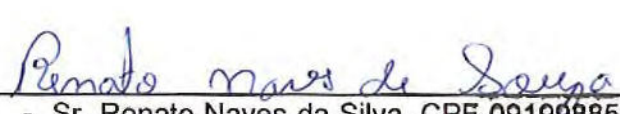
Mococa-SP, 27 de julho de 2012.


- Sr. Valdir Maziero, CPF 866057208-49 / RG 8170345 representante da escola APAE de Mococa. ✓


- Sr. Gilson Dias, CPF 137439468-82 / RG 21660377 representante da ADECON (Associação de Defesa aos Direitos do Consumidor) ✓


- Sra. Beatriz Scarpato Maciel, CPF 966748658-34 / RG 6792000-7 - representante da Associação Arco Iris (entidade que trabalha com apoio a portadores de câncer) ✓


- Sr. Tiago Chagas de Andrade, CPF 304420278-77 / RG 33146195x – representante do Lions Club ✓


- Sr. Renato Nunes da Silva, CPF 091908858-08 / RG 19986000-8 – Representante do Grupo AA – Alcoólicos Anônimos ✓

RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DA ACCCEV



Segue relação dos associados da ACCCEV

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV, inscrita no CNPJ sob o nº 02.896.525/0001-82 com sede na Rua Alcides Zanchi, nº 50, na cidade de Mocóca, Estado de São Paulo, CEP 13732-508, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída, e devidamente autorizada conforme Portaria nº 150 datada de 25/04/2000 e Decreto Legislativo nº 187 publicado no Diário Oficial da União datado de 09/08/2002,

Associados:

José Roberto Eduardo, RG 16424152 SSP/SP, residente à rua Américo Assolini, 770 – Mococa-SP

Silvino Pereira Paula, RG 67176768 SSP/SP, residente à rua Espírito Santo, 276- Mococa-SP

Carlos Alberto da Silva, RG 223665253 SSP/SP, residente à rua Vicente Soares, 435 – Mococa-SP

Paulo Donizete Felix da Silva, RG 19821516 SSP/SP, residente à rua Santa Catarina, 34– Mococa-SP

Vanilda Maria de Jesus Dias, RG 237899164 SSP/SP, residente à rua Humberto Cunali, 65– Mococa-SP

Marcelo Abeline, RG 24300154 SSP/SP, residente à rua Domingos Antônio Pagote, 413- Mococa-SP

Ronaldo José Mançano, RG 206010412 SSP/SP, residente à rua Piaui, 231- Mococa-SP

Wilson Pedro Rodrigues, RG 12109681 SSP/SP, residente à rua Vicente Soares, 214- Mococa-SP

Cleide Donizete Gomes Batista, RG 16421973 SSP/SP, residente à rua Raul Garib, 645- Mococa-SP

Cyntia R. Santos, RG 279698069 SSP/SP, residente à rua Raul Garib, 483 - Mococa-SP

Wiliam Batista, RG 2909926100 SSP/SP, residente à rua Eliscu Pereira do Lago, 34- Mococa-SP

João Borges dos Reis, RG 27228099962 SSP/SP, residente à rua Minas Gerais, 357 – Mococa-SP

Lázaro Divino Gomes, RG 13559336 SSP/SP, residente á rua Paraíba, 291- Mococa-SP

Silvia Helaine Lima, RG 274736561 SSP/SP, residente á rua Eufrosino Germano Martins, 88 – Mococa-SP

Daniel Carlos Luca, RG 338007106 SSP/SP, residente á rua Antonio Lima Figueiredo, 261-Mococa-SP

Andréia Cristina dos Santos, RG 219536521 SSP/SP, residente á rua Antonio Pascoalino, 285 – Mococa-SP

Antonio José Batista, RG 159269921 SSP/SP, residente á rua Raul Garib, 645-Mococa-SP

Mauro Sérgio A. Lourenço, RG 256955682 SSP/SP, residente á rua Dr. José Lima P. de Freitas, 287 – Mococa-SP

Fernanda Cristina Leite, RG 268175755 SSP/SP, residente á rua Capitão Miguel Ferreira, 543 – Mococa-SP

Acácio Alexandre Dias, RG 268175809 SSP/SP, residente á rua Dr. Augusto Barreto, 20 - Mococa-Sp

Vangela C. Leite, RG 289040528 SSP/SP, residente á rua Campos Salles, 248-Mococa-SP

Adriano de Oliveira Granito, RG 292984546 SSP/SP, residente á rua Das Suinas, 37 – Mococa – SP

Jair Aparecido da Silva, RG 223662033 SSP/SP, residente á rua José Procópio da Silva, 385-Mococa-SP

Mario Antonio Leite, RG 289037943 SSP/SP, residente á rua Coronel José Pereira Lima, 1086- Mococa-SP

Pedro Santos Macedo, RG 11213193 SSP/SP, residente à rua Pedro Guilherme da Costa, 229 – Projeto Cem – Mococa-SP

Ana Maria Ferreira da Silva, RG 16421433 SSP/SP, residente à rua Candido Trilho, 542 – Jd. Alvorada – Mococa-SP

Adoração Elisa Ramalho Costa, RG 20743750 SSP/SP, residente à rua Maranhão, 865 – Jd. Riachuelo – Mococa-SP

Claudia Gomes Farias, RG 340270032 SSP/SP, residente à rua Luiz Gomes de Farias, 23 – Jd. São José - Mococa-SP

Ana Maria Jesus Quilice, RG 8013432 SSP/SP , residente à rua Antonio Carlos Seixas, 50 – V. Santa Cecília – Mococa-SP

Fábio Aparecido Ferreira Adão, RG 456288806, residente à rua Roraima, 68 – V. Santa Rosa – Mococa-SP

José Francisco da Silva, RG 7693029 SSP/SP, residente à rua Antonio Lima Fgdo., 204 – Cohab I - Mococa-SP

Neusa dos Reis da Silva Madaleno, RG 507426654 SSP/SP, residente à rua José Bonifácio, 1093 – Centro – Mococa-SP

José Donizete Scovino, RG 403384515 SSP/SP, residente à rua Alcides Zanchi, 55 – Jd. Alvorada – Mococa-SP

Nair Marcato Gonçalves, RG 4723742, residente à rua Tambaú, 177 – Jd. Santa Maria – Mococa-SP

Lucia Catosso, RG 13988192, residente à rua José Procópio da Silva, 106 – Mococa-SP

Mococa-SP, 27 de julho de 2012.

4. TRANSMISSOR PRINCIPAL



| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|---|---|---|-------|-----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---------------------|---|---|---|---|---|---|---|----------------|-------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FABRICANTE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A | U | A | D | C | O | R | R | E | A | E | Q | U | P | E | L | E | T | R | O | N | I | C | O | S | L | T | D | A | | | | | | | | |
| MODELO | | | | | | | | | | | | | | | | POTÊNCIA DE FABRICA | | | | | | | | Nº HOMOLOGAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| S | P | 5 | 0 | 2 | 5 | | | | | | | | | | | | | | | 0 | 2 | 5 | , | 0 | Watts | | 0 | 6 | 8 | 0 | 0 | 3 | 0 | 5 | 2 | 8 |
| POTÊNCIA DE OPERAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | POTÊNCIA MEDIDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | 5 | , | 0 | Watts | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 5 | , | 4 | Watts | | | | | | | | | | | | |
| FREQUENCIA DE OPERAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | FREQUENCIA MEDIDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 8 | 7 | , | 9 | MHz | | | | | | | | | | | | | | | | 8 | 7 | , | 9 | MHz | | | | | | | | | | | |

5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|---------------------|--|--|--|--|--|--|--|----------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| FABRICANTE | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| MODELO | | | | | | | | | | | | | | | | POTÊNCIA DE FABRICA | | | | | | | | Nº HOMOLOGAÇÃO | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| POTÊNCIA DE OPERAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | POTÊNCIA MEDIDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FREQUENCIA DE OPERAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | FREQUENCIA MEDIDA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO ☐SIM ☒

6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---|---|---|-----|---|---|---|---------------------------|---|---|---|---|---|---|---|-----------------|---|---|---|---|---|---|---|-------------------|---|---|---|--|--|--|--|--|--|--|
| FABRICANTE DA ANTENA | | | | | | | | | | | | | | | | MODELO | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A | U | A | D | C | O | R | R | E | A | E | Q | U | P | E | L | E | T | R | | P | T | 0 | D | B | | | | | | | | | | |
| GANHO max (Gt) | | | | | | | | ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO | | | | | | | | ALTURA DA TORRE | | | | | | | | ALTITUDE DO LOCAL | | | | | | | | | | |
| 0 | 0 | , | 0 | dBd | | | | 2 | 8 | , | 0 | m | | | 3 | 0 | , | 0 | m | | | 6 | 2 | 5 | , | 0 | m | | | | | | | |

- Os dados do sistema irradiante são os mesmo que constam na ultima licença expedida?

NÃO ☒SIM ☐

7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------|---|---|---|---|---|---|--|-------------------------|---|---|---|----|---|--|---|----------------------|---|---|----|---|---|---|---|-------------------------|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| FABRICANTE | | | | | | | | | | | | | | | | MODELO | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| K | M | P | - | R | F | S | | B | R | A | S | I | L | | | | | | | R | G | C | 2 | 1 | 3 | | | | | | | | | |
| COMPRIMENTO(L) | | | | | | | | ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) | | | | | | | | PERDAS NA LINHA (PL) | | | | | | | | EFICIÊNCIA DA LINHA (η) | | | | | | | | | | |
| 3 | 5 | , | 0 | m | | | | 3 | , | 8 | 4 | dB | | | 1 | , | 3 | 4 | dB | | | 0 | , | 7 | 3 | | | | | | | | | |

Perdas na linha (PL) = $\frac{L \cdot AL}{100}$

Eficiência da linha (η) = $10^{\frac{-(PL)}{10}}$

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

- COORDENADAS GEOGRÁFICAS:
A medição realizada no padrão geodésico - DATUM WGS-84.
- Transmissor e torre estão conectados ao "terra"

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

- WATTÍMETRO BIRD THRULINE
- FREQUECÍMETRO OPTO-ELETRONIC
- GPS-12 - GARMIN
- TELEMETRO BUSHNELL

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

E U S E B I O L E O N E L G O N Ç A L V E S

ENDEREÇO

R U A C A R L O S L I S D E G N O C A R L U C C I 4 2 0

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

B U T A N T Ã

CIDADE

S Ã O P A U L O S P

REG.CREA

FORMAÇÃO

0 6 0 1 1 7 3 4 7 1 E N G E N H E I R O E L E T R O N I C O

CEP

TELEFONE

FAX

0 5 5 3 6 - 0 0 0 1 1 - 3 7 3 9 3 2 4 4

E-MAIL

e u s e b i o l e o n e l @ g m a i l . c o m

LOCAL

DATA


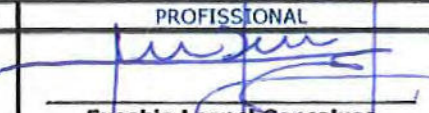

S Ã O P A U L O 2 4 / 0 7 / 2 0 1 2

ASSINATURA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

| | | | |
|---|--|--|--|
|  | | CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO Av. Brig. Faria Lima, 1059 - Pinheiros - São Paulo - SP CEP 01452-920 Tel.: 0800 17 18 11 | |
| ART Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Federal Nº. 6.496 de 07/12/77 | | 1- Nº DA ART 92221220120816583 | |
| CONTRATADO | | | |
| 2 - Nº DO CREA DO PROFISSIONAL 0601173471 | | 3 - Nº DO CPF DO PROFISSIONAL 67595014891 | |
| 4 - NOME DO PROFISSIONAL EUSEBIO LEONEL GONCALVES | | 5 - TÍTULO DO PROFISSIONAL Engenheiro Eletronico | |
| ART | | | |
| 6 - TIPO DE ART 1-Obra/Servico | 7 - VINCULADA A ART Nº | 8 - HÁ OUTRAS ARTs VINCULADAS 1 - Não | |
| 9 - ALTERAÇÃO/COMPL./SUBST. DA ART 1 - Não | | 10 - SUBEMPREITADA 1 - Não | |
| ANOTAÇÃO | | | |
| 11 - CLASSIFICAÇÃO DA ANOTAÇÃO 1 - Responsabilidade Principal | 12 - ÁREA DE ATUAÇÃO 8 - Eletronica Ou Eletrica Mod. Eletronica Ou Comunicacao | 13 - TIPO DE CONTRATADO 2- Pessoa Física | |
| EMPRESA CONTRATADA | | | |
| 14 - Nº DE REGISTRO NO CREA | 15 - NOME COMPLETO | | |
| 16 - CGC/CNPJ | 17 - CLASSIFICAÇÃO | | |
| CONTRATANTE | | | |
| 18 - NOME DO CONTRATANTE DA OBRA / SERVIÇO Ass Com Comunit Cult Esperanca e Vida ACCEV | | 19 - TELEFONE P/ CONTATO | 20 - CPF/CNPJ 02896525000182 |
| DADOS DA OBRA / SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO | | | |
| 21 - ENDEREÇO DA OBRA / SERVIÇO Rua Alcides Zanchi, 50 | | | 22 - CEP 13732-508 |
| CLASSIFICAÇÃO | | | |
| 23 - NATUREZA 1 A2011 | 24 - UNIDADE 50 | 25 - QUANTIFICAÇÃO 25 | 26 - ATIVIDADES TÉCNICAS 45 |
| 2 | | | |
| 3 | | | |
| 27 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS SOB SUA RESPONSABILIDADE OU DO CARGO/FUNÇÃO Elaboracao de Laudo de Vistoria para renovacao da Licenca de Funcionamento de emissora do Servico de Radiodifusao Comunitaria. | | | |
| RESUMO DO CONTRATO | | | |
| Nº E ESCOPO DO CONTRATO, CONDIÇÕES, PRAZO, CUSTOS, ETC... Elaboracao de Laudo de Vistoria para renovacao da Licenca de Funcionamento de emissora do Servico de Radiodifusao Comunitaria. | | | |
| Data de efetiva participação do profissional: 24/07/2012 | | | |
| 28 - VALOR DO CONTRATO 1.000,00 | 29 - DATA DO CONTRATO 24/07/2012 | 30 - DATA INÍCIO DA EXECUÇÃO 24/07/2012 | 31 - 10% ENTIDADE DE CLASSE 68 |
| | | 32 - VALOR DA ART A PAGAR 40,00 | |
| ASSINATURA | | | |
| Declaro não ser aplicável, dentro das atividades assumidas nesta ART e nos termos aqui anotados, o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT e na legislação específica, em especial o Decreto nº.5.296/2004, para os projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, nos espaços urbanos ou em mudança de destinação (usos) para estes fins. | | | |
| 33 - LOCAL E DATA Sao Paulo 24/07/2012 | PROFISSIONAL  Eusebio Leonel Goncalves | | CONTRATANTE  Ass Com Comunit Cult Esperanca e Vida ACCEV |

Obs:

- O comprovante deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação
- A ART deverá ser devidamente assinada pelo profissional
- Linha digitável:



Bradesco

Internet Banking

Comprovante de Transação Bancária

Boleto de Cobrança

Nº de controle: 693.964.558.970.50 | Documento: 0000387

Data: 24/07/2012

Conta de débito: Agência: 599 | Conta: 1192-4 | Tipo: Conta-Corrente

Nome: EUSEBIO LEONEL GONCALVES

Código de barras: 00199.22210 29222.122011 20816.583213 7 54130000004000

Banco cedente: 001 - BANCO DO BRASIL S.A.

Data do vencimento: 02/08/2012

Data de débito: 24/07/2012

Valor total: R\$ 40,00

Descrição: CREA-SP

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Internet Banking.

Autenticação

hLza44sJ RUyAIIY2 T9LXTACr zxlprGP7 5Cot8SpW z@ZedK42 OmtUCZDx 2e14#yM4
VTptygGo u*NqoJoM tIbxQNo? KGpkI3Go MdMfUaLf yHlkfLkI cmXk6AYr kiF4NsYy
cJCSj@nq kVPor97z #h*S9GIB cre5#GIj urZdMdRr zx2R@Aic 04710142 03280002

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente

Alô Bradesco
0800 704 8383

Deficiente Auditivo ou de Fala
0800 722 0099

Cancelamentos, Reclamações e Informações
Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Ouvidoria 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.

Demais telefones consulte o site **Fale Conosco**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Sobreloja, Sala
100
Brasília - DF
CEP 70044-900

A/C Dr. Genildo Lins de Albuquerque Neto



ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO C. CULTURAL ESPERANÇA E VIDA
JOSÉ APARECIDO SIQUEIRA
RUA ALCIDES ZANCHI,50
MOCOCA – SP- JARDIM ALVORADA
CEP. 13. 732- 508

RELATÓRIO DE ENSAIO TÉCNICO (LAUDO DE ENSAIO)

EXAME DO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR DE FM SP5025 NA FREQUENCIA DE 87,9 MHz, AJUSTADO PARA A POTENCIA DE 25W, COM MODULAÇÃO EM FREQUÊNCIA.

Observação os itens estão numerados de acordo com a Resolução 067/98, de 12 de novembro de 1998.

9.4.1 – Interessado: Associação de Comunicação Comunitária e Cultural Esperança e Vida

Endereço: Rua Alcides Zanchi, 50 – Jd. Alvorada – Mococa / SP CEP: 13732-508

CNPJ: 02.896.525/0001-82

Emissora designada: A mesma

9.4.2 – Ensaio:

Motivo: ☐ Fabricação/Instalação ☐ outro

Modelo: SP5025

CATEGORIA: 2B

Nº de Homologação na ANATEL: 0680-03-0528

Local do Ensaio: Centro Emp. Pref. Paulo F. de Toledo, nº 90, Santa Rita do Sapucaí / MG – CEP 37540-000

Data: Vinte e sete de junho de 2012

9.4.3 – Fabricante: AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA

Endereço: Centro Emp. Pref. Paulo Frederico de Toledo, nº 90, Santa Rita do Sapucaí / MG – CEP 37540-000

CGC: 01.377.889/0001-93

9.4.3.1 – Características Gerais

| | |
|---------------------------|--|
| ➤ Equipamento | Transmissor de FM |
| ➤ Modelo | SP5025 |
| ➤ N° de Série | 495/A |
| ➤ Potência de saída de RF | 25W(Ajustado internamente com lacre TELETRONIX, no ponto de ajuste (RV27)) |
| ➤ Tipo De Emissão | 180KF3EGN 256KF8EHF |
| ➤ Impedância De Saída | 50Ω - desbalanceada |
| ➤ Número De Canais | 1 por programação interna |
| ➤ Tensão De Alimentação | 110 - 220 Vac |
| ➤ Frequência | 87,9 MHz |
| ➤ Geração de Frequência | Sintetizada |
| ➤ Consumo máximo | 150 watts @ 25W cte. RF |
| ➤ Dimensões e peso | Largura : 482[mm] Altura: 44[mm] Profundidade : 450[mm] Peso líquido : 4 Kg |

Responsável Técnico:
ENG. ROGÉRIO SOUZA CORREA
CREA MG 5.553/0
CPF 772 182 935-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
27 de junho de 2012
Folha 01 de 07

9.4.3.2 – Impedância de entrada de áudio

| | |
|--|-----------------------------------|
| Impedância de Entrada de SCA desbalanceada: | 10k Ω - conector BNC fêmea |
| Impedância de Entrada de Banda Básica desbalanceada: | 10k Ω - conector BNC fêmea |
| Impedância de Salda de RF: | 50 Ω - conector UHF fêmea |

9.4.3.3 – Nível de entrada de áudio

| | |
|--|----------------|
| Nível de entrada de SCA para 75kHz ou 100% de desvio: | 0 dBm |
| Nível de entrada de Banda Básica para 75kHz ou 100% de desvio: | 0 dBm / 2,2Vpp |

9.4.4 – Função do Transmissor:Transmissor principal ☐☐ Transmissor reserva**9.4.5 – Medições****9.4.5.1 – Frequência**

a) Frequência nominal:

| | |
|---------------------|----------|
| Frequência Nominal: | 87,9 MHz |
|---------------------|----------|

b) Medida de frequência feita em ambiente normal:

| | |
|-------------|----------------|
| Frequência: | 87.900.054 MHz |
|-------------|----------------|

c) Variação máxima da frequência

Por variação de Tensão e Temperatura, Simultaneamente:

| Temperatura | Tensão de Alimentação (Vac) | Tolerância de Frequência Hz |
|-------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 25° | 220 + 10% = 242 | 87.900.127 |
| 25° | 220 - 10% = 198 | 87.900.005 |

Instrumental Utilizado no item 9.4.5.1

- Frequency Counter Marca: HP 53181A; NS:3736AO5161
- Multímetro digital Marca Fluke Modelo:117; NS:13531036
- Wattímetro Marca BIRD - Mod. 43, NS:082201072;WT009
- Carga fantasma Marca Bird,Termaline Coaxial Resistor, Modelo 8201, NS:20915
- GPS Time Frequency: Modelo: 58503B, NS:KR84600104; EQ051

Responsável Técnico:

ENG. ROGÉRIO SOUZA
CREA MG 65511-1
CPF 772 182 986-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
27 de junho de 2012
Folha 02 de 07

9.4.5.2 – Resposta de audiodfrequência.

Resposta de Áudio @ Frequências de 50 a 15.000 Hz:

Resposta de Áudio de 50 a 15.000 Hz, com Pré-ênfase de 50µS

| Frequência (Hz) | 25% de Modulação 18,75kHz | 50% de Modulação 37,5kHz | 100% de Modulação 75kHz |
|-----------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| 50 | -1,7 | -1,7 | -1,9 |
| 100 | -1,0 | -0,9 | -1,1 |
| 400 | -0,3 | -0,2 | -0,4 |
| 1000 | 0 | 0 | 0 |
| 5000 | 6,0 | 6,2 | 6 |
| 7500 | 8,1 | 8,0 | 7,9 |
| 10000 | 9,3 | 9,4 | 9,3 |
| 15000 | 8,1 | 8,6 | 8,6 |

- Para estas medidas, houve sobremodulação (modulação acima de 100kHz) devido à atuação da Pré-ênfase, cabe aos equipamentos de áudio (processador de áudio) evitar a sobremodulação.

9.4.5.3 – Distorção Harmônica de áudio

Distorção Harmônica de Áudio Mono de 50 a 15.000 Hz, com Pré-ênfase de 75µS

| Frequência (Hz) | 25% de Modulação 18,75kHz | 50% de Modulação 37,5kHz | 100% de Modulação 75kHz |
|-----------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| 50 | 0,99 | 0,44 | 0,23 |
| 100 | 0,99 | 0,46 | 0,23 |
| 400 | 0,97 | 0,44 | 0,22 |
| 1000 | 1,00 | 0,48 | 0,23 |
| 5000 | 1,00 | 0,48 | 0,28 |
| 7500 | 1,00 | 0,47 | 0,23 |
| 10000 | 0,99 | 0,45 | 0,24 |
| 15000 | 0,99 | 0,49 | 0,24 |

- Para estas medidas, houve sobremodulação (modulação acima de ± 100 kHz) devido à atuação da Pré-ênfase, cabe aos equipamentos de áudio (processador de áudio) evitarem a sobremodulação.

Instrumental Utilizado nos itens 9.4.5.2 e 9.4.5.3

- Wattímetro Marca BIRD - Mod. 43, NS:082201072;WT009
Carga fantasma Marca Bird, Termaline Coaxial Resistor, Modelo 8201, NS:20915
- Monitor de Serviço: ROHDE & SCHWARZ CMS54 – 840.0009.54; NS:847225/017
- Analisador de Distorção Marca HP; Modelo:8903B, NS:2652AO2045; EQ001
- Medidor de Desvio Marca TFT; Modelo:844A, NS:1331341

9.4.5.4 – Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400Hz.

Valor Encontrado: **62 dB's** abaixo do nível correspondente a 100% de modulação da portadora por um sinal senoidal de 400Hz.

Responsável Técnico:
ENG. ROBERTO SCORZA CORREA
CREA MG 655 110
CPF 772 182 996 87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
27 de junho de 2012
Folha 03 de 07

9.4.5.5 – Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude.

Valor Encontrado: **70 dB's** abaixo do nível que represente 100% de modulação em amplitude.

Instrumental Utilizado nas medidas dos itens: 9.4.5.4 e 9.4.5.5

- Monitor de Serviço: ROHDE & SCHWARZ CMS54 – 840.0009.54; NS:847225/017
- Analisador de Distorção Marca HP; Modelo:8903B, NS:2652AO2045; EQ001
Carga fantasma Marca Bird, Termaline Coaxial Resistor, Modelo 8201, NS:20915
- Medidor de Desvio Marca TFT; Modelo:844A, NS:1331341
- Wattímetro Marca BIRD - Mod. 43, NS:082201072; WT009

9.4.5.6 – Atenuação de harmônicos e espúrios.

Emissões Superiores à Portadora sem modulação > Δf 600KHz:

Valores lidos até 1,8 GHz em (dB'S)

| Frequência (Hz) | Para 25 [W] |
|-----------------|-------------|
| 2º. harmônico | ≥ 57 |
| 3º. harmônico | ≥ 57 |
| 4º. harmônico | ≥ 57 |
| 5º. Harmônico | ≥ 57 |
| 6º. harmônico | ≥ 57 |
| 7º. harmônico | ≥ 57 |
| 8º. harmônico | ≥ 57 |
| 9º. harmônico | ≥ 57 |
| 10º. harmônico | ≥ 57 |

9.4.5.7 – Potência de saída

Potência da Portadora sem Modulação:

Tempo para leitura entre Máximo e Mínimo = 15 minutos

| Designação | Especif. | Valor [W] | | | | Variação Máx. | |
|------------|----------|-------------|------------|-------------|--|---------------|---|
| | | Medido | | | | W | % |
| | | -10% (198V) | Nom (220V) | +10% (242V) | | | |
| Ajuste | 25W | 25W | 25W | 25W | | 0 | 0 |

Obs: O equipamento possui um circuito de controle automático de potência.

9.4.5.8 – Consumo de Potência de Fonte:

| POTÊNCIA [W] | CONSUMO [W] | RENDIMENTO [%] |
|--------------|-------------|----------------|
| 25W | 150W | 16,00% |

Responsável Técnico:

ENG. ROGÉRIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/D
CPF 772 182 996-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
27 de junho de 2012
Folha 04 de 07

Instrumental Utilizado nos itens 9.4.5.7 e 9.4.5.8

- Wattímetro Marca BIRD - Mod. 43, NS:082201072;WT009
- Carga fantasma Marca Bird, Termaline Coaxial Resistor, Modelo 8201, NS:20915
- Monitor de Serviço: ROHDE & SCHWARZ CMS54 - 840.0009.54; NS:847225/017
- Network Spectrum Analyser, Modelo: 4195A, NS:2904JO2370, Marca:HP
- Varivolt: Marca: JNG; NS:020306737
- Multímetro digital Marca Fluke Modelo:117; NS:13531036

9.4.6 – Informações específicas para estereofonia**9.4.6.1 – Gerador de estéreo.**

| | |
|-------------|--|
| Fabricante: | Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda. |
| Modelo: | Future 2002. |

9.4.6.2 – Medições**9.4.6.2.1 – Frequência de subportadora piloto**

| | |
|--------------------------------|-----------|
| Valor: | 19.000 Hz |
| Variação máxima da frequência: | 10 Hz |

9.4.6.2.2 – Limites das variações da portadora principal pela subportadora piloto.
10kHz**9.4.6.2.3 – Separação estereofônica**

| Frequência Hz | Valores: (dB) |
|---------------|---------------|
| 50 | 60 |
| 100 | 65 |
| 1000 | 70 |
| 5000 | 65 |
| 7500 | 62 |
| 10000 | 62 |
| 15000 | 61 |

9.4.6.2.4 – Diafonia

| Frequência Hz | Valores: (dB) |
|---------------|---------------|
| 50 | 60 |
| 100 | 65 |
| 400 | 70 |
| 1000 | 65 |
| 5000 | 62 |
| 7500 | 62 |
| 10000 | 62 |
| 15000 | 61 |

9.4.7 – Informações específicas para canais secundários

Não informado.

Responsável Técnico:
ENG. ROGERIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/D
CPF 772 182 996-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
27 de junho de 2012
Folha 05 de 07

Instrumental Utilizado nos Itens 9.4.6.2 a 9.4.6.2.4

- Frequency Counter Marca :HP 53181A; NS:3736AO5161
- GPS Time Frequency: Modelo:58503B, NS:KR84600104;EQ051
- Monitor de Serviço: ROHDE & SCHWARZ CMS54 – 840.0009.54; NS:847225/017
- Wattímetro Marca BIRD - Mod. 43, NS:082201072; WT009
Carga fantasma Marca Bird, Termaline Coaxial Resistor, Modelo 8201, NS:20915
- Medidor de Desvio Marca TFT; Modelo:844A, NS:1331341
- Analisador de Distorção Marca HP; Modelo:8903B, NS:2652AO2045; EQ001

9.4.8 – Observações Visuais no Transmissor**9.4.8.1 – Placa de identificação**

| | | |
|---|--|---|
|  TRANSMISSOR DE FM | Auad Correa Equip. Eletrônicos Ltda. Pça da Pirâmide, 90 C. Empresarial - Sta Rita do Sapucaí - MG Cep: 37540-000 CNPJ: 01.377.889/0001-93 |   Nº Homologação: 0680-03-0528 |
| Modelo: SP5025 | Frequência: (MHz) | |
| Nº Série: | Data Fabr: | |
| Potência: | Consumo: Máx | 150W |

9.4.8.2 – Medidores do estágio final de RF

| | |
|---|---------|
| Medida de corrente contínua do coletor: | 1,8 [A] |
| Medida de tensão contínua do coletor: | 26 [V] |
| Medida de potência de saída incidente: | 25 [W] |
| Medida de potência de saída refletida: | 0 [W] |

9.4.8.3 – Existência de tomadas de amostras de RF, para:

- a) Modulação: ☐ sim.
b) Frequência: ☐ sim.

9.4.8.4 – Existência de dispositivos de segurança pessoal:

O transmissor não possui em nenhum ponto de tensão superior a rede de alimentação AC de 220 V. É concebido em forma de gabinetes em padrão Rack 19 polegadas, metálico e conectado ao terra. Não possui interruptores de segurança pois não há locais onde haja presença de alta tensão.

9.4.8.5 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor**Alarms**

- PLL;
- Temperatura;
- Sobre carga (Overload);
- Potência refletida (Power reflected)

Responsável Técnico:
ENG. ROGERIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/D
CPF 772 182 996-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
27 de junho de 2012
Folha 06 de 07

9.4.9 – Declarações**9.4.9.1 – Declaração do profissional habilitado**

"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de sete folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica de que faço uso".

Santa Rita do Sapucaí – MG, 27 de junho de 2012



Rogério de Souza Correa
CREA: MG 65553/D
CPF: 772.182.996-87

9.4.9.2 – Parecer Conclusivo

"Para os fins previstos no regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável". O equipamento **SP5025**, em referência, atende à Norma Técnica e à Resolução 067/98, de 12 de novembro de 1998.

OBS: o equipamento em questão, SP5025, Ns. 495/A, frequência de 87,9 MHz, fora ajustado para operar com 25Watts de potência, sendo o ponto de ajuste interno na placa do painel frontal (RV27) lacrado.

Qualquer sinal de violação de qualquer dos lacres anulará a validade deste laudo.

Santa Rita do Sapucaí – MG, 27 de junho de 2012



Rogério de Souza Correa
CREA: MG 65553/D
CPF: 772.182.996-87

Responsável Técnico:

ENG. ROGÉRIO SOUZA CORREA
CREA MG 65553/D
CPF 772 182 996-87

Relatório de Ensaio Técnico

Santa Rita do Sapucaí - MG
27 de junho de 2012
Folha 07 de 07



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
14201200000000641190



1. Responsável Técnico

ROGERIO DE SOUZA CORREA

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA;

RNP: 1406213675

Registro: 04.0.0000065553

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASS DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA E CULTURAL ESPERANÇA E VIDA**

CNPJ: 02.896.525/0001-82

Logradouro: **RUA ALCIDES ZANCHI**

Nº: 000050

Cidade: **MOCOCA**

Bairro: **JARDIM ALVORADA**

UF: **SP**

CEP: 13732508

Contrato: **ADMINISTRAÇÃO**

Celebrado em:

Valor: **622,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA ALCIDES ZANCHI**

Nº: 000050

Cidade: **MOCOCA**

Bairro: **JARDIM ALVORADA**

UF: **SP**

CEP: 13732508

Data de início: **27/06/2012** Previsão de término: **27/06/2012**

Finalidade: **OUTRO**

Proprietário: **ASS DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA E CULTURAL ESPERANÇA E VIDA**

CNPJ: 02.896.525/0001-82

4. Atividade Técnica

1 - GESTÃO

Quantidade:

Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIOFUSAO

25.00

W

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

TRANSMISSOR SP5025 NS 495A AJUSTADO P/ 25W DE POTENCIA NA FREQUENCIA DE 87,9MHZ DEVIDAMENTE LACRADO.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE POUSO ALEGRE E RE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Assinatura de Rogério de Souza Correa de *2012*

ENG. ROGERIO SOUZA CORREA

CREA MG 65553/D

ROGERIO DE SOUZA CORREA CPF: 772 182 996-48 RNP: 1406213675

ASS DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA CNPJ: 02.896.525/0001-82

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

ÁREA DE ATUAÇÃO: **TELECOMUNICAÇÃO,**



www.crea-mg.org.br | 0800.0312732

Valor da ART: 40,00

Registrada em: 27/06/2012

Valor Pago: 40,00

Nosso Número: 000000000623475



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
14201200000000641190

Via do Profissional
Página 1/1

1. Responsável Técnico

ROGERIO DE SOUZA CORREA

Título profissional:
ENGENHEIRO ELETRICISTA;

RNP: 1406213675

Registro: 04.0.0000065553

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASS DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA E CULTURAL ESPERANÇA E VIDA**

CNPJ: 02.896.525/0001-82

Logradouro: **RUA ALCIDES ZANCHI**

Nº: 000050

Cidade: **MOCOCA**

Bairro: **JARDIM ALVORADA**

UF: **SP**

CEP: 13732508

Contrato: **ADMINISTRAÇÃO**

Celebrado em:

Valor: **622,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA ALCIDES ZANCHI**

Nº: 000050

Cidade: **MOCOCA**

Bairro: **JARDIM ALVORADA**

UF: **SP**

CEP: 13732508

Data de início: **27/06/2012** Previsão de término: **27/06/2012**

Finalidade: **OUTRO**

Proprietário: **ASS DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA E CULTURAL ESPERANÇA E VIDA**

CNPJ: 02.896.525/0001-82

4. Atividade Técnica

1 - GESTÃO

Quantidade: Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIOFUSAO

25.00

W

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

TRANSMISSOR SP5025 NS 495A AJUSTADO P/ 25W DE POTENCIA NA FREQUENCIA DE 87,9MHZ DEVIDAMENTE LACRADO.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE FOUSO ALEGRE E RE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Eng. Rogério Souza Correa de *Jun 10* de *2012*

ENG. ROGERIO SOUZA CORREA

ROGERIO DE SOUZA CORREA MG 65553/RNP: 1406213675

CPF 772 182 996-87

ASS DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA CNPJ: 02.896.525/0001-82

Valor da ART: 40,00

Registrada em: 27/06/2012

Valor Pago: 40,00

Nosso Número: 000000000623475

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

ÁREA DE ATUAÇÃO: TELECOMUNICACAO,



www.crea-mg.org.br | 0800.0312732



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
14201200000000641190

Via do Contratante
Página 1/1

1. Responsável Técnico

ROGERIO DE SOUZA CORREA

Título profissional:
ENGENHEIRO ELETRICISTA;

RNP: 1406213675

Registro: 04.0.0000065553

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASS DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA E CULTURAL ESPERANÇA E VIDA**

CNPJ: 02.896.525/0001-82

Logradouro: **RUA ALCIDES ZANCHI**

Nº: 000050

Cidade: **MOCOCA**

Bairro: **JARDIM ALVORADA**

UF: **SP**

CEP: 13732508

Contrato: **ADMINISTRAÇÃO**

Celebrado em:

Valor: **622,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA ALCIDES ZANCHI**

Nº: 000050

Cidade: **MOCOCA**

Bairro: **JARDIM ALVORADA**

UF: **SP**

CEP: 13732508

Data de início: **27/06/2012** Previsão de término: **27/06/2012**

Finalidade: **OUTRO**

Proprietário: **ASS DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA E CULTURAL ESPERANÇA E VIDA**

CNPJ: 02.896.525/0001-82

4. Atividade Técnica

1 - GESTÃO

Quantidade:

Unidade:

LAUDO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIOFUSAO

25.00

W

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

TRANSMISSOR SP5025 NS 495A AJUSTADO P/ 25W DE POTENCIA NA FREQUENCIA DE 87,9MHZ DEVIDAMENTE LACRADO.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DE POUSO ALEGRE E RE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

[Assinatura] de *[Assinatura]* de *2012*

ENG. ROGERIO SOUZA CORREA

ROGERIO DE SOUZA CORREA CREA-MG 65553/0 RNP: 1406213675

CPF 772 182 996-87

ASS DE COMUNICAÇÃO COMUNITARIA CNPJ: 02.896.525/0001-82

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

ÁREA DE ATUAÇÃO: **TELECOMUNICAÇÃO,**

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732



Valor da ART: **40,00**

Registrada em: **27/06/2012**

Valor Pago: **40,00**

Nosso Número: **000000000623475**

LAUDO DE VISTORIA

Norma 01/2011 - RADCOM



**ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
ESPERANÇA E VIDA - ACCEV**

Processo nº 53830.000160/1999

Engº Eusébio Leonel Gonçalves
Tel.: (11) 3739-3244
eusebioleonel@gmail.com

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S D C O M U N I C C O M U N I T C U L T U R A L E S P

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

E R A N Ç A E V I D A - A C C E V 0 2 8 9 6 5 2 5 0 0 0 1 8 2

CNPJ

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

R Á D I O E S P E R A N Ç A E V I D A F M

Portaria de Autorização nº 150 de 25/04/2000 Publicada no D.O.U de 02 de Maio de 2000

Decreto Legislativo nº 187 de 08/08/2002 Publicado no D.O.U de 09 de Agosto de 2002

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A A L C I D E S Z A N C H I 5 0

BAIRRO

J D A L V O R A D A M O C O C A

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

S P 2 1 ° 2 7 ' 3 1 " (S) 4 7 ° 0 0 ' 4 3 " (W)

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1 km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A A L C I D E S Z A N C H I 5 0

BAIRRO

J D A L V O R A D A M O C O C A

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

S P 2 1 ° 2 7 ' 3 1 " (S) 4 7 ° 0 0 ' 4 3 " (W)

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO

(Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R U A A L C I D E S Z A N C H I 5 0

BAIRRO

J D A L V O R A D A M O C O C A

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

S P 2 1 ° 2 7 ' 3 1 " (S) 4 7 ° 0 0 ' 4 3 " (W)

20. DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Ministério das Comunicações
Fb 36
Rúbrica
SBC

20.1. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas às exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.

20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998. (2)

20.2.1. Nos casos de emissoras cujas outorgas já tenham expirado ou estejam a menos de 3 (três) meses de expirar quando da publicação desta Norma, a entidade interessada na renovação terá até 3 três meses para enviar ao Ministério das Comunicações o seu requerimento (Anexo 12) e os documentos mencionados no item 20.3 desta Norma.

20.2.2. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

20.2.3. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.

20.3. O requerimento constante do Anexo 12 desta Norma, deverá, obrigatoriamente, estar acompanhado de:

a) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação; (4)

b) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; (5)

c) cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual; (6)

d) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;

e) Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas; (10) (11)

REGISTRO?

f) declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora: (8)

f.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural; ✓

f.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; ✓

f.3) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal; ✓

g) declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação; (9)

h) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora; (14)

i) relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede; (16)

j) laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1; e

k) comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.

20.3.1. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga.

20.3.2. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará à Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

20.3.3. Mesmo que a entidade interessada opte por enviar o seu próprio laudo de vistoria, a Anatel poderá, a seu critério, realizar vistorias técnicas de rotina na emissora, a qualquer tempo.

20.4. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.

20.5. O Ministério das Comunicações poderá solicitar, em qualquer fase do processo de renovação, outros documentos que comprovem a idoneidade da entidade solicitante e de seus dirigentes.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.036553/12 Localidade/UF: Mococa/SP
 Entidade: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL ESPERANÇA E VIDA- ACCEV
 Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

| Processo | | | | | | |
|------------------------------------|--|----------------|------------------|--------------------------|---------------|------------|
| 1. | A Entidade é uma: | Associação | | | | |
| 2. | Requerimento de Sollicitação? | Sim | | | | |
| (2) | | | | | | |
| 3. | A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão? | | | | | |
| (não encaminhou o Estatuto Social) | | | | | | |
| 4. | O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente? | | | | | |
| (Não encaminhou o Estatuto Social. | | | | | | |
| 5. | Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612? | | | | | |
| 6. | Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República? | Não se Aplica | | | | |
| 7. | Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou | Não | | | | |
| 8. | Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade? | Não | | | | |
| 9. | Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso? | Não | | | | |
| 10. | Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço de Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados? | Não | | | | |
| 11. | Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)? | Sim | | | | |
| (fl. 6) | | | | | | |
| 12. | Quadro Diretivo da Associação ou Fundação | Mandato: | | Validade: | | |
| | Nome do Dirigente | CPF | Cargo | Majoridade / Emancipação | Nacionalidade | Declaracao |
| | José Aparecido Lopes de Siqueira | 050.825.788-39 | Presidente | Não | Não | Não |
| | Maria de Lourdes dos Santos Paganote | 120.493.728-17 | Vice-Presidente | Não | Não | Não |
| | Gilmar dos Santos Pózzar | 309.015.678-41 | Secretário Geral | Não | Não | Não |
| | Cláudia Gomes Farias | 274.771.358-00 | 2º Secretário | Não | Não | Não |

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.036553/12 Localidade/UF: Mococa/SP
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO CULTURAL ESPERANÇA E VIDA- ACCEV
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

| Nome do Dirigente | CPF | Cargo | Majoridade / Emancipação | Nacionalidade | Declaracao |
|--------------------------------------|----------------|------------------|-----------------------------|---------------|------------|
| Eduardo Farias | 287.179.808-79 | Tesoureiro Geral | Não | Não | Não |
| Regina dos Santos Siqueira | 298.651.046-57 | 2º Tesoureiro | Não | Não | Não |
| José Aparecido Lopes de Siqueira | 050.825.788-39 | Presidente | Não | Não | Não |
| Maria de Lourdes dos Santos Paganote | 120.493.728-17 | Vice-Presidente | Não | Não | Não |
| Gilmar dos Santos Pózzer | 309.015.678-41 | Secretário Geral | Não | Não | Não |
| Cláudia Gomes Farias | 274.771.358-00 | 2º Secretário | Não | Não | Não |
| Eduardo Farias | 287.179.808-79 | Tesoureiro Geral | Não | Não | Não |
| Regina dos Santos Siqueira | 298.651.046-57 | 2º Tesoureiro | Não | Não | Não |

13. Conclusão da Análise

Da análise do processo constatou-se que a Entidade deve remeter a seguinte documentação:

- I. Cópia do Estatuto Social;
 - II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados;
 - III. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas;
 - IV. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida;
 - V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
 - VI. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - a. a. Certidão dos setores de distribuição dos fotos criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;
 - b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;
 - c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual ou do Distrito Federal, e Municipal do local onde está sediada; e
 - d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- à consideração Superior.

Eliane Rodrigues

Eliane Maria Alves Rodrigues 1551517
(Analista)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 899/2013/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.036553/12
Processo de Outorga nº 53830.000160/99

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação de Comunicação Cultural Esperança e Vida - ACCEV** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Mocóca / SP**, conforme Portaria de autorização, publicada no D.O.U. de 02/05/2000 e Decreto Legislativo nº 187, publicado no D.O.U. de 09/08/2002.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Cópia do Estatuto Social, na íntegra e legível, devidamente registrado no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 8.1, alínea "b" e 8.2 alínea "c", da Norma nº 1/2011.

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

III. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "g", da Norma nº 01/2011;

IV. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso, de acordo com ao subitem 8.1, alínea "f.1", da Norma nº 01/2011;

V. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições,

participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f.2", da Norma nº 01/2011;

VI. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea "a" do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e no subitem 10.8 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos fotos criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual ou do Distrito Federal, e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

CONCLUSÃO

4. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

5. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.


À consideração superior.

Brasília, 20 de março de 2013.


NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0899/2013/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 26 de março de 2013.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281



Ofício nº 1081 /2013/CGRC/SCE-MC

Brasília, 26 de março de 2013.

Ao Senhor

JOSÉ APARECIDO LOPES DE SIQUEIRA

Representante Legal da Associação de Comunicação Cultural Esperança e Vida - ACCEV

Rua Alcides Zanchi, nº 50

13.732-508 Mococa / SP




Assunto: Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.036553/2012

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.036553/2012 na localidade de **Mococa / SP** no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 0899/2013, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

| | | | |
|--|--|---|---|
| NOME OU RAZÃO SOCIAL | | Of. 1081 /2013/CGRC/SCE-MC | |
| ENDEREÇO / ADRES | | 53000.036553/12 | |
| CEP / CODE POSTAL | | JOSÉ APARECIDO LOPES DE SIQUEIRA ASS. DE COMUNIC. CULT. ESPERANÇA E VIDA - ACCEV RUA ALCIDES ZANCHI, Nº 50 13.732-508 MOCOCA / SP | |
| DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION | | NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ | |
| ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR | | DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATON | CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION |
|  | | 8/4/13 |  |
| NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR | | | |
| Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORÇÃO EXPEDIDOR | | RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT | |
| | |  Mano Eduardo de Oliveira Matr. 8.915.116-9 | |
| ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO | | | |



AVISO DE
RECEPIMENTO

AR

AVIS CN07

RQ 2341 125 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

4/4/13

5/4/13

14:50 h

13:52 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,
Ed. Anexo Ala Oeste sala 300
70044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL



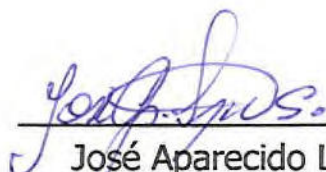
DECLARAÇÃO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 02619/2013-64
SEAPASCE
10/05/2013-08:36

José Aparecido Lopes Siqueira, portador do CPF. 050.825.788-39, na qualidade de Presidente e representante legal da Associação de Comunicação Cultural Esperança e Vida – ACCEV, declaro para os devidos fins, que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão por assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

Mococa, 02 de Maio de 2013.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 025487/2013-22
SEAPASCE
22/05/2013-09:25



José Aparecido Lopes Siqueira
Presidente – Representante Legal
CPF. 050.825.788-39


Seu
130

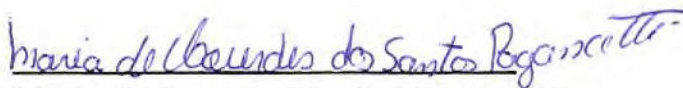
DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

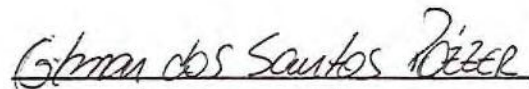


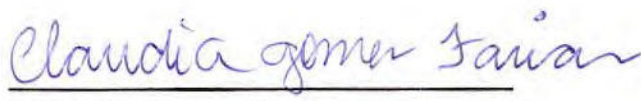
Nós, na qualidade de dirigentes da Associação de Comunicação Cultural Esperança e Vida – ACCEV, declaramos para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº. 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

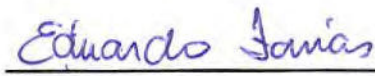
Mococa, 02 de Maio de 2013.

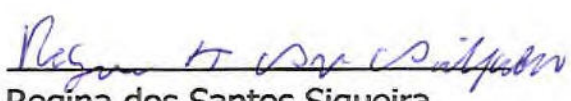

José Aparecido Lopes Siqueira
Presidente – Representante Legal
CPF. 050.825.788-39

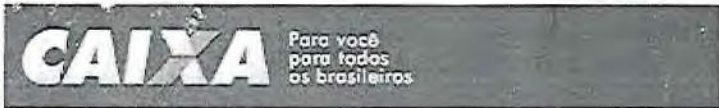

Maria de Lourdes Santos Paganotti
Vice-Presidente
CPF. 120.493.728-17


Gilmar dos Santos Pózzner
Secretário Geral
CPF. 309.015.678-41


Claudia Gomes Farias
2º Secretário
CPF. 274.771.358-00


Eduardo Farias
Tesoureiro Geral
CPF. 287.179.808-79


Regina dos Santos Siqueira
2º Tesoureiro
CPF. 298.651.046-57



- A CAIXA
- REDE DE ATENDIMENTO
- OUVIDORIA
- DOWNLOAD
- MAPA DO SITE
- SEGURANÇA
- IMPRENSA
- Navegue pela CAIXA



Produtos e Serviços

Ajuda

Home | SERVIÇOS AO CIDADÃO | FGTS Empresa | Consulta Regularidade do Empregador | Situação de Regularidade do Empregador



:: Situação de Regularidade do Empregador

Inscrição (CNPJ ou CEI): 02896525/0001-82

Empregador não cadastrado.

Para cadastrá-lo dirija-se a uma das **Agências da CAIXA** munido dos documentos de constituição da empresa.

Dúvidas mais Frequentes

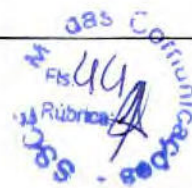
O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

FG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

13730-900 - RUA XV DE NOVEMBRO, 360 CENTRO MOCOCA SP



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número 4630/2013

Data Geração: 24/04/2013

Data 24/05/2013

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

Identificação

CCM 7424

Contribuinte ASSOCIACAO COMUNICACAO COMUNITARIA CULTURAL ESPERANCA VIDA

CNPJ / CPF 02.896.525/0001-82

IE / RG

Endereço RUA ALCIDES ZANCHI, 50 A/C: MAZIERO

Bairro JARDIM ALVORADA Cidade: MOCOCA Estado: SP

Atividade RADIO COMUNITARIA

Data Emissão: 24/04/2013

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<http://www.mococa.sp.gov.br>

Número 4630/2013

Inscrição 7424

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ**

Certidão Emitida Gratuitamente



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUNITARIA CULTURAL ESPERANCA E VIDA
CNPJ: 02.896.525/0001-82

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 16:14:03 do dia 19/04/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/10/2013.

Código de controle da certidão: **A482.07A4.F559.491D**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8700-7

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

Jose Ap Lopes Siqueira

8579-04852

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 20.743.734-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/FEV/2011

NOME JOSÉ APARECIDO LOPES SIQUEIRA

FILIAÇÃO APARECIDO LOPES DE SIQUEIRA E BENEDITA DA COSTA SIQUEIRA

NATURALIDADE MOCOCA -SP DATA DE NASCIMENTO 06/SET/1961

DOC ORIGEM MOCOCA - SP

MOCOCA

CC:LV.B40 /FLS.193 /N.002294

CPF 050825788/39

204 Delegado Divisionário

Roberto Augusto de Paula IIRCD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1º TABELA DE NOTAS E DE PROTESTOS DE LETRAS MOCOCA - SP

0595AA633450

Mococa, 22 ABR. 2013

Autentico a presente cópia extraída neste Tabelionato do respectivo original, dou fé.

Valor recebido por autenticação R\$ _____

Juliana Zitto Pizoli

Escrivente Autorizada

C/C

NASCIMENTO 06.09.61

INSCRIÇÃO NO CPF 050 825 788 39

CONTRIBUINTE

JOSE APARECIDO LOPES SIQUEIRA

Roberto Augusto de Paula

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INSCRIÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

1º TABELA DE NOTAS E DE PROTESTOS DE LETRAS MOCOCA - SP

0595AA633451

Mococa, 22 ABR. 2013

Autentico a presente cópia extraída neste Tabelionato do respectivo original, dou fé.

Valor recebido por autenticação R\$ _____

Juliana Zitto Pizoli

Escrivente Autorizada



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Mococa

Referente ao Pedido 00001015 de 23 de Abril de 2013

Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
- * certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais**, anteriores a data de **23/04/2013**, verificou nada constar contra:

JOSÉ APARECIDO LOPES SIQUEIRA* * * * *
 KPTF BQBSFDJEP MPQFT TJRVFJSB* * * * *
 LQUG CRCTGEKFQ NQRGU UKSWGKTC* * * * *

RG:20743734-8, CPF:050825788-39

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Mococa, 23 de Abril de 2013.

CARLOS DONIZETTI ALBERTIN
 Escrevente-Chefe



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00001015, Identificação= 82359 e Data= 23/04/2013.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JOSE APARECIDO LOPES SIQUEIRA

DATA DE NASCIMENTO: **06/09/61** Nº INSCRIÇÃO: **305986501-41** ZONA: **073** SEÇÃO: **0032**

MUNICÍPIO/UF: **MOCOCA SP** DATA DE EMISSÃO: **18/09/86**

PRESIDENTE DO TRE
[Assinatura]

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTICA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

[Assinatura]

ASSINATURA DO INTERESSADO

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTICA ELEITORAL

SERVIÇO DE NOTAS E DEBÍTI. STOS

ARQUIVAMENTO MOCOCA - SP

0595AA633454

Mococa, **22 ABR. 2013**

Autentico a presente cópia extraída neste Tabelionato do respectivo original, dou fé.

Valor recebido por autenticação R\$ _____

Juliana Zitto Pizotti
Escrivente Autorizada

[Rubrica]

SSC

Arquivos

21-115 8/81

21-091



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

DISTRITO, MUNICÍPIO E COMARCA DE MOCOCA
ESTADO DE SÃO PAULO - REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comunicações
Fb 499
Rubrica
438

Heroino Machado Filho

Maria José M. da Silva Machado

Oficial do Registro Civil

Oficial Maior

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, sob o nº 2.294 - , a fls. 193 - - - do livro B-40 - - - , deste cartório, consta o assento de casamento de José Aparecido Lopes Siqueira - - - com Regina Aparecida dos Santos - - - realizado no dia 13 - - - de - - - março - - - de 1 982 - - - , perante o M. Juiz cidadão Arlindo Valério - - - e as testemunhas constantes do termo - - -

O contraente, natural deste distrito - - - nascido a (06) seis de setembro de mil novecentos e sessenta e um (1961) - - - de estado civil solteiro - - - , profissão mecânico de manutenção - - - filho de Aparecido Lopes Siqueira - - - e de dona Benedita da Costa Siqueira - - -

A contraente, natural deste distrito - - - nascida a (14) quatorze de setembro de mil novecentos e sessenta e um (1961) - - - de estado civil solteira - - - , profissão doméstica - - - filha de José dos Santos - - - e de dona Teresinha da Silva Santos - - -

a qual passou a assinar Regina Aparecida dos Santos Siqueira - - -

O casamento pelo regime de comunhão parcial de bens - - -

OBSERVAÇÕES:

Carvalho 903 e
Roberto Shimmon 122-3-P-2

ANTURIO DO REGISTRO CIVIL

MARIA JOSÉ M. DA S. MACHADO
Oficial Maior

MOCOCA

E. S. Post



1º TABELA DE NOTAS E PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS - MOCOCA/SP

Mococa, 22 ABR. 2013

Autentico a presente cópia extraída neste Tabelionato de respectivos original, dou fé.
Valor recebido por autenticação R\$

Juliana Zitto Pizoli
Escrivente Autorizada

referido é verdade e dou fé.

Mococa, 13 - - - de - - - março - - - de 19 82 - - -

Maria José M. da S. Machado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 7466762013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **JOSÉ*APARECIDO*LOPES*SIQUEIRA**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de **APAECIDO LOPES DE SIQUEIRA** e **BENEDITA DA COSTA SIQUEIRA**, nascido(a) aos 06/09/1961, natural de MOCOCA/SP, Documento de identificação 207437348 SSP/SP, CPF 050825788-39.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;2)
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados, os quais devem ser confirmados pelo interessado ou destinatário, com os documentos de identificação;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço(<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias. Brasília-DF.

Brasília-DF, 14:31 de 03/05/2013



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

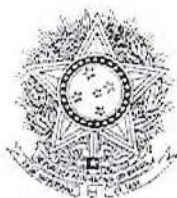
Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **JOSE APARECIDO LOPES SIQUEIRA**
Inscrição: **30593650141** Zona: 073 Seção: 0032
Município: 67113 - MOCOCA UF: SP
Data de Nascimento: 06/09/1961 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: BENEDITA DA COSTA SIQUEIRA
APAREIDO LOPES SIQUEIRA

Certidão emitida às 08:10 de 06/05/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **VUHM.G5RZ.2NMP.SUWL**



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20130000688649

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: JOSE APARECIDO LOPES SIQUEIRA** , ou vinculado ao **CPF de número 050.825.788-39,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br , até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 5I682a63FKJZ FDh8PJ hJCQYSU15KCQ97D
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 24 de abril de 2013 às 15h13min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**

**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

Nome: JOSE APARECIDO LOPES SIQUEIRA**Número do RG:** 20743734 - 8**Nome do Pai:** APARECIDO LOPES DE SIQUEIRA**Nome da Mãe:** BENEDITA DA COSTA SIQUEIRA**Data de Nascimento:** 06/09/1961**Data de Expedição informada:** 01/02/2011

Não é possível emitir o seu Atestado de Antecedentes. Ocorreu falha na sua identificação. Verifique se você digitou corretamente os dados, conforme sua Carteira de Identidade.

Se o problema persistir, solicitamos que, para obtenção do Atestado de Antecedentes, você imprima o resultado desta pesquisa e se dirija a um posto de identificação do IIRGD ou a um posto do Poupatempo (vide relação dos postos e seus respectivos endereços clicando aqui).

Ressaltamos que isto não implica a existência de pendências jurídico-criminais. Pode ser somente uma incorreta identificação por erro de digitação, acentuação ou duplicidade de informações nos nossos arquivos.



Imprimir | Retorna

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

1223

POLEGAR DIREITO

MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PAGANOTTI

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.952.589-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/MAI/2001

NOME MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PAGANOTTI

FILIAÇÃO SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS

E VICENCIA ELIDIA DOS SANTOS

NATURALIDADE MOCOCA -SP DATA DE NASCIMENTO 20/AGO/1956

DOC. GIGEM MOCOCA/SP MOCOCA

CC-LV-B28 /FLS.226 /N.007569

CPF 120493728-17

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.176 DE 29/08/83

2ª TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS

Rua XV de Novembro Nº 567 - Centro - Mococa - SP

Fone/Fax: (19) 3556-1962 e (19) 3556-4572

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.

Mococa, 25/04/13

Tabellão / Proposta / Escrevente

☐ SERGIO ROBERTO AMBRÓSIO - Tabellão Delegado ☐ AVILTON SIMONI - Proposta

2ª TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS

Rua XV de Novembro Nº 567 - Centro - Mococa - SP

Fone/Fax: (19) 3556-1962 e (19) 3556-4572

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.

Mococa, 25/04/13

Tabellão / Proposta / Escrevente

☐ SERGIO ROBERTO AMBRÓSIO - Tabellão Delegado ☐ AVILTON SIMONI - Proposta

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PAGANOTTI

DATA DE NASCIMENTO 20/08/56

Nº INSCRIÇÃO 306105301-24

ZONA 073

SEÇÃO 0035

MUNICÍPIO/UF MOCOCA SP

DATA DE EMISSÃO 18/09/86

PRESIDENTE DO TRE

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PAGANOTTI

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

2ª TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS

Rua XV de Novembro Nº 567 - Centro - Mococa - SP

Fone/Fax: (19) 3556-1962 e (19) 3556-4572

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.

Mococa, 25/04/13

Tabellão / Proposta / Escrevente

☐ SERGIO ROBERTO AMBRÓSIO - Tabellão Delegado ☐ AVILTON SIMONI - Proposta

2ª TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS

Rua XV de Novembro Nº 567 - Centro - Mococa - SP

Fone/Fax: (19) 3556-1962 e (19) 3556-4572

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.

Mococa, 25/04/13

Tabellão / Proposta / Escrevente

☐ SERGIO ROBERTO AMBRÓSIO - Tabellão Delegado ☐ AVILTON SIMONI - Proposta

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição 120.493.728-17

Nome MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PAGANOTTI

Nascimento 20/08/1956

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão MAI/2001

BANCO DO BRASIL

2ª TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS

Rua XV de Novembro Nº 567 - Centro - Mococa - SP

Fone/Fax: (19) 3556-1962 e (19) 3556-4572

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.

Mococa, 25/04/13

Tabellão / Proposta / Escrevente

☐ SERGIO ROBERTO AMBRÓSIO - Tabellão Delegado ☐ AVILTON SIMONI - Proposta

2ª TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS

Rua XV de Novembro Nº 567 - Centro - Mococa - SP

Fone/Fax: (19) 3556-1962 e (19) 3556-4572

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.

Mococa, 25/04/13

Tabellão / Proposta / Escrevente

☐ SERGIO ROBERTO AMBRÓSIO - Tabellão Delegado ☐ AVILTON SIMONI - Proposta

**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO


IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

Nome: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PAGANOTTI**Número do RG:** 7952589 - 1**Nome do Pai:** SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS**Nome da Mãe:** MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PAGANOTTI**Data de Nascimento:** 20/08/1956**Data de Expedição informada:** 11/05/2001

Não é possível emitir o seu Atestado de Antecedentes. Ocorreu falha na sua identificação. Verifique se você digitou corretamente os dados, conforme sua Carteira de Identidade.

Se o problema persistir, solicitamos que, para obtenção do Atestado de Antecedentes, você imprima o resultado desta pesquisa e se dirija a um posto de identificação do IIRGD ou a um posto do Poupatempo (vide relação dos postos e seus respectivos endereços clicando aqui).

Ressaltamos que isto não implica a existência de pendências jurídico-criminais. Pode ser somente uma incorreta identificação por erro de digitação, acentuação ou duplicidade de informações nos nossos arquivos.

 Imprimir | [Retorna](#)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

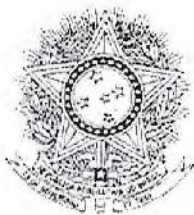
Nº 13529432013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARIA*DE*LOURDES*DOS*SANTOS*PAGANOTTI**, nacionalidade brasileira, filho(a) de SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS e VICENCIA ELIDIA DOS SANTOS, nascido(a) aos 20/08/1956, natural de MOCOCA/SP, Documento de identificação 7952589 SSP/SP, CPF 120.493.728-17.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:35 de 24/04/2013



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 2013.0000687030

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra MARIA DE LOURDES DOS SANTOS**, ou vinculado ao **CPF 120.493.728-17**,

Consta, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo:
Nomes Iguais e CPF/CNPJ não Cadastrados no sistema Processual

| Processo | Vara | Distribuição | Classe/Ação | Autor |
|--------------------------|------|--------------|-----------------|---|
| 0000821-03.2010.403.6121 | 2 | 05/11/2010 | ACAO DISCRIMINA | FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO TAUBATE |

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base na Ordem de Serviço nº 03/2009 DF;
- b) Para obter informação a respeito do(s) processo(s) constante(s) na certidão, favor entrar em contato com a Subseção Judiciária mais próxima, excetuando os Juizados Especiais Federais - JEF, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do soliditante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7EMGTIY5a3H 4JEF3A hJCRVSQ83K6Q75S
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 25 de Abril de 2013 (às 10:19h).

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PAGANOTTI**
Inscrição: **030610530124** Zona: 73 Seção: 35
Município: 67113 - MOCOCA UF: SP
Data de Nascimento: 20/08/1956 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: VICENCIA ELIDIA DOS SANTOS
SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS

Certidão emitida às 09:40 de 26/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

UQSZ.AAXU.G4DZ.OYT9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 13779642013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARIA*DE*LOURDES*DOS*SANTOS*PAGANOTTI**, nacionalidade brasileira, filho(a) de SEBASTIAO PEREIRA DOS SANTOS e VICENCIA ELIDIA DOS SANTOS, nascido(a) aos 20/08/1956, natural de MOCOCA/SP, Documento de identificação 7952589 SSP/SP, CPF 120.493.728-17.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 10:07 de 26/04/2013



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Mococa

Referente ao Pedido 00001016 de 23 de Abril de 2013

Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
 * certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais**, anteriores a data de **23/04/2013**, verificou nada constar contra:

MARIA DE LOURDES LOPES DE SIQUEIRA* * * * *
 NBSJB EF MPVSEFT MPQFT EF TJRVFJSB* * * * *
 OCTKC FG NQWTFGU NQRGU FG UKSWGKTC* * * * *

RG:7952589-1, CPF:120493728-17

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Mococa, 23 de Abril de 2013.

CARLOS DONIZETTI ALBERTIN
 Escrevente-Chefe



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00001016, Identificação= 97117 e Data= 23/04/2013.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

2º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS
Rua XV de Novembro Nº 567 - Centro - Mococa - SP
Fone/Fax: (19) 3665-1902 e (19) 3665-4072

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.

Mococa, 25/04/13

☐ SERGIO ROBERTO AMERSONIO - Tabelião Delegado ☐ AMILTON SIMONI - Proposto

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:

JOSÉ ANTÔNIO PAGANOTTI FILHO
MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS

MATRÍCULA:

115899 01 55.1975 2 00028 226 0007569 24

NOMES COMPLETOS DOS CONTRAENTES, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CÔNJUGES

JOSÉ ANTÔNIO PAGANOTTI FILHO, de nacionalidade brasileira, solteiro, natural de Mococa, Estado de São Paulo, nascido no dia vinte e dois de fevereiro de um mil e novecentos e cinquenta e três (22/02/1953), filho de JOSÉ ANTÔNIO PAGANOTTI e de JULIETA ANA LUCIANO PAGANOTTI.

MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, solteira, natural de Mococa, Estado de São Paulo, nascida no dia vinte de agosto de um mil e novecentos e cinquenta e seis (20/08/1956), filha de SEBASTIÃO PEREIRA DOS SANTOS e de VICENCIA ELIDIA DOS SANTOS.

DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

Vinte e seis de julho de um mil e novecentos e setenta e cinco

DIA 26 MÊS 07 ANO 1975

REGIMÉ DE BENS DO CASAMENTO

COMUNHÃO DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

O contraente passou a assinar JOSÉ ANTÔNIO PAGANOTTI FILHO

A contraente passou a assinar MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PAGANOTTI

OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES

Celebrante: Arlindo Valério. Nada mais me cumpri certificar.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE MOCOCA - ESTADO DE SÃO PAULO

Cleusa Regina Tosta de Freitas - OFICIAL DESIGNADA

RUA XV DE NOVEMBRO, 125 - CENTRO - CEP 13730-020 - MOCOCA/SP - FONE/FAX: (19) 3665-3860

Requeridos: JOSÉ ANTÔNIO PAGANOTTI FILHO e MARIA DE LOURDES PEREIRA DOS SANTOS

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

Em Teste: 24 de abril de 2013

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Mococa, 24 de abril de 2013.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE DA COMARCA DE
MOCOCA - ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Cleusa Regina Tosta de Freitas - Oficial Designada

Rua XV de novembro, 125/129

Fone (19) 3665-3860 - CEP 13730-020

e-mail: regcivilmococa@uol.com.br

Cleusa Regina Tosta de Freitas

Oficial Designada

OFICIAL: 19,30 IPESP: 3,85 TOTAL: 23,15

Selos recolhidos pela guia Nº 075/2013

043674

1164G-AA

1164G-43001-44000-0213

1164G-43001-44000-0213

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

das Comunicações
Rúbrica
62

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSTITUÍDO POR DOIS CINQUENOVES
ESTADOS E UM DISTRITO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nome: **EDUARDO FARIAS**
CPF: **287.179.808-79**
Data de Nascimento: **11/02/1982**
Relação: **JOSE SEBASTIAO FARIAS**
Término: **TERESA APARECIDA DOS S**
Antec. FARIAS
Data de Emissão: **26/04/2016**
Data de Validade: **05/10/2001**
Data de Emissão: **09/05/2011**
Data de Validade: **96544131460**
CPF: **8931298345**

EDUARDO FARIAS
CPF: **287.179.808-79**
Data de Nascimento: **11/02/1982**
Relação: **JOSE SEBASTIAO FARIAS**
Término: **TERESA APARECIDA DOS S**
Antec. FARIAS
Data de Emissão: **26/04/2016**
Data de Validade: **05/10/2001**
Data de Emissão: **09/05/2011**
Data de Validade: **96544131460**
CPF: **8931298345**

433075730 032570387

2º CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTOS
RUA XV DE NOVEMBRO, 567 - MOCOCA - SP
AUTENTICAÇÃO: Confere com original a mim apresentado, Dou

24 ABR 2013

☐ SÉRGIO ROBERTO AMBRÓSIO - Tabelião
☐ AMILTON SIMONI - Proposto do Tabelião
Válido somente com selo de autenticidade - valor R\$



0594AA293713
Danielle Afonso da Silva
Escritura Autorizada

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: **EDUARDO FARIAS**
Nº de Inscrição: **287179808-79**
Data de Nascimento: **11/02/82**

2º CARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTOS
RUA XV DE NOVEMBRO, 567 - MOCOCA - SP
AUTENTICAÇÃO: Confere com original a mim apresentado, Dou

24 ABR 2013

☐ SÉRGIO ROBERTO AMBRÓSIO - Tabelião
☐ AMILTON SIMONI - Proposto do Tabelião
Válido somente com selo de autenticidade - valor R\$

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura: **EDUARDO FARIAS**
S
E
R
P
A

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em : 11/03/98



0594AA293714
Danielle Afonso da Silva
Escritura Autorizada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
EDUARDO FARIAS

DATA DE NASCIMENTO
11/02/1982

Nº INSCRIÇÃO
2879366001/16

D.V.
073

ZONA
0073

MUNICÍPIO / UF
MOCOCA / SP

DATA DE EMISSÃO
04/05/98

ANTONIO VENTURA
Juiz Eleitoral

TABELA DE NOTAS E DE PROTESTOS
DE LETRAS E TÍTULOS - MOCOCA/SP

VALIDO SOMENTE COM MANCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Mococa, 27 de MAR. 2013

0595AA633902
Autentico a presente, copia extraída
nesta Tabelião do respectivo
original, dou fé.
Valor recebido por autenticação R\$ _____

Juliana Zitto Piroli
Escritorante Autenticação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Eduardo Farias

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MANCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

das Comunicações
Fls. 63
Rubrica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE
COMARCA DE MOCOCA - ESTADO DE SÃO PAULO



RE. 64
RUBRICA
Ses. 682-1

Bel. Márcio Antonio de Freitas
Delegado

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, sob o nº 901, às folhas 076, do livro B-006-aux, deste Cartório, em 22/05/07, foi registrado o casamento religioso para efeito civil de: - - - - -
EDUARDO FARIAS com - - - - -
CLAUDIA PEREIRA GOMES, - - - - -
a qual passou a assinar: - - - - -
CLAUDIA GOMES FARIAS, - - - - -
realizado em 12 de maio de 2007, - - - - -
Igreja Santa Luzia, - - - - -
Mococa, sp., - - - - -
celebrado pela Autoridade Religiosa, - - - - -
Padre Celso Abreu de Jesus, - - - - -
perante as testemunhas constantes do termo religioso, - - - - -
O contraente, - - - - -
natural de MOCOCA, SP., - - - - -
nascido em 11 de fevereiro de 1982, - - - - -
solteiro, programador de cnc, - - - - -
filho de: - - - - -
JOSÉ SEBASTIÃO FARIAS e - - - - -
TERESA APARECIDA DOS SANTOS FARIAS, - - - - -
A contraente, - - - - -
natural de ITABELA, BA., - - - - -
nascida em 22 de abril de 1979, - - - - -
solteira, vendedora, - - - - -
filha de: - - - - -
JOAQUIM GOMES DE OLIVEIRA e - - - - -
CREUZA PEREIRA GOMES, - - - - -
O regime adotado é o de "COMUNHÃO PARCIAL DE BENS". - - - - -
OBSERVAÇÕES: Primeira Via - Isenta de Selos. - - - - -

O referido é verdade e dou fé.

Mococa, 22 de maio de 2007.

Cleusa Regina Tosta de Freitas
Escrevente Substituta

DE NOTAS E DE PROJETOS
DE LEIS E TÍTULOS - MOCOCA - SP
AUTENTICAÇÃO DE
0595AA633900
Mococa, 24 ABR. 2013
Autentico a presente cópia extraída
neste Tabelionato do respectivo
original, dou fé.
Valor recebido por autenticação R\$
Juliana Zitto Pizoli
Escrevente Autorizada

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE
Rua XV de Novembro, 143 - Centro - Mococa - SP
Cleusa Regina Tosta de Freitas
Escrevente Substituta
MOCOCA - ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de novembro, 143 - Centro - Mococa/SP - CEP: 13730-020 - Fone/Fax: (19) 3665-3860 - e-mail: regcivilmococa@uol.com.br



1.64G-17001-18000-0207

1164G-AA 017887

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Mococa

Referente ao Pedido 00001030 de 23 de Abril de 2013

Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
 * certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais**, anteriores a data de **23/04/2013**, verificou nada constar contra:

EDUARDO FARIAS* * * * *
 FEVBSEP GBSJBT* * * * *
 GFWCTFQ HCTKCU* * * * *

RG:40466641-3, CPF:287179808-79

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Mococa, 23 de Abril de 2013.

CARLOS DONIZETTI ALBERTIN
 Escrevente-Chefe



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00001030, Identificação= 06526 e Data= 23/04/2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

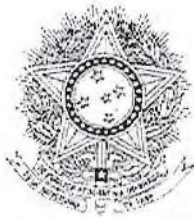
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 9466332010

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **EDUARDO*FARIAS**, nacionalidade brasileiro, filho(a) de **JOSÉ SEBASTIÃO FARIAS** e **TERESA APARECIDA DOS SANTOS**, nascido(a) aos 11/02/1982, natural de MOCOCA/SP, Documento de identificação 40466641-3 SSP/SP, CPF 287.179.808-79.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;2)
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados, os quais devem ser confirmados pelo interessado ou destinatário, com os documentos de identificação;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço(<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias. Brasília-DF.

Brasília-DF, 14:25 de 03/05/2013



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20130000702343

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: EDUARDO FARIAS**, ou vinculado ao **CPF de número 287.179.808-79**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGUAT816M X7NTMH 4I6AA1Z2IhA4Y6Z
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 26 de abril de 2013 às 09h38min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **EDUARDO FARIAS** .
Inscrição: **287936600116** Zona: 73 Seção: 73
Município: 67113 - MOCOCA UF: SP
Data de Nascimento: 11/02/1982 Domiciliado desde: 04/05/1998
Filiação: TERESA APARECIDA DOS SANTOS FARIAS
JOSE SEBASTIAO FARIAS

Certidão emitida às 10:18 de 26/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

VUHM.ZQWZ.EJON.SUWL

**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt

Imprimir | Retorna

Nome: EDUARDO FARIAS

Número do RG: 40466641 - 3

Nome do Pai: JOSE SEBASTIAO FARIAS

Nome da Mãe: TERESA APARECIDA DOS SANTOS FARIAS

Data de Nascimento: 11/02/1982

Data de Expedição informada: 27/12/1996

"O requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes judiciário-criminais até a presente data no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt."

IMPORTANTE :

Este atestado é válido somente com a apresentação da carteira de identidade expedida na data acima pelo IIRGD da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Este atestado foi emitido em 26/04/2013, às 12:50 horas e está disponível para consulta no endereço: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código : 905bd218-e761-47b0-ba93-742de724a9a0

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DA SILVA

721-1

DELEGADO DE POLÍCIA

Claudia Gomes Farias
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

1º TABELA DE ABREVIATURAS DE LETRAS
DE LETRAS TÍPICAS - MOCOCA/SP

Mococa, 24 ABR. 2013

Autentico a presente cópia/extraída nesta Tabela de Letras Típicas original, deu fe.

Valor recebido por autenticação R\$

Juliana Zitto Pizoni
Escritorante Autorizada

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 34.027.003-2 DATA DE EMISSÃO 01/NOV/2007

NOME CLAUDIA GOMES FARIAS

FILIAÇÃO JOAQUIM GOMES DE OLIVEIRA

E CREUZA PEREIRA GOMES

NATURALIDADE PORTO SEGURO - BA

DATA DE NASCIMENTO 22/ABR/1979

DOC ORIGEM - MOCOCA-SP

CC/LV. 86 / FLG. 76 / N. 000901

CPF 274.771.358-00

VALORES ANTONIO G. DE S. 130 Delegado Divisional

LEI N.º 7.116 DE 20/04/03

Ministério da Fazenda
Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição 274.771.358-00

Nome CLAUDIA GOMES FARIAS

Nascimento 22/04/1979

1º TABELA DE ABREVIATURAS DE LETRAS
DE LETRAS TÍPICAS - MOCOCA/SP

Mococa, 24 ABR. 2013

Autentico a presente cópia/extraída nesta Tabela de Letras Típicas original, deu fe.

Valor recebido por autenticação R\$

Juliana Zitto Pizoni
Escritorante Autorizada

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
CLAUDIA GOMES FARIAS

DATA DE NASCIMENTO **22/04/1979** Nº INSCRIÇÃO **2116 3550 0124** D.V. **073** ZONA **0125**

MUNICÍPIO / UF **MOCOCA/SP** DATA DE EMISSÃO **21/02/2008**

JUIZ ELEITORAL

085 Comunicação
FE 20
J. Zito
085



1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS
DE LETRAS E TÍTULOS - MOCOCA/SP

24 ABR. 2013

Autentico a presente cópia extraída
neste Tabelionato de respectivos
original, dou fé.
Valor recebido por autenticação R\$

Juliana Zitto Pizoli
Escritorante Autorizada

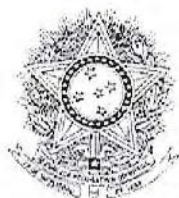
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Claudia Gomes Farias

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20130000687198

CERTIFICO , revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: CLAUDIA GOMES DE FARIAS** , ou vinculado ao **CPF de número 274.771.358-00**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.ius.br , até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGTIY66BC X8JPPX FBh6PNJW7BYaM2Y
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 24 de abril de 2013 às 13h45min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Mococa

Referente ao Pedido 00001019 de 23 de Abril de 2013

Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
* certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais, anteriores a data de 23/04/2013, verificou nada constar contra:**

CLAUDIA GOMES FARIAS* * * * *
DMBVEJB HPNFT GBSJBT* * * * *
ENCWEKC IQOGU HCTKCU* * * * *

RG:34027003-2, CPF:274771358-00

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.
Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).
Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Mococa, 23 de Abril de 2013.

CARLOS DONIZETTI ALBERTIN
Escrevente-Chefe



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00001019, Identificação= 14812 e Data= 23/04/2013.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 34.883.905-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/JUL/96

NOME GILMAR DOS SANTOS POZZER

FILIAÇÃO JOSE BENEDITO POZZER

E MARIA APARECIDA DOS SANTOS POZZER

NATURALIDADE MOCOCA -SP DATA DE NASCIMENTO 17/JUL/1981

DOC ORIGEM MOCOCA SP
MOCOCA
GN: LV. ABO / FLS. 157V/N. 006886

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTOS DE LETRAS: TÍTULOS - MOCOCA/ SP

AUTENTICAÇÃO 0595AA633158

19 ABR. 2013

Autentico a presente cópia extraída neste Tabelão de respectivos original, dou fé.

Visto recebido por autenticação R\$

Gabriela Figueiredo
Escrevente Autorizada

LIBRARIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBERTO DAUAT

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

GILMAR DOS SANTOS POZZER

Foto

Assinatura

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Gilmar dos Santos Pozzer

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
GILMAR DOS SANTOS POZZER

DATA DE NASCIMENTO
17/07/1981

ZONA
073

SEÇÃO
0087

MUNICÍPIO / UF
MOCOCA/SP

DATA DE EMISSÃO
23/04/2004

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

309.015.678-41

GILMAR DOS SANTOS POZZER

17/07/1981

08
M.F.
J.S.
S.O.S.
C.O.S.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE
COMARCA DE MOCOCA - ESTADO DE SÃO PAULO

Bel. Márcio Antonio de Freitas
Delegado

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que, sob o nº 9.126, As folhas 100. do livro B-075, deste Cartório, consta o assento de casamento de: -
GILMAR DOS SANTOS POZZER com - - - - -
DANIELA ESPINDOLA, - - - - -
realizado no dia "01 de junho de 2001", perante o MM. Juiz, cidadão Arlindo Valério, e as testemunhas constantes no termo, - - - - -
O contraente, - - - - -
natural de MOCOCA, SP., - - - - -
nascido em 17 de julho de 1981, - - - - -
solteiro, caixa, - - - - -
filho de: - - - - -
JOSÉ BENEDITO POZZER e - - - - -
MARIA APARECIDA DOS SANTOS POZZER, - - - - -
A contraente, - - - - -
natural de MOCOCA, SP., - - - - -
nascida em 28 de janeiro de 1983, - - - - -
solteira, doméstica, - - - - -
filha de: - - - - -
JOSÉ ROBERTO ESPINDOLA e - - - - -
JUDITE DE MACEDO ESPINDOLA, - - - - -
A qual passou a assinar: - - - - -
DANIELA ESPINDOLA POZZER, - - - - -
O regime adotado é o de "COMUNHÃO PARCIAL DE BENS", - - - - -
OBSERVAÇÕES: (AVERBAÇÃO(ÕES)/ANOTAÇÃO(ÕES) NO VERSO).

O referido é verdade e dou fé.

Mococa, 12 de julho de 2007.

Regina Tosta de Freitas
Escritora Substituta

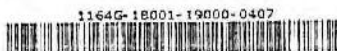
Reconheço por semelhança as firmas supra e reconheço a
Cláusula Regina Tosta de Freitas, e dou fé.
Mococa, 12 de julho de 2007.
Em testemunho da verdade.

Bel. Márcio Antonio de Freitas
Oficial
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



Digitador(a): regina
Custas recolhidas pela Guia nº 147/07
Escr. S. Far. R. Civ. Ipeesp Apas. T. Jus Total
22,93 0,47 0,00 4,61 0,02 0,08 28,19

Rua XV de novembro, 143 - Centro - Mococa/SP - CEP: 13730-020 - Fone/Fax: (19) 3665-3000 - e-mail: regcivilmococa@uol.com.br



VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, SEM EXCEÇÃO DE TERRA

1164G-AA 018627



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 2013.0000067955



CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO - Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **GILMAR DOS SANTOS POZZER**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **309.015.678-41**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 19 (dezenove) dias do mês de abril de 2013, às 16:36.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **eb043698 53481583 6c21444d 4d1edb11 de0e448e**;
- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **GILMAR DOS SANTOS POZZER**
Inscrição: **298170800191** Zona: 73 Seção: 87
Município: 67113 - MOCOCA UF: SP
Data de Nascimento: 17/07/1981 Domiciliado desde: 16/02/2000
Filiação: MARIA APARECIDA DOS SANTOS POZZER
JOSE BENEDITO POZZER

Certidão emitida às 16:23 de 19/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

NUIW.LSFZ.HKRX.9NXD



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **GILMAR DOS SANTOS POZZER**
CPF: **309.015.678-41**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 16:17:56 do dia 19/04/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/10/2013.

Código de controle da certidão: **ABA4.AEE4.9D68.AB16**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt



Imprimir | Retorna

Nome: GILMAR DOS SANTOS POZZER

Número do RG: 34933905 - 3

Nome do Pai: JOSE BENEDITO POZZER

Nome da Mãe: MARIA APARECIDA DOS SANTOS POZZER

Data de Nascimento: 17/07/1981

Data de Expedição informada: 29/07/1996

"O requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes judiciário-criminais até a presente data no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt."

IMPORTANTE :

Este atestado é válido somente com a apresentação da carteira de identidade expedida na data acima pelo IIRGD da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Este atestado foi emitido em 19/04/2013, às 16:38 horas e está disponível para consulta no endereço: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código : 21d093e1-b4fa-4f4e-aa9f-f093dd973e06



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo



Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Mococa

Referente ao Pedido 00001020 de 23 de Abril de 2013

Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
- * certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais, anteriores a data de 23/04/2013, verificou nada constar contra:**

GILMAR DOS SANTOS PÓZZER* * * * *
HJYNBS EPT TBOUPT QPAAFS* * * * *
IKNOCT FQU UCPVQU RQBBGT* * * * *

RG:34933905-3, CPF:309015678-41

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.
Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).
Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Mococa, 23 de Abril de 2013.

CARLOS DONIZETTI ALBERTIN
Escrevente-Chefe



Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00001020, Identificação= 88396 e Data= 23/04/2013.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8700-7

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLÍCARO DREILTO

Regina AP de S. Santos

ASSINATURA DO TITULAR

18579-049551

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 35.218.593-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/FEV/2011

NOME REGINA APARECIDA DOS SANTOS SIQUEIRA

FILIAÇÃO JOSE DOS SANTOS

E TERESINHA DA SILVA SANTOS

NATURALIDADE MOCOCA -SP DATA DE NASCIMENTO 14/SET/1961

DOC ORIGEM MOCOCA - SP

MOCOCA

CC: LV.B40 /FLS.193 /N.002294

CPF 298651048/57

204 Delegado Divisório

Roberto VIANA DO AMARAL IIRGD.SSPSP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1º TABE... DE LÉ... TITULO 95 MOCOCA 853

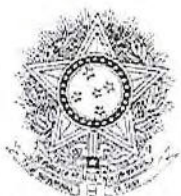
Mococa, 22 ABR. 2013

Autentico a presente cópia extraída neste Tabelionato do respectivos original, dou fé.

Valor recebido por autenticação R\$

Juliana Zitto Piz... Escrevente Autorizada





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20130000688499

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: REGINA APARECIDA DOS SANTOS SIQUEIRA**, ou vinculado ao CPF de número 298.651.048-57,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGTIZ96CX X9JMJM X7ENPVGX6W7NTQR
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 24 de abril de 2013 às 15h03min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**

<http://www.jfsp.jus.br/csp/jfspint/reqcertidaoprint.csp>

24/4/2013



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 13548342013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **REGINA*APARECIDA*DOS*SANTOS*SIQUEIRA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOSE DOS SANTOS e TERESINHA DA SILVA SANTOS, nascido(a) aos 14/09/1961, natural de MOCOCA/SP, Documento de identificação 352185934 SSP/SP, CPF 298.651.048-57.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 15:06 de 24/04/2013

**ATESTADO de
Antecedentes Criminais**secretaria da
segurança públicaGOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt



Imprimir | Retorna

Nome: REGINA APARECIDA DOS SANTOS SIQUEIRA

Número do RG: 35218593 - 4

Nome do Pai: JOSE DOS SANTOS

Nome da Mãe: TERESINHA DA SILVA SANTOS

Data de Nascimento: 14/09/1961

Data de Expedição informada: 03/02/2011

"O requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes judiciário-criminais até a presente data no Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt."

IMPORTANTE :

Este atestado é válido somente com a apresentação da carteira de identidade expedida na data acima pelo IIRGD da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Este atestado foi emitido em 24/04/2013, às 15:32 horas e está disponível para consulta no endereço: <http://www2.ssp.sp.gov.br/atestado/confirma.cfm>, informando o código : 92a1a142-defd-4722-9c50-8f4aad713c7



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **REGINA APARECIDA DOS SANTOS SIQUEIRA**
Inscrição: **030553760183** Zona: 73 Seção: 22
Município: 67113 - MOCOCA UF: SP
Data de Nascimento: 14/09/1961 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: TERESINHA DA SILVA SANTOS
JOSE DOS SANTOS

Certidão emitida às 10:04 de 26/04/2013

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

FPML.MØS+.JEA6.A2FH

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Mococa

Referente ao Pedido 00001029 de 23 de Abril de 2013

Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
 * certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais, anteriores a data de 23/04/2013, verificou nada constar contra:**

REGINA DOS SANTOS SIQUEIRA* * * * *
 SFHJOB EPT TBOUPT TJRVFJSB* * * * *
 TGIKPC FQU UCPVQU UKSWGKTC* * * * *

RG:35218593-4

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Mococa, 23 de Abril de 2013.

CARLOS DONIZETTI ALBERTIN
 Escrevente-Chefe



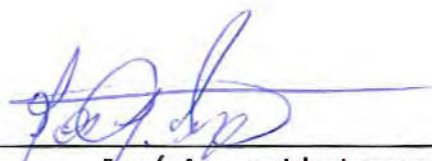
Página 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00001029, Identificação= 52034 e Data= 23/04/2013.

DECLARAÇÃO

José Aparecido Lopes, portador do CPF. 050.825.788, na qualidade de Presidente e representante legal da Associação de Comunicação Cultural Esperança e Vida – ACCEV, **declaro** para os devidos fins, que todos os dirigentes residem na área na qual é executado o serviço de radiodifusão, conforme o parágrafo único do Art. 7º da Lei nº. 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Mococa, 02 de Maio de 2013.



José Aparecido Lopes
Presidente – Representante Legal
CPF. 050.825.788-39

**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE
MOCOCA**

Rua Riachuelo, 478 – Fone (0XX19)3656-1519 – Mococa (SP)

Luis Sérgio Boarati
Oficial

Maria Imaculada de Moraes Miquelin
Preposta Substituta

Sandra Maria Chiquino Melchiades
Preposta Escrevente



"CERTIDÃO"

MARIA IMACULADA DE MORAES MIQUELIN, Oficial Substituta do REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, desta cidade e comarca de MOCOCA, Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc..

CERTIFICA == que atendendo a solicitação de pessoa interessada e que revendo os arquivos, livros e demais papéis do REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA, deles verificou C O N S T A R sob o nº de ordem 578 (QUINHENTOS E SETENTA E OITO) às fls. 88 do Livro A-3, em data de 14 (catorze) de Dezembro de 1.998 (hum mil, novecentos e noventa e oito), o registro do Estatuto Social da "ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCCEV", entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou comerciais, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro nesta cidade, na Rua Raul Garib nº 645, Jardim Alvorada, com área de abrangência no Jardim Alvorada e adjacências, constituindo finalidades primordiais a prestação de serviços de utilidade pública de comunicação social comunitária com fundamento na Lei 9.612/98 de 19-02-98, no que se refere ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, visando a organização e defesa dos direitos de cidadania do Bairro Jardim Alvorada, atendendo ao disposto no Artigo 215 da Constituição Federal do Brasil de 1.988, em consonância com normas universais previstas no Artigo XIX da Declaração dos Direitos Humanos, tendo sua programação diária o escopo de integralizar socialmente os cidadãos e as associações civis do Bairro Jardim

Alvorada, visando contribuir para a formação de cidadania, anseios e aspirações da comunidade local, sendo indeterminado o prazo de sua duração. Para a realização de seus objetivos sociais poderá a ACCCEV estabelecer intercâmbios, firmar contratos, assinar convênios com outras associações, entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, órgãos governamentais, participar de ações solidárias conjuntas, bem como efetivar trabalhos de atendimento, ensino, pesquisa, participar na formação de pessoal técnico relacionado com seus fins e conforme necessidade contratar e demitir funcionários. A fim de cumprir suas finalidades, se organizará em unidades de prestação de serviços, denominados departamentos anexos como os Conselhos Gestor, Comunitário, de Obras Sociais e de Educação e Cultura e quantos mais se fizerem necessários, que para desenvolver atividades peculiares, reger-se-ão por normas de funcionamento específicas e estarão sujeitas aos órgãos administrativos da associação. A ACCCEV tem como órgãos deliberativos e administrativos: a) Assembléia Geral, b) Diretoria Executiva e c) Conselho Fiscal. A Assembléia Geral será constituída por todas as categorias de sócios em pleno gozo dos seus direitos, competindo eleger os membros da Diretoria e Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é o órgão executivo da administração da associação, sendo constituída por Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente, Secretário Geral, Segundo Secretário, Tesoureiro Geral e Segundo Tesoureiro, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição, observando, entretanto, o disposto no Artigo 26º do Estatuto Social, competindo ao Diretor Presidente representar a associação ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele. O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, de reconhecida idoneidade, sem qualquer parentesco com outros membros da Diretoria Executiva eleitos pela Assembléia Geral, que cumprirão um mandato de 04 (quatro) anos com direito a reeleição. É vedada a remuneração dos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto, salvo verba de representação. A ACCCEV não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado, aplicando totalmente o "superávit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas atividades sociais. Na impossibilidade de continuar funcionando a mesma será extinta por iniciativa da Assembléia Geral, nos termos do Estatuto Social, neste caso, seu patrimônio será transferido para outra entidade congênere devidamente reconhecida e com objetivos sociais compatíveis com os da ACCCEV. Sua extinção somente se dará por



deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus associados votantes presentes, para tal finalidade, convocados em Assembléia Geral. Os associados não respondem judicialmente, extrajudicialmente ou subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade. CERTIFICA == ainda mais que todos os documentos para o registro de seu Estatuto Social estão arquivados nesta Serventia e em pleno vigor. == O referido é verdade e dou fé. == Mococa, 12 (doze) de Abril de 2.013 (dois mil e treze). == Eu, [assinatura], Oficial Substituta, a digitei e subscreví.



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E ANEXOS DE MOCOCA
BEL. LUIZ SÉRGIO BOARATI
Oficial
MARIA IMACULADA DE M. MIQUELIN
Substituta do Oficial
SANDRA MARIA CHIQUEIRO MELCHIADES
Escrevente
MOCOCA - ESTADO DE SÃO PAULO

Ilmo. Sr. Oficial de Registro do Serviço de Pessoas Jurídicas
Anexo ao Registro de Títulos e Documentos da Comarca
de Mocóca - SP



A Associação Civil, sem fins lucrativos denominada **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA**, com sede e foro nesta cidade à **Rua Raul Garib, 645**, representada neste ato por **Antonio José Batista**, residente e domiciliado à **Rua Raul Garib, 645**, requer a V.Sa., que se digne a determinar o registro e arquivamento do **ESTATUTO DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA**, de acordo com a legislação em vigor.

Nestes termos,
P. deferimento

São Paulo, 07 de Novembro de 1.998.

1.º Tabelião

Antonio José Batista

1º TABELIÃO DE NOTAS - DEL. ADENIR BALduino Siqueira - TABELIÃO
RUA GABRIEL PINHEIRO Nº 444 - MOCÓCA - FONE: (019) 456-0377
RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE ANTONIO JOSE BATISTA*****

DOU FE. MOCÓCA, 18/11/1998 EM TESTEMUNHO DA VERDADE.

DEL. ADENIR BALduino Siqueira - TABELIÃO
VALOR RECEBIDO POR FIRMA R\$ 0,00
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, finalidades e duração



Artigo 1º - A Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, de ora em diante referida apenas como ACCCEV, é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou comerciais, com autonomia administrativa e financeira, fundada de fato em 16 de Outubro de 1.998 e, de direito à partir da data de registro que se processará no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas nos termos do artigo 19 do Código Civil Brasileiro, c/c 120 da Lei 6015 de 31/12/73 e art. 71 parágrafo 4 da Lei 4215/63 com red. da Lei 6884/80.



Artigo 2º - A ACCCEV tem sede e foro na cidade de Mococa, no estado de São Paulo, à Rua Raul Garib, 645 - Jardim Alvorada - mas sua área de atuação abrangerá o Bairro Jardim Alvorada e adjacências.

Artigo 3º - Constituem finalidades primordiais da ACCCEV a prestação de serviços de utilidade pública de comunicação social comunitária com fundamento na Lei 9612/98 de 19/02/98, publicada no D.O.U. de 20/02/98, no que se refere a implantação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, visando a organização e defesa dos direitos de cidadania da comunidade do Bairro Jardim Alvorada, atendendo ao disposto no 215 da Constituição Federal do Brasil de 1.988, em consonância com normas universais previstas no artigo XIX da Declaração dos Direitos Humanos tendo sua programação diária o escopo de integralizar socialmente os cidadãos e das associações civis do Bairro Jardim Alvorada, visando contribuir para a formação de cidadania, anseios e aspirações da comunidade local, propondo-se à:

I - criar e manter equipamentos educacionais profissionalizantes, bem como buscar parcerias, e convênios com instituições públicas ou privadas, para treinamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento de cursos e oficinas de formação continuada;

II - incentivar, divulgar, promover, diretamente ou através de parcerias, a criação de projetos de conscientização da defesa e proteção ao meio ambiente como forma primordial de qualidade de vida;

III - promover e realizar programas de animação cultural, através de campanhas, feiras, seminários, palestras, conferências, debates, simpósios, intercâmbios técnicos, estudos e pesquisas;

IV - promover, divulgar, incentivar produções independentes ou associadas, de amadores ou profissionais, de atividades artísticas em todas as suas formas de expressão;

V - criar e manter, ou promover parcerias e convênios, para a fundação de um Centro Cultural e Esportivo, para desenvolvimento de atividades artísticas e de incentivo à prática de diversas modalidades esportivas, como lazer ou profissionalizante.

VI - estimular o convívio social e a cultura, através da criação de biblioteca, gibiteca, videoteca, discoteca e brinquedoteca, fixas e ambulantes;

VII - criar e desenvolver atividades dirigidas à população de terceira idade que reconheçam e resgatem o papel social do idoso, promovendo, assim, o exercício pleno da sua cidadania;

VIII - incentivar ou promover a criação, com a ajuda dos poderes públicos, de estatais, associações privadas ou organizações não governamentais, de:

- a) creches comunitárias;
- b) setores produtivos comunitários;
- c) áreas de atividades de lazer comunitárias;
- d) órgãos não governamentais de defesa do consumidor;
- e) órgãos de estudo e atendimento comunitário relativos às áreas de educação, trabalho, saúde, habitação, saneamento básico, transporte de segurança, e outros;

IX - divulgar as atividades do poderes públicos relativamente à área comunitária, à cidade e aos cidadãos em geral, como conselhos comunitários (de abastecimento, segurança, saúde, da mulher, do idoso, dos menores), PROCON, DECON, delegacias, especializadas e outros;

X - promover e divulgar as diversas formas de associações por cooperativas, como as trabalho, habitação, serviços médicos, consumo, escolares, serviços de transporte, crédito, artesanato, e outras;

XI - informar e divulgar a atuação, das associação de defesa dos direitos dos trabalhadores;

XII - promover, divulgar e incentivar as associações de empresários da região, visando fortalecer seu desenvolvimento econômico, bem como incentivar a criação de frentes alternativas de trabalho;

XIII - difundir os ideais da ACCCEV, bem como leis, direitos e responsabilidades dos cidadãos, através da criação da emissora de radiodifusão comunitária, e/ou meios de comunicação comunitários ou não, podendo criá-los, mantê-los, e administrá-los através da Diretoria Executiva fiscalizado por um Conselho Comunitário, observados os preceitos legais.

XIV - atuar junto aos poderes públicos municipal, estadual, federal, ao setor privado e organizações não governamentais, no sentido de obter meios e cessão de uso de espaço público ou privado, a fim de se manter e de se administrar, por regulamentos específicos, aprovados em Assembléia Geral, bem como no sentido de manter e organizar as dependências que se fizerem necessárias aos seus propósitos.

Artigo 4º - O prazo de duração da ACCCEV é indeterminado.

Artigo 5º - A ACCCEV será regida por este estatuto, pelo regimento interno, aprovado pela diretoria, assembléia geral e pela legislação vigente no que for aplicável.

Artigo 6º - Para a realização de seus objetivos sociais poderá a ACCCEV estabelecer intercâmbios, firmar contratos, assinar convênios com outras associações, entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, órgãos governamentais, participar de ações solidárias conjuntas, bem como efetivar trabalhos de atendimento, ensino, pesquisa, participar na formação de pessoal técnico relacionado com seus fins, e conforme necessidade contratar e demitir funcionários.

Artigo 7º - A fim de cumprir suas finalidades, a ACCCEV se organizará em unidades de prestação de serviços, denominados departamentos anexos como os CONSELHOS GESTOR, COMUNITÁRIO, DE OBRAS SOCIAIS, E DE EDUCAÇÃO E CULTURA e quantos mais se fizerem necessários, que para desenvolver atividades peculiares, reger-se-ão por normas de funcionamento específicas e estarão sujeitas aos órgãos administrativos da ACCCEV.

Artigo 8º - A ACCCEV poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos especializados, consoante com seus objetivos.

Capítulo II **Dos Associados:**

Seção I **Da admissão, classificação, demissão, eliminação e exclusão**

Artigo 9º - Podem associar-se à ACCCEV, os munícipes residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na sua área de abrangência, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa, somente sendo efetivados àqueles que assinarem o regulamento interno específico, aceitando as condições deste Estatuto, preenchendo um cadastro básico com seus dados pessoais.

Parágrafo Único: A ACCCEV poderá cobrar de seus membros integrantes uma taxa de manutenção, a fim de custear suas atividades e sua sustentação física.

Artigo 10º - Os associados serão enquadrados nas seguintes categorias:

a) SÓCIOS INSTITUIDORES: Pessoas físicas ou jurídicas que em plena capacidade civil, exprimam manifestação de vontade convergente, e procedam doação de bens de sua total propriedade sejam estes móveis, imóveis ou em espécie,

b) SÓCIOS FUNDADORES: Pessoas físicas que assinarem a aprovação deste estatuto, ou a ata de sua constituição e contribuam de modo relevante para o seu desenvolvimento, apoiando e participando de seus esforços, visando a realização de suas finalidades;

c) SÓCIOS CONTRIBUINTES: Pessoas físicas e jurídicas que tenham como principal objetivo, o funcionamento de comunicação sonora de sons e imagens, bem como o cumprimento

de metas sociais de acordo com seus objetivos, através de contribuições mensais a ser estipuladas pela Diretoria da ACCCEV;

d) SÓCIOS COMUNICADORES CONTRIBUINTES: Pessoas físicas que após apresentação de projeto de programação aprovado pela Diretoria receberão designação específica para o Departamento de Comunicação Social da ACCCEV;

e) SÓCIOS BENEMÉRITOS: Pessoas físicas ou jurídicas a quem a Assembléia Geral conferir tal título como distinção espontânea, por proposta unânime da diretoria por relevantes serviços prestados a associação.

Artigo 11º - A demissão dar-se-á à pedido do associado, encaminhada ao Presidente da ACCCEV; não podendo ser negada.

Artigo 12º - A eliminação será aplicada pela diretoria ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais e as decisões aprovadas em Assembléias ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, após aplicar os seguintes pressupostos em penalidades:

- a) advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- b) suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) eliminação do quadro social.

Parágrafo Primeiro - O desligamento de um associado do quadro social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou da Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo Segundo - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de três meses consecutivos, podendo ser reintegrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades associativas com aprovação do Presidente.

Artigo 13º - A exclusão do associado ocorrerá por morte física, por incapacidade civil não suprida, ou ainda por deixar de atender aos requisitos exigidos para o seu ingresso e permanência na ACCCEV;

Seção II

Dos direitos, deveres e responsabilidades:

Artigo 14º - São direitos dos sócios instituidores:

- a) votar e ser votado na Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Gestor;
- b) apresentar projetos, propostas, emendas a projetos e opinar decisivamente frente ao desenvolvimento dos trabalhos dos Órgãos Diretivos da entidade.

Artigo 15° - São direitos de todas as categorias de sócios:



a) votar e ser votado nos Conselhos Fiscal, Comunitário, de Obras Sociais e de Educação e Cultura, desde que esteja quites com as obrigações estatutárias e de acordo com o Regimento Interno;

b) gozar, o Sócio Contribuinte, de todas as vantagens e benefícios relacionados no artigo terceiro deste estatuto;

c) apresentar projetos, propostas, emendas a projetos e opinar frente ao desenvolvimento dos trabalhos dos Órgãos Diretivos da entidade;

d) participar das reuniões da Assembléia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas se tratarem;

e) consultar após solicitação por escrito à diretoria, com antecedência de 07 (sete) dias úteis, todos os livros e documentos da ACCCEV;

f) solicitar, a qualquer tempo, sob o compromisso de sigilo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da ACCCEV; e propor medidas que julgue de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;

g) demitir-se da associação quando lhe for conveniente.

Parágrafo Primeiro: O associado, que aceitar estabelecer relação empregatícia com a ACCCEV, perde o direito de votar se ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que deixar o emprego.

Parágrafo Segundo: Os associados não poderão exercer cumulativamente cargos na Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário, salvo nos casos em houver indicação para o Conselho Gestor.



Artigo 16° - São deveres dos associados:

a) empenhar-se, de forma decidida, para que a ACCCEV, atinja seus objetivos;

b) prestigiar, com sua presença, ou por representação, eventos e atividades programadas, justificando de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;

c) satisfazer, na forma e tempo devidos, seus compromissos para com a ACCCEV;

d) cumprir as disposições estatutárias, regimentais e resoluções da Diretoria.

**Capítulo III
Do Patrimônio**

Artigo 17° - O Patrimônio da ACCCEV será constituído:

a) pelas contribuições de associados no pagamento das mensalidades estipuladas pela Diretoria e pagas pelos sócios contribuintes;



- b) por apoios culturais;
- c) auxílios, doações, legados ou subvenções que lhes forem feitas;
- d) pelos bens de direito que lhe forem doados;
- e) pelos moveis ou imóveis que adquirir por doações, legado, compra, cessão ou por qualquer outra modalidade legal de aquisição de domínio;
- f) usufrutos que lhe forem conferidos;
- g) rendas em seu favos constituídas por terceiros;
- h) rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- i) juros bancários e outras receitas de capital;
- j) ponto de venda de objetos recebidos por doação, como, discos, fitas, livros, CD's, souvenirs, bonés, cartões e camisetas promocionais, etc., bem como a locação de fitas de vídeo de cunho educativo, recebidas por doação, ou elaboradas nos programas de profissionalização, ou ainda de produtoras independentes, que mantenham sede na área de atuação da ACCCEV.

Artigo 18º - Os bens de propriedade da ACCCEV serão utilizados e aplicados exclusivamente para a realização de seus objetivos, não podendo ser alienados ou agravados de qualquer ônus, senão após prévia autorização da Diretoria, nos termos deste estatuto.



Capítulo IV **Dos órgãos administrativos**

Artigo 19º - A ACCCEV tem como órgão deliberativos e administrativos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal;

Capítulo V **Da Assembléia Geral**

Seção I **Da constituição, funcionamento e atribuições**

Artigo 20º - A Assembléia Geral será constituída por todas as categorias de sócios em pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 21° - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente uma vez por ano no mês de Janeiro em lugar, dia, e hora determinados pela Diretoria, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria, ou então solicitada por um mínimo de dois terços dos sócios votantes para a discussão de assuntos específicos e previamente declarados.

Parágrafo Único: não será permitido o voto por procuração.



Artigo 22° - O quorum para a deliberação da Assembléia Geral em primeira convocação, será de dois terços dos sócios votantes.

Parágrafo Único: não sendo atingido o quorum mínimo definido neste artigo, a Assembléia Geral reunir-se-á trinta minutos após a hora marcada com o número de associados presentes, nunca inferior a um terço do total dos associados da ACCCEV.

Artigo 23° - A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de trinta dias, utilizando-se para tanto, correspondência comprovadamente enviada aos associados.



Artigo 24° - As reuniões da Assembléia Geral serão dirigidas pelo Presidente da ACCCEV, cabendo ao Secretário redigir a ata.

Parágrafo Único: a Assembléia Geral deliberará sempre por maioria simples de votos dos seus membros.

Artigo 25° - Compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) eleger os membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- b) Convalidar a indicação dos membros que irão compor de Comunicação Comunitária Social e de Obras Sociais, bem como seus respectivos suplentes e sucessores;
- c) deliberar sobre a previsão orçamentária para exercício seguinte;
- d) deliberar sobre o orçamento anual e sobre o programa de trabalho elaborado pela diretoria, tendo ouvido previamente o Conselho Fiscal;
- e) examinar o relatório da diretoria e deliberar sobre o balanço e as contas, após parecer do Conselho Fiscal;
- f) fixar o valor, reajuste e estabelecer a forma de contribuição dos sócios;
- g) autorizar a celebração de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas;
- h) deliberar sobre os recursos ou representações pendentes ou não solucionados pela Diretoria, de que trata o artigo quinze letra e, deste estatuto;
- i) decidir sobre a reforma deste estatuto;
- j) opinar e decidir sobre a extinção da ACCCEV e o destino do seu patrimônio;

j) ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração da ACCCEV, a Assembléia Geral poderá designar diretores provisórios até a posse de novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

m) deliberar sobre o patrimônio da ACCCEV, após considerações do Conselho Fiscal, sobre compra, venda, ou alienação dos bens móveis ou imóveis;

n) aprovar regimento interno e cargos auxiliares.

[Parágrafo Único: As matérias constantes das letras a, b, c, d, i, j, l e m, deste artigo, serão deliberadas com a presença mínima de dois terços dos associados votantes, em pleno gozo dos seus direitos sociais.

Seção II Das eleições



Artigo 26º - Dentre os membros com capacidade civil absoluta e em pleno gozo dos direitos estatutários e regimentais, com prazo de pelo menos 90 (noventa) dias, serão indicados pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, 5 (cinco) nomes para compor a Comissão Eleitoral à quem competirá:

a) organizar o pleito que elegerá a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

b) vetar as chapas que não atenderem às exigências estatutárias e regimentais ou candidatos que não constituírem chapas completas, cabendo a estas recurso no prazo de 5 (cinco) dias à Comissão Eleitoral

c) receber as inscrições de chapas, até 60 (sessenta) dias antecedentes ao pleito;

d) confirmar as chapas concorrentes até 30 (trinta) dias antecedentes ao pleito;

e) determinar a forma de votação, o dia do pleito eleitoral, o local, o horário de início e término da votação;

f) determinar na hipótese de empate, data, local e horário para o novo pleito;

g) determinar a data da posse, que não poderá exceder 30 (trinta) dias após o pleito.

Artigo 27º - Poderão candidatar-se para os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal sócios fundadores e efetivos, que contarem com mais de 02 (dois) anos de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

Parágrafo 1º - Cada associado poderá candidatar-se a um único cargo.

Parágrafo 2º - Deverão concorrer chapas completas para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Artigo 28º - Terão direito a voto os sócios fundadores e efetivos que contarem com mais de 06 (seis) meses de efetiva e ininterrupta atuação e contribuição para com a entidade.

Artigo 29° - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votantes presentes à eleição.

Parágrafo Único: Na hipótese de empate entre as chapas mais votadas, será realizada nova eleição no prazo de 15 (quinze) dias, a qual concorrerão apenas as chapas empatadas.

Capítulo VI **Da Diretoria Executiva**

Artigo 30° - A Diretoria Executiva é o órgão executivo da administração da ACCCEV e será assim constituída:

- a) Presidente;
- b) Primeiro Vice Presidente;
- c) Segundo Vice Presidente;
- d) Secretário Geral;
- e) Segundo Secretário;
- f) Tesoureiro Geral;
- g) Segundo Tesoureiro;

Parágrafo Primeiro: Na ausência, impedimento ou falecimento de um dos membros da diretoria, caberá a Assembléia Geral eleger seu sucessor.

Parágrafo Segundo: A Diretoria Executiva terá como eventuais substitutos uma Diretoria Adjunta composta por 07 (sete) membros, e 07 (sete) suplentes a serem eleitos para este fim num prazo não superior a 12 (doze) meses.

Artigo 31° - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para um período de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição, observado o disposto no artigo 26°.

Artigo 32° - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo respectivo Presidente, por qualquer outro de seus membros, ou por solicitação do Conselho Fiscal.

Parágrafo Primeiro: A Diretoria considerar-se-á reunida com a participação de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

Parágrafo Segundo: Será lavrada a ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas por maioria simples de votos.

Artigo 33° - Além das atribuições que lhe são conferidas neste estatuto, compete à diretoria:

- a) exercer a administração da ACCCEV, fazer cumprir este estatuto e o Regimento Interno;



- b) elaborar e executar o programa anual de atividades;
- c) elaborar e apresentar à Assembléia geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;
- d) elaborar o orçamento das receitas e despesas para exercício seguinte;
- e) elaborar os regimentos internos da ACCCEV e de seus departamentos;
- f) entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no País, como no exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- g) propor à Assembléia Geral o valor da contribuição mensal dos sócios e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;
- h) promover medidas que possam conduzir a ACCCEV à realização de suas finalidades;
- i) responsabilizar-se pelo patrimônio da ACCCEV e admitir e demitir funcionários;
- j) deliberar sobre a admissão, demissão e punição de sócios;
- l) criar e instalar órgãos de assessoria, necessários ao desenvolvimento da ACCCEV;
- m) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;
- n) estabelecer, em instruções ou regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometido contra disposições da Lei, deste Estatuto ou das normas de relacionamento com a Sociedade, que vierem a ser expedidos de suas reuniões.



Artigo 34º - Compete ao Diretor Presidente:

- a) representar a ACCCEV ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, em juízo ou fora dele;
- b) administrar a ACCCEV conjuntamente com os demais membros da diretoria, fazendo este Estatuto e os demais regimentos internos objetivando a realização das finalidades sociais;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d) dirigir e supervisionar todas as atividades da ACCCEV.
- e) presidir as Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria.
- f) assinar convênios, contratos, intercâmbios conjuntamente com o Secretário Geral, assinar quaisquer documentos que impliquem em responsabilidade financeira da ACCCEV, bem como assinar cheques e movimentar contas bancárias, conjuntamente com o Tesoureiro Geral;
- g) realizar, mediante aprovação da Diretoria Executiva, a contratação de pessoal, empréstimos e outras obrigações pecuniárias;

Artigo 35º - Compete ao Primeiro Vice-Presidente:

- a) assessorar o Presidente no exercício das funções;
- b) substituir o Presidente em seus eventuais impedimentos;
- c) outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;

rtigo 36° - Compete ao Segundo Vice-Presidente:

- a) assessorar o Primeiro Vice Presidente no exercício das funções;
- b) substituir o Primeiro Vice Presidente em seus eventuais impedimentos;
- c) outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno;



Artigo 37° - Compete ao Secretário Geral:

- a) administrar as ações da ACCCEV conjuntamente com os demais membros da Diretoria;
- b) assinar a correspondência da Diretoria e expedir convocações da Assembléia Geral;
- c) atuar nas programações que visem a realização dos objetivos da ACCCEV;
- d) secretariar as reuniões das Assembléias Gerais e da Diretoria e redigir atas;
- e) manter organizada a secretaria, com os respectivos livros, arquivos e correspondências;
- f) atualizar e manter sob sua guarda os livros de atas das reuniões da Diretoria Executiva e das Assembléias Gerais;
- g) registrar e manter atualizados o cadastro dos sócios, bem como o quadro social;
- h) assinar conjuntamente com o Presidente, admissão de novos sócios, contratos, convênios e intercâmbios.

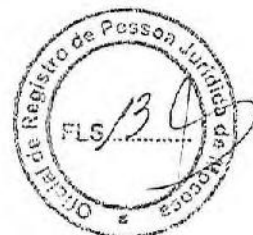
Artigo 38° - Compete ao Segundo Secretário:

- a) assessorar o Secretário Geral no exercício em suas funções;
- b) substituir o Secretário Geral em seus eventuais impedimentos;
- c) outras atribuições que sejam estabelecidas no regimento interno.

Artigo 39° - Compete ao Tesoureiro Geral:

- a) arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados à Associação, mantendo em dia a escrituração;
- b) zelar pela quitação e recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, de responsabilidade da ACCCEV, conferindo ou impugnando contas e cálculos a estas relativos;

- c) apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;
- d) apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- e) apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;
- f) elaborar com base no orçamento realizado no exercício a proposta orçamentaria para o exercício seguinte a ser submetida à Diretoria, para posterior apreciação da Assembléia Geral;
- g) manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- h) conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;
- i) assinar em conjunto com Presidente, todos os cheques emitidos pela Associação.



Artigo 40º - Compete ao Segundo Tesoureiro:

- a) assessorar o Tesoureiro Geral no exercício em suas funções;
- b) substituir o Tesoureiro Geral em seus eventuais impedimentos;
- c) outras atribuições que sejam estabelecidas no regimento interno.

Capítulo VII Do Conselho Fiscal:

Artigo 41º - O Conselho Fiscal, será constituído por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, de reconhecida idoneidade, sem qualquer parentesco com outros membros da Diretoria Executiva eleitos pela Assembléia Geral, que cumprirão um mandato de 04 (quatro) anos com direito a reeleição.

Parágrafo Único: Na ausência, impedimento ou falecimento de um dos membros do Conselho Fiscal caberá a Assembléia Geral eleger seu sucessor.

Artigo 42º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e extraordinariamente, sempre que necessário, sendo lavrada ata de cada reunião, em livro próprio, no qual serão indicados os nomes dos que comparecerem e as resoluções tomadas. A ata será assinada por todos os presentes.

Parágrafo Primeiro: Em sua primeira reunião escolherá, dentre seus membros efetivos, um Coordenador, incumbido de convocar e dirigir os trabalhos destas e um Secretário.

Parágrafo Segundo: As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria Executiva ou da Assembléia Geral.

Parágrafo Terceiro: Na ausência do Coordenador, os trabalhos serão dirigidos pelo Secretário e, na ausência deste também, pelo membro efetivo remanescente.

Parágrafo Quarto: As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de Ata lavrada em livro próprio, que, após sua leitura, deverá ser assinada por todos os membros presentes.

Artigo 43° - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) examinar os documentos e livros de escrituração da entidade;
- b) examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- c) apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;
- d) opinar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à Associação;
- e) fiscalizar os atos da Diretoria e dos Conselhos anexos na esfera contábil, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- f) deliberar sobre as subvenções outorgadas pela ACCCEV aos Conselhos anexos denunciando a Assembléia Geral quaisquer irregularidades verificadas;
- g) acompanhar o cumprimento da política financeira e de recursos humanos estabelecidos pela Diretoria Executiva.

Capítulo VIII Do Conselho Gestor

Artigo 44° - O Conselho Gestor será instituído após a implantação do Serviço de Radiodifusão Comunitária conforme artigo 3° retro, e compor-se-á pelos anexos Departamento de Comunicação, Departamento Artístico, Departamento Adjunto que agindo em uníssono visarão a organização da programação social e artística na área de comunicação comunitária em consonância com o artigo 220 da Constituição Federal do Brasil.

Parágrafo Único: O mandato do Conselho Gestor será de 04 (quatro) anos com direito a reeleição.

Artigo 45 ° - O Departamento de Comunicação, compor-se-á de 01 (um) membro efetivo, e 02 (dois) membros suplentes, que façam parte da Diretoria Executiva e Diretoria Adjunta, indicados pela Diretoria Executiva, referendados pelo Conselho Fiscal,

ao qual compete analisar o teor da programação social a ser levada ao ar, com base no Código de Ética da Lei de Imprensa, observando os valores éticos da pessoa e da família, com poderes de veto sobre qualquer fundo tendencioso que esteja em desacordo com o disposto no artigo 3º retro. Devendo reunir-se ordinariamente a cada 07 (sete) dias, e extraordinariamente a qualquer tempo, sempre que convocado por qualquer dos membros participantes, deverá ser assinada por todos os membros presentes.

Parágrafo Primeiro: As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros votantes, lavradas em livro próprio.

Parágrafo Segundo: Quaisquer deliberações que envolverem veto deverão ser submetidas imediatamente ao Conselho Comunitário.



Artigo 46º - O Departamento Artístico compor-se-á por compor-se-á de 01 (um) membros efetivos, e 02 (dois) membros suplentes, que façam parte da Diretoria Executiva e Diretoria Adjunta, indicados pela Diretoria Executiva, referendados pelo Conselho Fiscal, ao qual compete elaborar o sistema de programação musical, visando a divulgação da cultura nacional, promovendo novos artistas (escritores, poetas, artesãos, instrumentistas etc.) e promoverá a integração social de sua área de atuação.

Parágrafo Primeiro: As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros votantes, lavradas em livro próprio.

Parágrafo Segundo: Quaisquer deliberações que incluam veiculação inédita ou estranha a programação deverão ser submetidas à aprovação do Departamento de Comunicação.

Artigo 47º - O Departamento Adjunto será composto por coordenadores nomeados e presididos pelo Departamento de Comunicação, sendo referendados pela Diretoria Executiva competindo-lhe, servir como instrumento regulador, incentivador e promotor da manifestação do pensamento, da criação da expressão e da informação, bem como divulgador dos objetivos da ACCCEV, através de boletins diários para veiculação peculiar a cada uma das subseções seguintes:

- a) Direito e Cidadania;
- b) Meio Ambiente;
- c) Esportes;
- d) Propaganda e Marketing;
- e) Eventos;
- f) Feiras e Congressos;
- g) Relações Trabalhistas;
- h) Relações Cooperativista;
- i) Relações Empresariais;

Parágrafo Único: Todos os componentes deste Departamento deverão ser sócios da ACCCEV e estar quites com suas obrigações sociais.

Capítulo IX
Do Conselho Comunitário:



Artigo 48º - O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) membros efetivos representantes de 05 (cinco) distintas entidades formalizadas na área de abrangência da ACCCEV, tais como de moradores, associações de classe, beneméritas, filantrópicas, assistenciais, religiosas, desde que legalmente instituídas, indicados pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral. Funcionará com formação de quadro efetivo de direção, e reger-se-á por normatização de funcionamento interna própria.

Parágrafo Único: O mandato do Conselho Comunitário será de 04 (quatro) anos com direito a reeleição.



Artigo 49º - Ao Conselho Comunitário competirá as seguintes atribuições:

a) primordialmente atuará junto ao Departamento de Comunicação, acompanhando a programação visando atender aos interesses da comunidade, fazendo com que a mesma respeite os valores éticos da pessoa e da família;

b) buscar e selecionar notícias das entidades integrantes e de seus beneficiados que sejam de interesse da comunidade para a elaboração de BIC's (Boletins Informativos Comunitários), que serão parte integrante obrigatória da programação diária;

c) notificado sobre decisões que envolverem veto por parte do Departamento de Comunicação ao analisar notícias de fundo tendencioso, notificará aos autores por escrito o motivo da recusa de veiculação, tendo o autor 30 (trinta) dias para manifestar sua defesa.

d) manter um plantão ininterrupto para pronto recepção de pedidos de veiculação dos munícipes da região atendida, de forma a atuar decididamente como porta voz da comunidade.

Artigo 50º - O Conselho Comunitário reunir-se-á ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação de qualquer dos seus membros, pelo Departamento de Comunicação, ou pela Diretoria Executiva da ACCCEV, devendo suas reuniões e suas opiniões constar de atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinada por todos os membros presentes.

Capítulo X
Do Conselho de Obras Sociais

Artigo 51º - O Conselho de Obras Sociais, será composto por 05 (cinco) membros efetivos, representantes de 05 (cinco) distintas associações beneméritas, filantrópicas e assistenciais, legalmente instituídas e constituídas na área de abrangência da ACCCEV, indicados pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembléia Geral

com formação de quadro efetivo de direção, regendo-se por sua normatização funcional, e pelo que deliberar a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e a Assembléia Geral.

Parágrafo Único: O mandato do Conselho de Obras Sociais será de 04 (quatro) anos com direito a reeleição.



Artigo 52° - Para a concretização dos seus objetivos sociais, será destinado, ao Conselho de Obras Sociais uma verba de 50% da renda líquida mensal da ACCCEV, a ser aplicada através de deliberação mensal e conjunta entre os membros efetivos do Conselho de Obras Sociais, da Diretoria Executiva, e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único: O Conselho de Obras Sociais se reunirá ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente sempre que convocado por qualquer de seus membros, pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Fiscal, devendo suas reuniões e suas deliberações constar de atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinada por todos os membros presentes.



Artigo 53° - Constituem-se atribuições do Conselho de Obras Sociais:

a) Estudar na região, conjuntamente às subseções adequadas do Departamento Adjunto do Conselho Gestor, as necessidades prementes da comunidade, e formular um relatório com sugestões para a aplicação da verba cedida pela ACCCEV, a ser apresentado quando da deliberação junto à Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal ;

b) elaborar e concretizar programas de capacitação profissional;

c) coordenar programas de higiene, saúde e nutrição, bem como as formas de ministrá-los à população carente da região;

d) cadastrar os profissionais liberais da área de saúde que residam na região, para a organização, administração e efetivação de atendimento médico preventivo domiciliar;

e) organizar campanhas de arrecadação, bem como a distribuição de doação;

f) cadastrar os munícipes da comunidade que necessitam permanentemente de doação de gêneros alimentícios, agasalhos, cobertores, etc.

g) engajar-se em ações solidárias conjuntas, mobilizando a comunidade a participar destas efetivamente;

h) cadastrar munícipes da região que manifestem desejo, e possam contribuir com atividades voluntárias, criando programas onde, em benefício da comunidade local possam exercer suas aptidões.

Capítulo XI

Do Conselho de Educação e Cultura

Artigo 54° - O Conselho de Educação e Cultura, será composto por 05 (cinco) membros efetivos, representantes de 05 (cinco) distintas associações de ensino legalmente constituídas na área de abrangência da ACCCEV, indicados pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembléia Geral com formação de quadro efetivo de

direção, regendo-se por sua normatização funcional, e pelo que deliberar a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e a Assembléia Geral.

Parágrafo Único: O mandato do Conselho de Educação e Cultura será de 02 (dois) anos com direito a reeleição.



Artigo 55° - O Conselho de Educação e Cultura reunir-se-á ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente a qualquer tempo, por solicitação de qualquer dos seus membros, pelo Departamento de Comunicação, ou pela Diretoria Executiva, devendo suas reuniões e suas opiniões constar em atas lavradas em livro próprio que deverá ser assinada por todos os membros presentes.



Artigo 56 ° - Compete ao Conselho de Educação e Cultura:

a) criar boletins informativos diários sobre as atividades curriculares e extracurriculares das instituições de ensino participantes;

b) criar informativos que incentivem campanhas de coleta de lixo seletiva, reciclagem, manutenção de limpeza nas vias públicas, alfabetização de adultos, incentivo a pesquisa, anti-vandalismo, etc.,

c) criar comissão de voluntários que tenham disponibilidade para averiguar, na residência de alunos evadidos, os motivos para tal atitude, e estudo conjunto de soluções;

d) atender, através de plantões com educadores habilitados, alunos da região de 1° e 2° Graus, elucidando dúvidas do currículo de ensino;

e) criar programas diários com temas específicos, destacando-se datas comemorativas, efemérides, detalhes da língua portuguesa, fatos e curiosidades sobre a recente história do País, gincanas de conhecimento, etc.,

f) conscientizar em particular, pais e responsáveis sobre alunos com dificuldades de aprendizado, apresentando pessoalmente o quadro de evolução de aprendizado, e sugerindo as soluções que forem cabíveis ao caso.

Capítulo XII

Da Contabilidade

Artigo 57° - A contabilidade da ACCCEV obedecerá às disposições legais ou normativas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

Parágrafo Único: As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço geral será levantado a 31 de Dezembro de cada ano.

Capítulo XIII Dos Livros

Artigo 58° - A associação deverá ter:

- a) livro de matrícula de associado;
- b) livro de atas de reunião da Diretoria;
- c) livro de atas de reunião do Conselho Fiscal;
- d) livro de atas da Assembléia Geral;
- e) livros de presença dos associados em assembléia gerais;
- f) livro de atas de reunião do Corpo Diretivo;
- f) livro caixa;
- g) outros livros fiscais, contábeis, etc., exigidos pela Lei e/ou regimento interno.

Capítulo XIV Das Disposições Gerais

Artigo 59° - Os funcionários que forem admitidos para prestarem serviços profissionais à Associação, serão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

Artigo 60° - É vedada a remuneração dos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto, salvo verba de representação.

Artigo 61° - A ACCCEV não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de sua rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado, aplicando totalmente o "superávit" eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades e no desenvolvimento de suas atividades sociais.



[Handwritten signature]

Artigo 62° - O exercício financeiro da Associação coincidirá com o ano civil.



Artigo 63° - O orçamento ACCCEV será uno, anual e compreenderá todas as receitas e despesas, compondo-se de estimativa de receita, discriminadas por dotações e discriminação analíticas das despesas de modo a evidenciar sua fixação para cada órgão, sub-órgão, projeto ou programa de trabalho.



Artigo 64° - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos por votação da Diretoria.

Artigo 65° - Os bens da ACCCEV serão utilizados nas condições estabelecidas neste estatuto.

Artigo 66° - Constatando-se a impossibilidade de continuar funcionando a ACCCEV, esta será extinta por iniciativa da Assembléia Geral, nos termos deste estatuto. Neste caso, seu patrimônio será transferido para outra entidade congênere devidamente reconhecida e com objetivos sociais compatíveis com os da ACCCEV.

Parágrafo Único: A ACCCEV somente será extinta por deliberação, de, no mínimo, dois terços dos seus associados votantes presentes, para tal fim convocados em Assembléia Geral.

Artigo 67° - Os associados da ACCCEV não respondem judicialmente, extrajudicialmente ou subsidiariamente pelas obrigações sociais da entidade.

Artigo 68° - A eleição da primeira diretoria da ACCCEV, do primeiro Conselho Fiscal e de seus respectivos suplentes será efetivada por maioria simples de votos dos sócios fundadores que subscrevam a aprovação deste estatuto, ou que assinem a Ata de sua fundação.

Parágrafo Primeiro: Os Conselhos Gestor, Comunitário, de Obras Sociais e de Educação e Cultura, serão eleitos no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o registro

deste estatuto, e em idênticas condições da primeira Diretoria Executiva nos termos deste artigo.

Parágrafo Segundo: Havendo ausência de representação para a eleição de quaisquer dos cargos citados acima, caberá aos membros da Diretoria executiva e a Assembléia Geral providenciar nova convocação, com prazo inferior 90 (noventa) dias para promover a ocupação dos mesmos.

Artigo 69° - O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas, nos termos da Lei em vigor.



Mococa, 18, de novembro de 1.998.

1.º Tabelião

Presidente



1.º Tabelião

Secretário

1.º Tabelião

Tesoureiro

1º TABELÃO DE NOTAS - DEL. ADENIR BALBINO RIBEIRO - TABELÃO
RUA GABRIEL PINHEIRO Nº 444 - MOCOCA - FONE (019) 366-0377
RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE ANTONIO JOSE BATISTA JOSE ROBERTO
EDUARDO*****
DOU FC. MOCOCA, 18/11/1998. EM TESTEMUNHO DA VERDADE.
DEL. ADENIR BALBINO RIBEIRO - TABELÃO
VALOR RECEBIDO POR FIRMA R\$ 0,89
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



Nos termos do parágrafo 4º do artigo 71 do estatuto da O.A.B. (Lei 4.215 de 27/04/63) inserido pela Lei nº 6.884 de 09/02/80 C.C.Prov. 09/81 da Corregedoria Geral da Justiça, visto este doc. para os efeitos legais.

1.º Tabelião

CELSO MAZZIERO, adv. OAB-SP 35.947

ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA



Aos cinco dias do mês de Novembro de hum mil novecentos e noventa e oito, às dezenove horas, à Rua Raul Garib, 645, Jardim Alvorada, Mocóca, Estado de São Paulo, reuniu-se um grupo de pessoas nominadas no final deste documento, tendo como objetivo criar uma associação que congregue a comunidade do Jardim Alvorada e adjacências no município de Mocóca, pelo sistema de radiodifusão comunitária, atendendo aos anseios e aspirações da mesma. A reunião foi presidida pelo **Sr. Antonio José Batista**, que convocou entre os presentes a mim, **Daniel Carlos Luca**, para funcionar como secretário "ad-hoc", o que imediatamente aceitei. Ato contínuo, o presidente fez um relato sobre a necessidade e importância da entidade, no sentido de desenvolver um trabalho junto ao poder público, de modo a atender as reivindicações da comunidade, corroborando com as autoridades constituídas, nas áreas de comunicação e educação, também oferecendo assistência na medida do possível às pessoas carentes da região, através dos anexos conselhos **Gestor, Comunitário, de Educação e Cultura, e de Obras Sociais**. O presidente, chamou a atenção dos presentes para a contribuição que este serviço de comunicação emprestará ao desenvolvimento cultural, educativo e de informações para a sociedade do Bairro do Jardim Alvorada e adjacências. Colocada em discussão a proposta, houve unanimidade quanto a criação da entidade, aprovando-se o nome de **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA**, definindo-se ainda neste ato que os presentes participarão da entidade como sócios fundadores, devendo para tanto assinar a presente ata de fundação e projeto estatutário. O presidente solicitou a mim, secretário "ad-hoc", que fizesse a leitura do projeto dos estatutos o que fiz imediatamente, para em seguida ser colocado em discussão. Lido e citado o projeto, e após pequenas discussões, foi aprovado o estatuto da **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA** por unanimidade dos presentes, o estatuto já aprovado será registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas para surtir seus efeitos legais; na sequência foi eleita a primeira diretoria da entidade e o seu conselho fiscal que ficaram assim constituídos e cujos membros foram imediatamente empossados.

DIRETORIA - PRESIDENTE: Antonio José Batista, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Raul Garib, 645, Jardim Alvorada - Mocóca - SP; portador do RG nº 15.926.992-1 e inscrito no CPF/MF sob o nº 041.203.218-00; **1º VICE PRESIDENTE: Andréia Cristina dos Santos**, brasileira, solteira, escriturária, residente e domiciliada à Rua Antonio Paschoalino, 285 - Mocóca - SP, portadora do RG nº 21.953.652-1 e inscrita no CPF/MF sob o nº 126.184.148-45; **SECRETARIO GERAL: Daniel Carlos Luca**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado à Rua Antonio Lima Figueiredo, 261 - Mocóca, SP, portador do RG nº 33.800.710-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 286.090.478-65 ; **2º SECRETÁRIA: Sílvia Helaine Lima**, brasileira, solteira, balconista, residente e domiciliada à Rua Eufasino Germano Martins, 88 - Mocóca - SP, portadora do RG nº 27.473.656-1 e inscrita no CPF/MF sob o nº 170.661.778-00; **TESOUREIRO GERAL: Cleide Donizete Gomes Batista**, brasileira, casada, técnica em contabilidade, residente e domiciliada à Rua Raul Garib, 645 - Mocóca - SP, portadora do RG nº 16.421.973 e inscrita no CPF/MF sob o nº 075.099.998-55 ; **2º TESOUREIRO: José Roberto Eduardo**, brasileiro, solteiro, contabilista, residente e domiciliado à Rua Manoel Bandeira, 129 - Mocóca - SP, portador do RG nº 16.424.152 e inscrito no CPF/MF sob o nº 038.099.738-07; e para o **CONSELHO FISCAL** foram eleitos três membros efetivos e três membros suplentes – **SÃO MEMBROS EFETIVOS: Cyntia R. Santos**, brasileira, solteira, balconista, residente e domiciliada à Rua Raul Garib, 483 - Mocóca - SP, portadora do RG nº 27.969.806-9 e inscrita no CPF/MF sob o nº 259.033.062.881; **Wílian Batista**, brasileiro, solteiro, ajudante geral, residente e domiciliado à Rua Elizeu Pereira do Lago, 34 - Mocóca - SP; portador do RG nº 28.099.261-00 e inscrito no CPF/MF sob o nº 270.736.638-20; **João Borges dos Reis**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais, 357 - Mocóca - SP, portador do RG nº 27.228.099.962 e inscrito no CPF/MF sob o nº 170.585.918-65; De ora em diante os presentes aqui mencionados figurarão como **SÓCIOS FUNDADORES** e assinarão conjuntamente com a Diretoria e o Conselho Fiscal o livro de atas. **SÃO SÓCIOS FUNDADORES: Lázaro Divino Gomes**, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado à Rua Paraíba, 291, Mocóca - SP, portador do RG nº 13.559.336 e inscrito no CPF/MF sob o nº 552.443.008-49; **Silvino Pereira Paula**, brasileiro, casado, pintor, residente e domiciliado à Rua Espírito Santo, 276 - Mocóca - SP, portador do RG nº 6.717.676-8; **Carlos Alberto da Silva**, brasileiro, solteiro, aposentado, residente e domiciliado à Rua Vicente Soares, 435 - Mocóca - SP,

[Assinatura]

portador do RG nº 22.366.525-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 137.449.448-83; **Paulo Donizete Felix da Silva**, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Santa Catarina, 34 - Mocóca - SP, portador do RG nº 19.821-516 e inscrito no CPF/MF sob o nº 041.007.528-06; **Vanilda Maria de Jesus Dias**, brasileira, casada, cabeleireira, residente e domiciliada à Rua Humberto Cunali, 65 - Mocóca - SP, portadora do RG nº 23.789.916-4 e inscrita no CPF/MF sob o nº 257.527.728-00; **Marcelo Abeline**, brasileiro, casado, tapeceiro, residente e domiciliado à Rua Domingos A. Payote, 413 - Mocóca - SP, portador do RG nº 24.300.154-X e inscrito no CPF/MF sob o nº 120.506.518-05; **Ronaldo José Marçano**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, residente e domiciliado à Rua Piauí, 231 - Mocóca - SP, portador do RG nº 20.601.041-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 120.491.088-00; **Wilson Pedro Rodrigues**, brasileiro, solteiro, vendedor, residente e domiciliado à Rua Vicente Soares, 214 - Mocóca - SP, portador do RG nº 12.109.681 e inscrito no CPF/MF sob o nº 016.637.028-29; **Mauro Sérgio A. Lourenço**, brasileiro, solteiro, desenhista, residente e domiciliado à Rua Dr. José Lima P. de Freitas, 287 - Mocóca - SP, portador do RG nº 25.695.568-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 163.777.768-02; **Fernanda Cristina Leite**, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada à Rua Capitão Miguel Ferreira, 543 - Mocóca - SP, portadora do RG nº 26.817.575-5 e inscrita no CPF/MF sob o nº 259.556.398-02; **Marco Antonio Leite**, brasileiro, solteiro, eletrotécnico, residente e domiciliado à Rua Coronel José P. Lima, 1.086 - Mocóca - SP, portador do RG nº 28.903.794-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 255.030.138-24; **Acácio Alexandre Dias**, brasileiro, solteiro, técnico em contabilidade, residente e domiciliado à Rua Dr. Augusto Barreto, 20 - Mocóca - SP, portador do RG nº 26.817.580-9 e inscrito no CPF/MF sob o nº 251.217.478-60; **Vangela C. Leite**, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada à Rua Campos Salles, 248 - Mocóca - SP, portadora do RG nº 28.904.052-8 e inscrita no CPF/MF sob o nº 259.865.098-03; **Adriano de Oliveira Granito**, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, residente e domiciliado à Rua das Suínas, 37 - Mocóca - SP, portador do RG nº 24.298.454-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 268392.718-54; **Jair Ap. da Silva**, brasileiro, solteiro, balconista, residente e domiciliado à Rua José Procópio da Silva, 385 - Mocóca - SP, portador do RG nº 22.366.203-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 120.300.388-90. Nada mais havendo a constar, o presidente encerrou os trabalhos da reunião e eu, **Daniel Carlos Luca**, funcionando como secretário "ad-hoc", lavrei a presente Ata que foi lida e aprovada por todos os presentes, confirmando assim suas participações como SÓCIOS FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA assinando abaixo, conjuntamente comigo secretário "ad-hoc" e o Presidente.



São Paulo, 05 de Novembro de 1.998.

1.º Tabelião

Antonio José Batista
Presidente

Daniel Carlos Luca
Secretário "ad-hoc"

1.º TABELIÃO DE NOTAS - DEL. ADENIR BALBINO SIQUEIRA - TABELIÃO
RUA GABRIEL PINHEIRO Nº 444 - MOCÓCA - FONE: (019) 456-0377
RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) DE ANTONIO JOSE BATISTA*****

DOU Fe. MOCÓCA, 18/11/1998. EM TESTEMUNHO DA VERDADE:

DEL. ADENIR BALBINO SIQUEIRA - TABELIÃO
VALOR RECEBIDO POR FIRMA R\$ 0,89
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DA PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA

REGISTRADO



A A.C.C.C.E.V. (Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida), vem através de seu presidente, Sr. Antonio José Batista, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Raul Garib, nº 645, Jardim Alvorada – Mococa-SP; portador do RG nº 15.926.992 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 041.203.218-00; requerer registro de arquivamento da Ata da reunião extraordinária de assembléia geral desta associação, realizada aos (22) vinte e dois dias do mês de dezembro do ano 2001 (dois mil e um), às 19:30 (dezenove horas e trinta minutos) no endereço acima mencionado. Sem outro particular para o momento, agradecemos. Atenciosamente

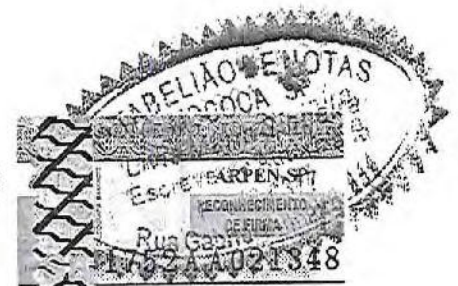
1º Tabelião

ANTONIO JOSÉ BATISTA

1º PRESIDENTE

1º TABELIÃO DE NOTAS - ASS. AUGENIR VALDINO SIQUEIRA - TABELIÃO
RUA GABRIEL PINHEIRO Nº 444 - MOCOCA - FONE: (014) 374-0177
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) ASSINATURA(S) DE ANTONIO JOSÉ BATISTA

DOU FE. MOCOCA, 04/04/2002, EM TESTEMUNHO DA VERDADE.
LIVIA MARIA SIQUEIRA - ESC. AUTORIZADA
VALOR RECEBIDO POR FIRMA R\$ 1,50
VALIDA SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



REGISTRADO

ACCCEV-ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ESPERANÇA E VIDA



Ata da reunião extraordinária de assembléia geral da ACCCEV (Associação de Comunicação Comunitária e Cultural Esperança e Vida)

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano dois mil e um, às dezenove horas e trinta minutos, à Rua Raul Garib, Nº 645, Jardim Alvorada na Cidade de Mococa, Estado de São Paulo, deu-se início à reunião desta assembléia.

A reunião foi presidida pelo Presidente da Diretoria Sr. Antonio José Batista, o qual iniciou saudando a todos os presentes. Em seguida, pediu a mim, José Roberto Eduardo 1º Secretário, que, procedesse a leitura da Ata de Assembléia Geral realizada em treze de Janeiro do ano dois mil e um, terminada a leitura, o Sr. Presidente falou-nos da alegria que o moveu a convocar esta Assembléia Geral, para reunião em caráter extraordinário.

Informou a assembléia que havia recebido da parte do Ministério das Comunicações, LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, emitido em vinte e sete de agosto do corrente ano. Explicou aos presentes que tal documento, regulamenta o pleno exercício das atividades de radiodifusão.

Diante de tal fato, o Presidente disse que a partir daquele momento todos teriam que se desdobrar ao máximo, para colocar a termo o funcionamento da rádio; Disse também que para tanto, seriam necessárias várias tomadas de decisões importantes, a saber:

Viagem para aquisição de equipamentos.

Reunião para formação de equipes de trabalho voluntário.

Orçamentos para montagem da torre, antena, pára-raios, estúdio e outros.

Em seguida o Sr. Presidente disse ainda que, para fazer tudo isto seria humanamente impossível sua realização no endereço acima mencionado, por questões de espaço físico, por este motivo, estaríamos transferindo a sede para a Rua Alcides Zanchi, Nº 50 situada no mesmo bairro, ou seja, Jardim Alvorada, para tanto, disse o Presidente; já mandamos uma correspondência para as autoridades competentes, notificando a mudança de endereço.

Não havendo mais nem um assunto em pauta para ser discutido pela assembléia, o Sr. Presidente Antonio José Batista agradeceu a presença de todos. Eu, José Roberto Eduardo, 1º Secretário, de próprio punho redigi esta ata que, após lida e aprovada será assinada pela diretoria.

- (a . a) 1º Presidente : Antonio José Batista
2ª. Presidente : Andréa Cristina dos Santos
1ª. Tesoureiro: Cleide Donizete Gomes Batista
2ª. Tesoureiro: Dulce Helena Nery Eduardo
1º Secretário : José Roberto Eduardo
2ª. Secretária : Silvia Helaine de Lima


JOSÉ ROBERTO EDUARDO
1º SECRETÁRIO

REGISTRADO

RECEPÇÃO N.º 36427

Ao
Serviço de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Mococa



A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA – ACCCEV, através de seu
presidente infra-assinado, vem mui respeitosamente requerer de Vs.Sas., o registro e
arquivamento da Ata de Reunião Extraordinária, realizada em 18/06/2004, junto ao Serviço
de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nos termos e para os fins previstos em Lei.

N. Termos

P. Deferimento

Mococa (Sp), 18 de Junho de 2.004

1º Tabelião

ANTONIO JOSÉ BATISTA
CPF. 041.203.218-00
RG. 15.926.992-1

Rua Raul Garib, 645, Jd. Alvorada, Mococa - SP

1º TABELIÃO DE NOTAS - DELL ADEIRAR DA LINGUA SIGNIFICA - TABELIÃO
RUA GABRIEL PINHEIRO Nº 444 - MOCOCA - PONEI (017) 406-0377
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE ANTONIO JOSE BATISTA
XX
DOU 12. MOCOCA, 27/07/2004. EN TOCERUANO DA MOCOCA.

CARLA SIQUEIRA TONI - DO MOCOCA
VALOR RECEBIDO POR 1000,00
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE



1º Tabelião de Notas e de Protesto
de Letras e Títulos - Mococa - SP
Carla Siqueira Toni
Escrevente Autorizada

REGISTRADO



ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA

Aos dezoito dias do mês de Junho do ano de 2.004, às dezenove horas e trinta minutos, na Rua Alcides Zanchi, 64, Jardim Alvorada, Mococa(Sp)., reuniram em assembléia geral os membros da ACCCEV. A reunião foi presidida pelo atual presidente **Sr. Antonio José Batista**, que convocou a mim, **Daniel Carlos Luca**, para funcionar como secretário "ad-hoc", o que imediatamente aceitei. O presidente explanou aos presentes sobre o importante papel da associação no seio da comunidade pelos serviços que vem prestando, beneficiando todos os cidadãos, principalmente através dos serviços de radiocomunicação comunitária. Logo em seguida o presidente anunciou a pauta de assuntos a serem deliberados pela atual diretoria nesta assembléia:



- **Eleição dos novos membros da Diretoria Executiva e**
- **Eleição dos novos membros do Conselho Fiscal.**

Após os candidatos haverem se manifestados em chapa única, procedeu-se o pleito, que após apuração voto a voto, ficaram assim constituídos a nova Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: ANTONIO JOSÉ BATISTA, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Raul Garib, 645, Jardim Alvorada, Mococa(Sp)., portador da Cédula de Identidade RG. nº. 15.926.992-1, CPF. nº. 041.203.218-00;

Vice-Presidente: JOSÉ DONIZETE SCOVINO, brasileiro, casado, motorista, residente e domiciliado à Rua Alcides Zanchi, 55, Jardim Alvorada, Mococa(Sp)., portador da Cédula de Identidade RG. nº. 9.033.845-5, CPF. 819.413.668-72;

2º. Vice Presidente: FERNANDO RICARDO FERREIRA, brasileiro, casado, Técnico em Informática, residente e domiciliado à Rua Marcos Luiz Gonzaga Barreto, 106, Jardim das Figueiras, Mococa(Sp)., portador da Cédula de Identidade RG. nº. 27.280.568-3, CPF. 191.562.878-55;

Secretário Geral: ANDRÉA MATIAS OLIVEIRA, brasileira, solteira, secretária, residente e domiciliada na Rua Antonio Anzalani, 90, Cohab II, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 32.691.418-3, CPF. 284.351.318-90;

Segundo Secretário: ADRIANA ESTÊTER FERREIRA, brasileira, casada, secretária, residente e domiciliada à Rua Marcos Luiz Gonzaga Barreto, 106, Jardim das Figueiras, Mococa(Sp)., portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 29.298.463-7, CIC. nº. 259.388.998-50;

Tesoureiro Geral: CLEIDE DONIZETI GOMES BATISTA, brasileira, casada, do lar, residente na Rua Raul Garib, 645, Jardim Alvorada, Mococa(Sp)., portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 16.421.973, CIC. nº. 075.099.998-55;

2º. Tesoureiro: MARIA SUELI DA SILVA, brasileira, casada, do lar, residente na Rua Alcides Zanchi, 64, Jardim Alvorada, Mococa(Sp)., portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 8.276.798-9; CIC. 163.216.108-79;

CONSELHO FISCAL:

- a) **João Carlos de Melo**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, residente na Rua Maranhão, 682, Jardim Riachuelo, portador da Cédula de Identidade RG. nº. 13.991.731; CIC. nº. 963.240.238-34;



- b) **Andréa Cristina Santos de Sousa**, brasileira, casada, escriturária, residente na Rua José Giuntini, 94, Bairro Jacintho Pisani, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 21.953.652-1; CIC. nº. 126.184.148-45;
- c) **Marcos Aurélio Scovini**, brasileiro, solteiro, estudante, residente na Rua Alcides Zanchi, 55, Jardim Alvorada, Mococa(SP), portador da Cédula de Identidade RG. nº. 43.217.472-2; CIC. nº. 347.841.978-69.

Os novos membros eleitos foram imediatamente empossados pelo Sr. Presidente, e nada mais havendo a constar, encerrou os trabalhos da reunião e eu, Daniel Carlos Luca, funcionando como secretário "ad-hoc", lavrei a presente Ata que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Mococa, SP, 18 de Junho de 2.004

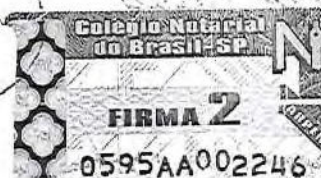


ANTONIO JOSÉ BATISTA
Presidente

DANIEL CARLOS LUCA
Secretário "Ad-hoc"

1º TABELIÃO DE NOTAS - DEL. ADEIR BALDINO SIQUEIRA - TABELIÃO
RUA GABRIEL PINHEIRO Nº 444 - MOCOCA - FONE: (019) 454-0377
RECONHECIDO POR SELO DE AUTENTICIDADE Nº 015 FIRMAS DE ANTONIO JOSÉ BATISTA,
DANIEL CARLOS LUCA E CARLA SIQUEIRA TONI EM TESTEMUNHO

CARLA SIQUEIRA TONI - 1ª AUTENTICADA
VALOR RECEBIDO EM FOLHA Nº 2.23
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



1º Tabelião de Notas e de Protestos
de Letras e Títulos - Mococa - SP
Carla Siqueira Toni
Escrivente Autorizada

Registrado

REQUERIMENTO PARA REGISTRO E ARQUIVAMENTO DE ATA



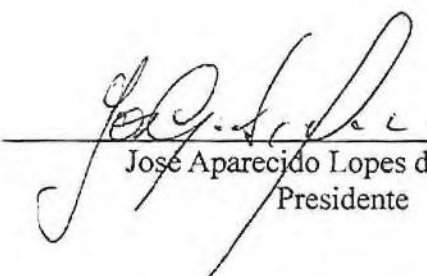
Ilmo Senhor Oficial do cartório de registro civil

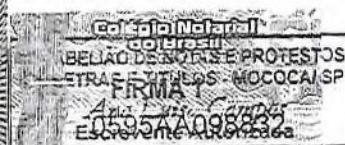
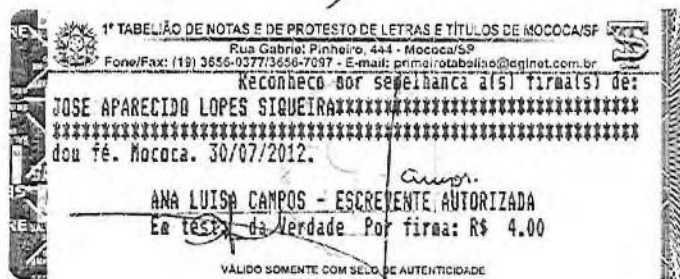
A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV, inscrita no CNPJ sob o nº 02.896.525/0001-82 com sede na Rua Alcides Zanchi, nº 50, na cidade de Mocóca, Estado de São Paulo, CEP 13732-508, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída, e devidamente autorizada conforme Portaria nº 150 datada de 25/04/2000 e Decreto Legislativo nº 187 publicado no Diário Oficial da União datado de 09/08/2002, vêm respeitosamente à presença de V. Sa., na pessoa do Senhor presidente, José Aparecido Lopes de Siqueira CPF: 050825788-39 / RG 20743734-8, na qualidade de representante legal da ACCCEV, requerer o registro e arquivamento da ATA de assembléia anual realizada em 20 de janeiro de 2008



Na certeza da especial atenção que nos será dispensada de vossa parte, agradecemos.

Mococa-SP, 27 de julho de 2012.


José Aparecido Lopes de Siqueira
Presidente



DOCUMENTO MICROFILMADO
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA

Aos vinte dias do mês de janeiro de ano de dois mil e oito (20/01/2008), às 19:30 horas na rua Alcides Zanchi, 50 Jd. Alvorada – Mococa-SP reuniram-se os membros associados à ACCCEV para a Assembléia Geral Anual, determinada em estatuto, contando com a presença mínima necessária para sua execução, com os seguintes assuntos para a reunião:

1. Balanço geral referente ao exercício de 2007
2. Ações a serem executadas no ano de 2008
3. Eleição dos novos membros da diretoria executiva
4. Eleição dos novos membros do conselho fiscal
5. Indicação dos novos membros do conselho comunitário

Começada a reunião presidida pelo Sr. Presidente Antonio José Batista o qual convidou a mim, José Roberto Eduardo 1º secretário, para realizar os trabalhos de secretário durante a reunião. Primeiramente foi apresentado para análise o balanço referente ao exercício de 2007, o qual teve a aprovação de todos. Em seguida, foi colocado em pauta as ações para o ano de 2008, que também foram aprovadas por unanimidade.

Referente as eleições previstas para esta reunião, os candidatos se organizaram em chapa única, a saber:

Diretoria Executiva:

- Presidente: José Aparecido Lopes de Siqueira, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Dr. Bahia, 99 – V. Santa Rosa – Mococa-SP, portador do RG 20743734-8 / CPF 050825788-39

- Vice Presidente: Maria de Lourdes dos Santos Paganote, brasileira, casada, diarista, residente e domiciliada à Rua Antonio Lima Figueiredo, 96 Cohab I – Mococa-SP, portadora do RG 7952589-1 / CPF 120493728-17

- Secretário Geral: Gilmar, brasileiro, casado, Porteiro/vigilante, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, 96 V. Santa Rosa – Mococa-SP, portadora do RG / CPF

- 2º Secretário: Claudia Gomes Farias, brasileira, casada, balconista, residente e domiciliada à Rua Luis Gomes de Farias, 23 Jd São José – Mococa-SP, portadora do RG 34027003-2 / CPF 274771358-00

- Tesoureiro Geral: Eduardo Farias, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Luis Gomes de Farias, 23 Jd São José – Mococa-SP, portador do RG 40466641-3 / CPF 287179808-79

- 2º Tesoureiro: Regina dos Santos Siqueira, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada à Rua Bahia, 902 V. Santa Rosa – Mococa-SP, portadora do RG 35218593-4 / CPF 298651046-57

Conselho Fiscal:

Ana Maria Ferreira da Silva, brasileira, casada, funcionária pública municipal, residente e domiciliada à Rua Candido Trilho, 542 Jd Alvorada – Mococa-SP, portadora do RG 16421433 / CPF 06880895859

Luis Carlos Lopes, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Dr. José de Souza e Silva, 99 – Jd. São Domingos – Mococa-SP, portador do RG 11213238 / CPF 71849238804

Antonio José Batista, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente e domiciliado à Rua Raul Garib, 645 Jd. Alvorada – Mococa-SP, Portador do RG 15.926.992-1 / CPF 041.203.218-00

A diretoria acima mencionada foi aprovada por unanimidade pelos presentes e imediatamente empossada.

Após agradecimentos da parte dos membros da nova diretoria, o presidente Sr. José Lopes de Siqueira com aprovação dos demais membros da diretoria, indicou aos presentes os novos membros para composição do Conselho Comunitário, à saber:

Conselho Comunitário:

Marcos Aurélio Scovini, representante do bairro Jardim Alvorada

RG 43217472-2 / CPF 347841978-69

João Carlos de Melo, representante do Bairro Cohab I

RG 13991731 CPF 963240238-34

Maria Sueli da Silva, representante do bairro Projeto Cem

RG 8276798-9 CPF 163216108-79

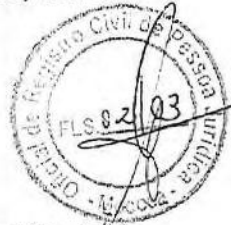
Adriana Esteter Ferreira, representante do bairro Cecap I

RG 29298463-7 / CPF 259388998-55

Andréa Matias Oliveira, representante do bairro Cecap II

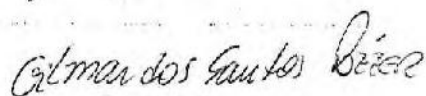
RG 32691418-3 / CPF 284351318-90

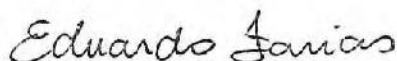
O conselho comunitário foi aprovado por todos, haja vistas que, todos os bairros dentro da área de abrangência da ACCCEV foram devidamente representados.



Não tendo mais nada a ser tratado, o Sr. Presidente José Aparecido Lopes de Siqueira, agradeceu a presença e bem como a participação de todos, no que diz respeito as deliberações tomadas nesta reunião, e, pediu a mim Gilmar dos Santos Pózzer, 1º secretário que tudo lavrasse em Ata para posterior leitura e aprovação da diretoria.


Presidente


Secretário


Tesoureiro



Registrado

REQUERIMENTO PARA REGISTRO E ARQUIVAMENTO DE ATA



Ar. das Comunicações
Fls. 125
Rubrica: 32/34

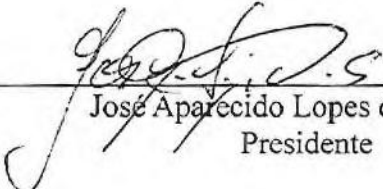


Ilmo Senhor Oficial do cartório de registro civil

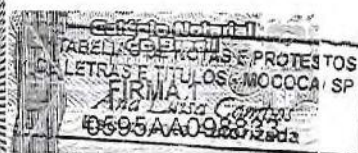
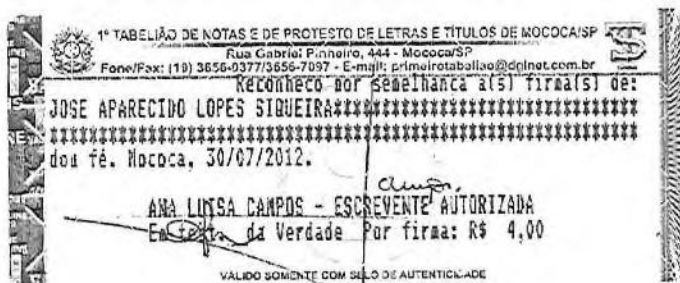
A ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV, inscrita no CNPJ sob o nº 02.896.525/0001-82 com sede na Rua Alcides Zanchi, nº 50, na cidade de Mocóca, Estado de São Paulo, CEP 13732-508, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída, e devidamente autorizada conforme Portaria nº 150 datada de 25/04/2000 e Decreto Legislativo nº 187 publicado no Diário Oficial da União datado de 09/08/2002, vêm respeitosamente à presença de V. Sa., na pessoa do Senhor presidente, José Aparecido Lopes de Siqueira CPF: 050825788-39 / RG 20743734-8, na qualidade de representante legal da ACCCEV, requerer o registro e arquivamento da ATA de reunião extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2012.

Na certeza da especial atenção que nos será dispensada de vossa parte, agradecemos.

Mococa-SP, 27 de julho de 2012.


José Aparecido Lopes de Siqueira
Presidente

1º TABELIÃO



ANA LÚCIA CAMPOS - ESCRIVENTE AUTORIZADA
Em Cart. da Verdade Por firma: R\$ 4,00

VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

DOCUMENTO MICROFILMADO
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA

1

Registrado

Ata da acccev



Ata da reunião extraordinária da ACCCEV (Associação de Comunicação Comunitária e Cultural Esperança e Vida).

Aos vinte dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e doze (20/01/12) reuniram-se membros e diretoria da ACCEV em número suficiente conforme prevê o estatuto. A reunião foi realizada na sede da ACCCEV situada a Rua Alcides Zanchi, nº 50 – Jardim Alvorada Mococa-SP.

O presidente Sr. José Siqueira iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e, dizendo que o motivo da convocação para assembleia extraordinária é a eleição para nova diretoria, conforme anunciado e devidamente anotado em ata da ultima assembleia realizada em 20/01/12.



Foram apresentados os nomes de candidatos em chapa única para eleição, a saber:

- Presidente : José Aparecido Lopes de Siqueira, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Dr. Bahia, 99 – V. Santa Rosa – Mococa-SP, portador do RG 20743734-8 / CPF 050825788-39

- Vice Presidente : Maria de Lourdes dos Santos Paganote, brasileira, casada, diarista, residente e domiciliada à Rua Antonio Lima Figueiredo, 96 Cohab I – Mococa-SP, portadora do RG 7952589-1 / CPF 120493728-17

- Secretário Geral : Gilmar dos Santos Pózzzer, brasileiro, casado, Operador de balança em usina, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, 96 V. Santa Rosa – Mococa-SP, portador do RG 34933905-3 / CPF 309015678-41

- 2º Secretário : Claudia Gomes Farias, brasileira, casada, balconista, residente e domiciliada à Rua Luis Gomes de Farias, 23 Jd São José – Mococa-SP, portadora do RG 34027003-2 / CPF 274771358-00

- Tesoureiro Geral : Eduardo Farias, brasileiro, casado, mecânico, residente e domiciliado à Rua Luis Gomes de Farias, 23 Jd São José – Mococa-SP, portador do RG 40466641-3 / CPF 287179808-79

- 2º Tesoureiro : Regina dos Santos Siqueira, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada à Rua Bahia, 902 V. Santa Rosa – Mococa-SP, portadora do RG 35218593-4 / CPF 298651046-57

Conselho Fiscal:

Ana Maria Ferreira da Silva, brasileira, casada, funcionária pública municipal, residente e domiciliada à Rua Candido Trilho, 542 Jd Alvorada – Mococa-SP, portadora do RG 16421433 / CPF 06880895859

Luis Carlos Lopes, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Dr. José de Souza e Silva, 99 – Jd. São Domingos – Mococa-SP, portador do RG 11213238 / CPF 71849238804

Antonio José Batista, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente e domiciliado à Rua Raul Garib, 645 Jd. Alvorada – Mococa-SP, Portador do RG 15.926.992-1 / CPF 041.203.218-00

A diretoria acima mencionada em única chapa foi aprovada por unanimidade pelos presentes e imediatamente empossada.

Após agradecimentos da parte dos membros da nova diretoria, o presidente Sr. José Aparecido Lopes de Siqueira com aprovação dos demais membros da diretoria, indicou aos presentes os novos membros para composição do Conselho Comunitário, à saber:

RenatConselho Comunitário:

- Sr. Gilson Dias, CPF 137439468-82 / RG 21660377 representante da ADECON (Associação de Defesa aos Direitos do Consumidor)

- Sra. Beatriz Scarparo Maciel, CPF 966748658-34 / RG 6792000-7 - representante da Associação Arco Íris (entidade que trabalha com apoio a portadores de câncer)

- Sr. Valdir Maziero, CPF 866057208-49 / RG 8170345 representante da escola APAE de Mococa

- Sr. Tiago Chagas de Andrade, CPF 304420278-77 / RG 33146195x - representante do Lions Club

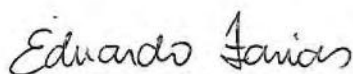
- Sr. Renato Naves da Silva, CPF 091998858-08 / RG 19986000-8 - Representante do Grupo AA - Alcolicos Anônimos

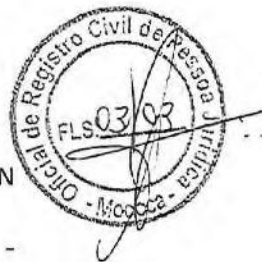
O Conselho Comunitário foi aceito e aprovado por todos.

Não tendo mais nenhum assunto a ser tratado o presidente Sr. José Siqueira agradeceu a presença de todos, e encerrou a reunião Pedindo a mim, Gilmar dos Santos Pózzer 1º secretário que, redigisse essa Ata que Após lida e aprovada será assinada.


Presidente


Secretário

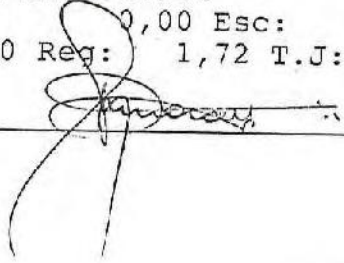

Tesoureiro



OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA
PROTOCOLADO SOB Nº: 3222

MICROFILMADO/REG. 1.974

VALOR BASE: 0,00 Esc: 32,78 Est: 9,32
Car: 6,90 Reg: 1,72 T.J: 1,72 Dil: 0,00

31/07/2012  TOTAL: 52,44

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E ANEXOS DE MOCOCA
BEL. LUIZ SÉRGIO BOARATI
Oficial
MARIA IMACULADA DE M. MIQUELIN
Substituta do Oficial
SANDRA MARIA CHIQUINO MELCHIADES
Escrevente
MOCOCA - ESTADO DE SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE MOCOCA - SP
CERTIDÃO
CERTIFICO e dou fé, que a presente certidão extraída
por processo reprográfico, foi expedida de acordo com o
§ 1.º do Art. 19 da Lei Federal n.º 6.015 de 31-12-73,
estando de conformidade com o original lançado no livro
a que se refere. NADA MAIS. O referido é verdade.
Mococa-SP, 12 / Abril / 2.013

Oficial de Registro / Prepostas

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E ANEXOS DE MOCOCA
BEL. LUIZ SÉRGIO BOARATI
Oficial
MARIA IMACULADA DE M. MIQUELIN
Substituta do Oficial
SANDRA MARIA CHIQUINO MELCHIADES
Escrevente
MOCOCA - ESTADO DE SÃO PAULO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR-
CEP 70.044-900 - BRASILIA - DF

RESPOSTA - OFÍCIO - 1081/2013
ASSUNTO- NOTA TÉCNICA RELATIVA À ANÁLISE DE PROCESSO Nº
53000.036553/2012



12,40

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO C.C. ESPERANÇA E VIDA
RUA ALCIDES ZANCHI,50
JARDIM ALVORADA -MOCOCA -SP – CEP 13.732.508

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 23 de março de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 23/03/2015, às 11:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0427473** e o código CRC **A4719527**.



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE COMUNICACAO COMUN.CULT.ESPERANCA E VIDA-
ACCEV

CNPJ: 02.896.525/0001-82

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:59:51 do dia 29/02/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/03/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 9242/2016/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.036553/2012-17**

Processo de Outorga nº: 53830.000160/1999

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mococa/SP**.

ANÁLISE

2. Tendo-se em vista o advento da Portaria nº 4334 de 17/09/2015 (D.O.U. de 21/09/2015), que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária e revoga a Norma nº 01/2011, e considerando-se a documentação já encaminhada por essa entidade, verificou-se a necessidade de saneamento de pendências, razão pela qual a entidade deverá atender às seguintes exigências:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação aos preceitos do artigo 40 da Portaria 4334/2015, conforme detalhado a seguir:

i) O art. 15, item "a", do estatuto deve ser adequado de forma a garantir a **todos os sócios** os direitos de voz e voto nas instâncias deliberativas e de **votar e ser votado para os cargos de direção** conforme os incisos III e IV;

ii) Quanto às *peessoas jurídicas*, deverão constar do estatuto disposições que lhes assegurem todos os direitos descritos no inciso III;

iii) O estatuto deve especificar **corretamente** o órgão administrativo da entidade, informando seu modo de funcionamento, notadamente no que concerne: **aos cargos que compõem a diretoria** e suas respectivas atribuições, já que na última ata de eleição encaminhada, datada de 20/01/2012, não consta eleição para o cargo de Segundo Vice-

Presidente citado no art. 30 do estatuto, caso o cargo tenha sido extinto, a entidade deverá retificar o referido estatuto;

iv) Considerar, no art. 31 do estatuto, a limitação determinada pela alínea "b" do inciso V, de que ao mandato dos membros da diretoria será admitida **uma única recondução**, do modo a se afastar eventual óbice ao caráter comunitário da entidade por ventura oriundo de tal omissão;

A seguir a transcrição do artigo 40 da Portaria nº 4334:

"40. O Estatuto Social da entidade deverá conter as seguintes disposições :

I - indicar a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

II - garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica;

III - garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas;

IV - garantia às pessoas físicas associadas do direito de votar e ser votado para os cargos de direção ;

V - especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente no que concerne:

a) aos cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

b) ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução."

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação, nos termos do artigo 131, § 1º da Portaria 4334.

III. Tendo em vista que o mandato da diretoria cuja ata consta nos autos teve sua vigência expirada. Em conformidade com o entendimento da consultoria jurídica deste Ministério e considerando que a vigência do mandato dos diretores se encontra vencida - não constando, até a presente data, nos autos do processo, os atos constitutivos da composição da nova diretoria, conforme prescrito pelo art. 131, III e 22, §3º da Portaria 4334 - a entidade deverá apresentar:

i) Ata de Eleição da diretoria **em exercício**, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

ii) Cópias do **CPF e cédula de identidade** (ou de algum dos documentos listados pelo art. 22, §3º, da Portaria nº 4334/2015-SEI-MC) de todos os dirigentes, para fins de comprovação de nacionalidade e maioridade. **NÃO** será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no §4º do artigo 22.

Portaria nº 4334/2015/SEI-MC

"Art. 22. São documentos habilitantes:(...)

§3º A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento ou casamento;

II - certificado de reservista;

III - cédula de identidade;

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

V - carteira profissional;

VI - carteira de Trabalho e Previdência social (CTPS); ou

VII - passaporte.

§4º A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou nacionalidade."

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo**, em 27/04/2016, às 15:53, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1083413** e o código CRC **338DE884**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 13494/2016/SEI-MC

São Paulo, 22 de abril de 2016.

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida
Rua Alcides Zanchi, 50 - Jardim Alvorada
13732-508 / Mococa - SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.036553/2012-17.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 9242/2016/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.
3. Solicitamos que a resposta da entidade faça expressa referência ao número do processo, **53000.036553/2012-17**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo**, em 27/04/2016, às 15:53, conforme art. 3º, III, "a",



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1087219 e o código CRC **9DFD4193**.

5*

**Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida
ACCCEV**

CNPJ/MF. 02.896.525/0001-82

Ofício Especial

Mococa, 12 de julho de 2016.

Assunto: Ofício nº. 13494/2016/SEI-MEC – Nota Técnica nº. 9242/2016/SEI-MC
Processo: **53000.036553/2012-17.**

53900.042526/2016-55

13/07/2016

Senhor Delegado,

Em atenção ao ofício nº. 13494/2016/SEI-MEC, referente ao Processo nº. 53000.036553/2012-17 e Nota Técnica nº. 9242/2016/SEI-MC, vimos através deste esclarecer e encaminhar anexo o seguinte:

Com a edição da Portaria 433/2015 que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária, foi realizada a reforma do estatuto social da Associação, com o objetivo de atender a todas as novidades inserida naquela nova norma, sendo assim, esclarecemos os itens abordados na referida Nota Técnica.

Item "I" da Nota Técnica nº. 9242/2016/SEI-MC

- i) O Art. 12 do "novo estatuto" - garante a voz e voto nas instancias deliberativas e de votar e ser votado para os cargos de direção.
- ii) O Art. 10 do "novo estatuto" – garante a participação de pessoas físicas e jurídicas;

Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida

ACCCEV

CNPJ/MF. 02.896.525/0001-82

- iii) Em face de nova eleição e a reforma do Estatuto o “erro” foi sanado;
- iv) O Parágrafo único do Art. 17 contempla o mandato da diretoria, conselho fiscal e conselho comunitário, sendo admitida uma única recondução.
- v)

Item II da Nota Técnica nº. 9242/2016/SEI-MC – Todas as alterações foram devidamente averbadas junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Item III Nota Técnica nº. 9242/2016/SEI-MC – Encaminha-se Ata que deliberou sobre a reforma do Estatuto e eleição do Conselho Diretor.

- i) Anexo Ata da Assembleia Geral realizada em 06/07/2016.
- ii) Anexo cópias dos documentos dos dirigentes – afim de comprovar a nacionalidade e maioria.

Sendo o que se apresenta, e na certeza de recebermos a costumeira atenção, aproveitamos para externar nossa estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Eduardo Farias
Presidente.

Excelentíssimo Senhor
Dr. Thiago d’Arolla Pedrosa Galvão
DD. Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo.
Rua Mergenthaler, 592 – Bloco 1 – Mezanino
Vila Leopoldina – CEP: 05.311-900 – São Paulo/SP.



REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Ilmo. Sr. Oficial do Registro Especial de Pessoas Jurídicas

Averbado

A Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCCEV - CNPJ: 02.896.525/0001-82, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na Rua Alcides Zanchi, nº 50, Jardim Alvorada, CEP: 13732-508, no Município e Comarca de Mococa, Estado de São Paulo., por seu Presidente, infra-assinado, vem solicitar averbação das alterações estatutárias da referida entidade no registro R-578, às folhas 88 do livro "A-3" de Pessoa Jurídica no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Mococa, Estado de São Paulo, anexando para tal:

- a) Ata de deliberação (3 vias);
- b) Estatuto Social (3 vias);
- c) Relação dos órgãos da Administração (3 vias);

Mococa, 07 de julho de 2016.

Eduardo Farias

Eduardo Farias

Presidente

RG. Nº. 40.466.641-3

CPF: 287.179.808-79

DOCUMENTO MICROFILMADO

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA

Cartório Arquivo Especial (1233938)

SEI 53900.042526/2016-55 / pg. 3

Averbado

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Aprovação de alterações Estatutárias e Eleição de novos mandatários da Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida – ACCCEV




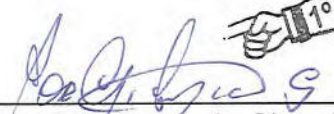
Aos seis (06) dias do mês de julho (07) de dois mil e dezesseis (2016), às dezenove (19) horas em chamanda de primeira convocação, não obtendo o quorum mínimo necessário e em chamada de segunda convocação às dezenove horas e trinta minutos reuniram-se em sua sede social na Rua Alcides Zanchi, nº 50, Jardim Alvorada, CEP: 13732-508, no Município e Comarca de Mococa, Estado de São Paulo, os associados da Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCCEV, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Apresentação, Discussão e Deliberação do novo Estatuto Social; 2) eleição dos Novos Mandatários, em conformidade com a deliberação do item um (1) da pauta, e 3) Outros assuntos pertinentes à Associação. A Assembléia Geral Extraordinária teve início às 19h30min em chamada de segunda convocação, nos termos estatutários, tendo como Presidente o Senhor José Aparecido Lopes de Siqueira, que convidou a mim, Daniela Fernanda Paganotti dos Santos para secretariar os trabalhos, o que aceitei. O Sr. Presidente explicou a necessidade de alterar o Estatuto para adequá-lo as normas em vigor. Foi apresentado um novo documento que foi lido, explicado e discutido artigo por artigo. Em sequência o Presidente colocou em votação o texto integral do novo Estatuto Social da Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida – ACCCEV, sendo aprovado por unanimidade dos presentes, passando a vigorar, na sua integralidade, com a nova redação conforme anexo, que faz parte da presente Ata e passa a reger a Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCCEV. Em seguida, com o novo Estatuto aprovado e em vigor foi iniciada os procedimentos para eleição do Conselho Diretor e Conselho Fiscal, o Presidente suspendeu a Assembléia por 30 (trinta) minutos, para organização e apresentação das cahpas. Finalizada as conversas o Presidente iniciou novamente a Assembléia, e disse que foi apresentada uma única chapa para concorrer assim composta: Conselho Diretor: Presidente: **Eduardo Farias**, Vice-Presidente: **Silvano Donizeti da Silva**; Secretaria: **Daniela Fernanda Paganotti dos Santos**; Tesoureiro: **Marcelo Ribeiro dos Santos**. Conselho Fiscal: **Luiz Carlos Lopes**, **Fabio Aparecido Fernandes Adão** e **José Aparecido Lopes de Siqueira**. Em seguida foi dada a palavra ao Presidente da Chapa inscrita, que discorreu de seus objetivos na condução da Associação. Não havendo nada mais a ser discutido, o Presidente da Assembléia colocou em votação, sendo eleitos por unanimidade. Ato continuo, nos termos dos Artigos 34 à 36 do Capítulo VII – (Do Conselho Comunitário) - do Estatuto Social ora aprovado e em vigor, o Presidente disse que foram convidados 7 (sete) representantes de entidades de classe, religiosas, associações, clube de serviço e moradores para que pudessem compor o Conselho Comunitário, sendo que se fizeram presentes 5 (cinco) representantes, numero suficiente para que possa ser homologado pela Assembléia, sendo: **Pedro Augusto Ceregatti Moreno** – representante de moradores, **Bendito Celso Tomé** – Lions Club, **Roberto Wagner Monaco** – Associação de Amigos de Bairro, **Iduana da Rocha Ferreira** – Grupo Arco Iris, **Rosana Mançano Mariano** – Comunidade Fanuel. Em sequência o Presidente colocou em discussão, não havendo interesse em discutir, o Presidente colocou em votação a homologação do Conselho Comunitário, sendo aprovado por unanimidade. Não havendo mais


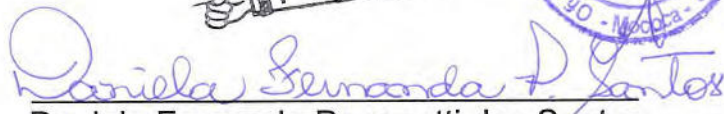
DOCUMENTO MICROFILMADO
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA



itens a serem deliberados e nos termos do Estatuto Social foram empossados os membros da **CONSELHO DIRETOR**: Presidente: **Eduardo Farias**, brasileiro, casado, programador CNC, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 40.466.641-3 e do CPF: 287.179.808-79, residente e domiciliado à Rua Luiz Gomes de Faria, nº. 23, Jardim São José, CEP: 13736-640, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo. Vice-Presidente: **Silvano Donizeti da Silva**, brasileiro, casado, metalúrgico, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 12.109.337-2 e do CPF: 002.316.718-14, residente e domiciliado à Rua José Coimbra Duarte, nº. 23, Conjunto Habitacional Dr. Gilberto Rossetti (Cohab II), CEP: 13737-619, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo. Secretária: **Daniela Fernanda Paganotti dos Santos**, brasileira, casada, do lar, portadora da Carteira de Identidade RG. Nº. 34.933.852-8 e do CPF: 287.006.908-13, residente e domiciliado à Rua Francisco Maglioca, nº. 80, Jardim São Domingos, CEP: 13733-370, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo. Tesoureiro: **Marcelo Ribeiro dos Santos**, brasileiro, casado, pedreiro, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 29.299.303-1 e do CPF: 248.495.258-90, residente e domiciliado à Rua Francisco Maglioca, nº. 80, Jardim São Domingos, CEP: 13733-370, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo. **CONSELHO FISCAL**: **Luiz Carlos Lopes**, brasileiro, casado, agente de vendas autônomo, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 11.213.238-8 e do CPF: 718.492.388-04, residente e domiciliado à Rua Agenor Oliveira Andrade, nº. 75, Jardim São Domingos, CEP: 13733-260, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo. **Fabio Aparecido Fernandes Adão**, brasileiro, solteiro, motorista, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 45.628.880-6 e do CPF: 327.698.218-81, residente e domiciliado à Rua Roraima, nº. 68-Fundos, Jardim Nova Mococa, CEP: 13731-340, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo. e **José Aparecido Lopes de Siqueira**, brasileiro, casado, mecânico, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 20.743.734-8 e do CPF: 050.825.788-39, residente e domiciliado à Rua Bahia, nº. 99, Vila Santa Rosa, CEP: 13731-230, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo. **CONSELHO COMUNITÁRIO**: Representante de moradores - **Pedro Augusto Ceregatti Moreno**, brasileiro, solteiro, professor, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 48.612.823-4 e do CPF: 399.776.078-00, residente e domiciliado à Rua José Ferraz Siqueira, nº. 345, São Domingos, CEP: 13733-350, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo; representante do Lions Club - **Benedito Celso Tomé**, brasileiro, casado, aposentado, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 6.228.997 e do CPF: 718.402.068-53, residente e domiciliado à Rua João Augusto Filho, nº. 349, Cohab I, CEP: 13732-600, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo; representante da Associação de Amigos de Bairro, **Roberto Wagner Monaco**, brasileiro, casado, aposentado, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 11.706.028 e do CPF: 041.007.378-40, residente e domiciliado à Rua Agenor de Oliveira Andrade, nº. 645, Jardim São Domingos, CEP: 13733-260, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo; representante do Grupo Arco Iris - **Iduana da Rocha Ferreira**, brasileira, casada, do lar, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 13.561.599-9 e do CPF: 033.390.808-28, residente e domiciliado à Rua João Augusto Filho, nº. 100, Cohab I, CEP: 13732-600, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo; representante Comunidade Fanuel - **Rosana Mançano Mariano**, brasileira, casada, comunicadora, portador da Carteira de Identidade RG. Nº. 21.127.719 e do CPF: 102.345.808-01, residente e domiciliado à Rua Alcides Zanchi, nº. 64, Jardim Alvorada, CEP: 13732-508, neste Município de Mococa, Estado de São Paulo. O mandato do Conselho Diretor,

Conselho Fiscal e Conselho Comunitário é de 4 (quatro) anos. O Presidente empossado agradeceu o apoio de todos e se colocou a disposição dos associados e ainda disse da disposição de trabalhar para o fortalecimento e valorização da Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida – ACCCEV. Na sequência o Presidente da Assembléia deixou a palavra aberta a quem desejasse, não havendo interesse dos presentes em fazer uso da palavra, o Presidente declarou encerrada a presente Assembléia Geral Extraordinária, e eu, Daniela Fernanda Paganotti dos Santos, secretária da Assembléia, lavrei a presente ata, que será assinada por mim _____, pelo Senhor Presidente e por quem mais assim desejar. Mococa, seis (06) dias do mês de julho (07) de dois mil e dezesseis (2016).



José Aparecido Lopes de Siqueira
Presidente da Assembleia
RG. Nº. 20.743.734-8
CPF: 050.825.788-39



Daniela Fernanda Paganotti dos Santos
Secretária da Assembleia e empossada
RG. Nº. 34.933.852-8
CPF: 287.006.908-13



Eduardo Farias
Presidente (empossado)
RG. Nº. 40.466.641-3
CPF: 287.179.808-79



DOCUMENTO MICROFILMADO
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA



OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS DE MOCOCA - SP

CNPJ: 50.734.011/0001-73

RUA RIACHUELO, Nº 478 Fone: (19)3656-1519

LUIZ SÉRGIO BOARATI - OFICIAL

CERTIDÃO DE ATOS PRATICADOS - PROTOCOLO Nº: 4048

CERTIFICA que o presente título, protocolado sob número 4.048 em 07/07/2016, deu origem ao(s) seguinte(s) ato(s) nesta Serventia:

Registrado e microfilmado sob nº: 578

ATO

| Valor Base | Oficial | Estado | Carteira | R. Civil | Tribunal | M.P.* | I.M.** | TOTAL |
|--------------------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|------------|
| AV.1/R.578 1 | R\$ 73,59 | R\$ 20,93 | R\$ 10,78 | R\$ 3,87 | R\$ 5,05 | R\$ 3,53 | R\$ 3,67 | R\$ 121,42 |
| Microfilmagem 1 | R\$ 5,08 | R\$ 1,44 | R\$ 0,74 | R\$ 0,27 | R\$ 0,35 | R\$ 0,24 | R\$ 0,25 | R\$ 8,37 |

Os valores devidos ao Estado e a Carteira de Previdência foram pagos por verba conforme guia arquivada em cartório.

Tabela e valores vigentes na data da prenotação COTA: UFESP(5,51)

| Oficial | Estado | Carteira | Reg. Civil | Tribunal | M.P.* | I.M.** | TOTAL |
|-----------|-----------|-----------|------------|----------|----------|----------|------------|
| R\$ 78,67 | R\$ 22,37 | R\$ 11,52 | R\$ 4,14 | R\$ 5,40 | R\$ 3,77 | R\$ 3,92 | R\$ 129,79 |

* Ministério Público
** Imposto Municipal

Obs.: "ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06.07.2016 - ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCCEV - CNPJ: 02.896.525/0001-82" (ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA)
MOCOCA, 08 de julho de 2016

MARIA IMACULADA DE MORAES
PREPOSTA SUBSTITUTA

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E ANEXOS DE MOCOCA
Bel. Luiz Sérgio Boarati
Oficial
Maria Imaculada de Moraes
Substituta do Oficial
Sandra Maria Chiquino Melchhiades
Escrevente
MOCOCA - ESTADO DE SÃO PAULO

Estatuto

Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCCEV

PRIMEIRA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVOS DE FUNCIONAMENTO

Art. 1º- A Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCCEV, fundada em 05 (cinco) de Novembro de 1998, CNPJ: 02.896.525/0001-82, pessoa jurídica de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, de caráter cultural e social, destinada a promover o desenvolvimento cultural e artístico da comunidade.

Art. 2º- A Associação está localizada na Rua Alcides Zanchi, nº 50, Jardim Alvorada, CEP: 13732-508, no Município e Comarca de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 3º- A Associação só pode ser dissolvida com a aprovação da Assembléia Geral Extraordinária, de acordo com o presente Estatuto.

Art. 4º- A Associação em hipótese alguma poderá fazer distinções políticas, religiosas ou raciais no atendimento aos seus assistidos.

Art. 5º- A Associação não distribui lucros, bonificações ou dividendos sob qualquer pretexto a sócios, diretores ou mantenedores, aplicando sua receita e patrimônio, dentro do Território Nacional.

Parágrafo Único – Os membros da Diretoria e Conselho Fiscal não serão remunerados.

Art. 6º- A Associação tem por finalidade e objetivos:

- I- Realizar estudos, conferências, palestras, atividades artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade mocoquense.
- II- Firmar acordos e convênios com a união, estados ou município e com entidades congêneres, visando unir esforços e recursos, para um maior incentivo e promoção aos objetivos da entidade de forma a estimular a prática artística e desenvolvimento cultural.
- III- Realizar feiras de livros, exposições artísticas e shows culturais que venham a incentivar a população cultural e socialmente.
- IV- Preservar a imagem cultural e histórica do município.



DOCUMENTO MICROFILMADO
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA

- V- Incentivar, promover e editar a publicação e difusão de eventos artísticos e educacionais.
- VI- Promover pelos meios de comunicação através da imprensa e por intermédio de programas radiofônicos atividades musicais, artísticas históricas e culturais.
- VII- Planejar, programar e incentivar a participação da comunidade nos eventos culturais e artísticos promovidos pela Associação.
- VIII- Difundir o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade,
- IX- Apoiar a não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

SEÇÃO I

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA



Art. 7º – A Associação cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, observando a Lei nº 9.612/1998 e Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, mediante as seguintes condutas:

I- difundir e estimular a produção de conteúdo local.

II- divulgar eventos culturais, desportivos, de lazer ou quaisquer outros ligados à formação e integração da comunidade.

III- dar preferência a programas que permitam a participação do ouvinte.

IV- noticiar fatos de utilidade pública, como trânsito, saúde, educação, segurança, cidadania.

V- criar programas de estágio e de serviço voluntário, nos termos das leis vigentes.

VI- promover debates e palestras acerca de temas de interesse público local.

VII- informar aos ouvintes do direito que assiste a qualquer cidadão da comunidade beneficiada de emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, mediante pedido encaminhado à direção da entidade.

VIII- veicular mensagem institucional de patrocinador domiciliado no município que colaborar na forma de apoio cultural.

IX- Toda a irradiação deverá ser gravada e mantida em arquivo durante as vinte e quatro horas subsequentes ao encerramento dos trabalhos diários da emissora, devendo também ser conservados em arquivo, durante sessenta dias, os textos dos programas, inclusive noticiosos, devidamente autenticados pelo responsável legal da entidade.

X- As gravações dos programas políticos, de debates, entrevistas, pronunciamentos da mesma natureza e qualquer irradiação não registrada em texto deverão ser conservadas em arquivo pelo prazo de vinte dias, a partir da transmissão.

XI- É vedada a cessão ou o arrendamento, a qualquer título, da emissora e de horários de sua programação.

XII- À Associação é vedada a transferência dos poderes de gerência ou administração por meio de contrato de mandato ou qualquer outro meio.

XII- À Associação é vedada a transferência dos poderes de gerência ou administração por meio de contrato de mandato ou qualquer outro meio.

CAPÍTULO II – DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO



Art. 8º – A Associação será dirigida pelos seguintes órgãos:

- I- Assembleia Geral
- II- Conselho Diretor
- III- Conselho Fiscal

Art. 9º- A Assembleia Geral, órgão soberano da Associação, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

CAPÍTULO III – DO QUADRO SOCIAL

Art. 10- O Quadro Social será constituído de pessoas físicas e jurídicas, residentes ou com sede no município, aprovadas pelo Conselho Diretor, em número ilimitado e não haverá distinção de classe, cor, nacionalidade ou religião.

Art. 11- São três as categorias de associados:

- I- Associados Efetivos: são os fundadores que assinaram a ata de fundação, contribuindo mensalmente com quantia financeira fixada pelo Conselho Diretor.
- II- Associados Contribuintes: são aqueles que se inscrevem como contribuintes mensais, visando à manutenção da Associação.
- III- Associados Beneméritos: são aqueles que, a juízo do Conselho Diretor prestaram relevantes serviços para a instalação, funcionamento e administração da Associação, ou fizeram doações substanciais, sem direito de votar e ser votado.

Art. 12- São direitos dos associados:

- I- Participar das atividades da Associação.
- II- Votar e ser votado nas Assembleias Gerais.
 - a) Para exercer o direito do voto, deve ser associado há pelo menos um ano.
- III- Requerer a convocação da Assembleia Geral em conjunto com pelo menos um quinto dos associados, quites com as mensalidades, que poderão ser pagas no início da assembleia.
- IV- Apresentar recurso a Assembleia Geral, quando se achar prejudicado por ato do Conselho Diretor.

Art.13- Os associados efetivos e contribuintes que deixarem de quitar as mensalidades com a Tesouraria, estarão sujeitos a pena de exclusão da Associação, salvo justificativa aceita pelo Conselho Diretor.

Art. 14- Serão observados os seguintes critérios para Admissão, Demissão e Exclusão de associados:

I- Admissão: os candidatos a membros da associação preencherão formulário de admissão, firmado pelo interessado e pelo associado apresentante, que deverá ser entregue a membro da diretoria.

a- Poderão ser admitidos como associados contribuintes as pessoas físicas maiores de 18 anos residentes e pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas no município.

II- Demissão: O pedido de demissão de um associado se dará mediante solicitação escrita, dirigida ao Conselho diretor e independe de fundamentação.

III- Exclusão: Os associados poderão ser excluídos do quadro social, observado o direito de ampla defesa:

a- De ofício, por falta de pagamento da contribuição de associado.

b- Por processo instaurado pela Diretoria em vista de infração deste estatuto ou da legislação em vigor, observado o direito de ampla defesa e ao contraditório.

Art. 15- São deveres dos associados:

I- Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e regimentais.

II- Acatar as disposições da Diretoria e as deliberações estabelecidas por Assembléia Geral.

III- Manter em dia as contribuições a que estão sujeitos.

IV- Zelar pelo bom nome da Associação, evitando ações ou situações que deponham contra o seu conceito ou contra os seus interesses.

Art. 16- Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações assumidos pela Associação.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 17- A Associação será administrada por um Conselho Diretor composto por 4 (quatro) membros e um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros os quais serão escolhidos pela Assembleia Geral, compostos em chapa.

Parágrafo único - O mandato do Conselho Diretor e Conselho Fiscal terá duração de 4 (quatro) anos, permitida uma reeleição subsequente.

Art. 18- No caso de vacância de cargos no Conselho Diretor e no Conselho Fiscal, por motivo de faltas ou renúncia a pedido, os substitutos serão indicados pela Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse fim, até 30 dias após a vacância do respectivo cargo.

Art. 19- O Conselho Diretor é o órgão executivo da Associação e será constituído dos seguintes cargos eletivos:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário
- Tesoureiro

Art. 20- Para ser votado para os cargos no Conselho Diretor e Conselho Fiscal, deve ser associado a pelo menos um ano.





CAPÍTULO V – DO CONSELHO DIRETOR

Art. 21- Compete ao Conselho Diretor:

- I- Administrar a Associação objetivamente de acordo com as suas finalidades.
- II- Responder pela perfeita execução das finalidades sociais e prover financeiramente a Associação no que for necessário, realizando campanhas, recebendo verbas e doações e mantendo em dia as mensalidades dos sócios.
- III- Submeter previamente a Assembleia Geral Extraordinária, qualquer transação de maior vulto que supere a capacidade financeira da Associação.
- IV- Apresentar anualmente à Assembleia, a fim de ser aprovado, o orçamento econômico-financeiro.
- V- Submeter à Assembleia juntamente com o orçamento, o relatório do ano anterior e o balanço geral correspondente, ato este que será presidido por associado indicado pelos presentes;
- VI- Reunir-se ordinariamente, uma vez por mês, até o 10º dia do mês seguinte, e extraordinariamente sempre que necessário.
 - a) Convidar para as reuniões da diretoria e assembleias os membros do Conselho Comunitário e presidentes de honra;
- VII- Propor a reforma parcial ou total do Estatuto.
- VIII- Manter em dia e em ordem o registro dos associados e dos bens patrimoniais como os demais arquivos da Associação.
- IX- Fixar o valor da contribuição mensal dos sócios.
- X- Aplicar as penalidades previstas neste Estatuto.
- XI- Apresentar ao Conselho Fiscal, balancetes mensais, anexo todos os documentos, até o 20º dia do mês seguinte.

Art. 22- Compete ao Presidente:

- I- Representar a Associação, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente.
- II- Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno, as deliberações da Diretoria e Assembleia Geral.
- III- Presidir as Assembleias Gerais, e quando da discussão e votação do balanço e prestação de contas, convidar e submeter à Assembleia o nome de um associado para presidir o ato.
- IV- Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor.
 - a) Convidar para as reuniões da diretoria e assembleias os membros do Conselho Comunitário e presidentes de honra.
- V- Autorizar pagamentos e ordens de serviço, assinar cheques em conjunto com o tesoureiro.
- VI- Assinar todos os documentos da associação assim como os balanços e balancetes, juntamente com o tesoureiro e contador indicado pela Diretoria.
- VII- Enviar ofícios para no mínimo 7 (sete) entidades, com 15 (quinze) dias de antecedência da data da AGO, solicitando a indicação de nomes para participar do Conselho Comunitário.
- VIII- Deter o voto de desempate nas deliberações da Diretoria e em Assembleia Geral.

Art. 23- Compete ao Vice-Presidente:

- I- Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.



- II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término.
- III- Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.
- IV- Auxiliar a presidência no programa administrativo e em todas as atribuições fixadas.

Art. 24- Compete ao Secretário:

- I- Secretariar as reuniões do Conselho Diretor e assembleias gerais e redigir as atas.
- II- Assessorar ao Conselho Diretor a respeito da pauta das reuniões e assembleias, bem como prestar informações sobre as atividades da entidade.
 - a) Convidar para as reuniões da diretoria e assembleias os membros do Conselho Comunitário e presidentes honorários;
- III- Manter arquivadas as atas das reuniões e registrar as atas das assembleias.
- IV- Organizar e ter sob sua guarda os arquivos da Associação.
- V- Divulgar na rádio comunitária as reuniões e atividades desenvolvidas pela Associação.
- VI- Exercer demais atividades inerentes ao cargo.

Art. 25- Compete ao Tesoureiro:

- I- Realizar com zelo todas as atribuições da Tesouraria.
- II- Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, auxílios e donativos, apoio cultural, mantendo atualizada a escrituração.
- III- Emitir em conjunto com o Presidente cheques para pagamento.
- IV- Apresentar mensalmente, na reunião ordinária do Conselho Diretor, o balancete e anexos documentos.
- V- Apresentar, anualmente, ao Conselho Diretor, o balanço geral do ano anterior, anexos documentos, para ser aprovado e encaminhado à Assembléia Geral.
- VI- Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os valores, títulos e demais documentos relativos à tesouraria e à Associação.
- VII- Assinar balanços e balancetes, juntamente com o Presidente e o Contador indicado pelo Conselho Diretor.
- VIII- Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.
- IX- Apresentar na primeira reunião de cada mês, o movimento de caixa do mês anterior.
- X- Organizar e apresentar o relatório anual, o balanço geral e as demonstrações de receitas e de despesas.
- XI- Prestar, a pedido do Conselho Diretor ou do Conselho Fiscal, informações sobre a situação financeira da Associação, franqueando-lhes o exame de todos os documentos, livros e arquivos.

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO FISCAL

Art. 26- O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos eleitos a cada quatro (04) anos e será coordenado por um Presidente e um Secretário, eleitos na primeira reunião do Conselho Fiscal.

Parágrafo único- O Conselho Fiscal será eleito juntamente com o Conselho Diretor em Assembleia Geral, a cada quatro (04) anos.

DOCUMENTO MICROFILMADO
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA

Art. 27- O Conselho Fiscal reunir-se-á bimestralmente para apreciar e aprovar ou não, os balancetes financeiros, os documentos contábeis e os atos administrativos que se relacionam com as finanças da Associação.

Parágrafo 1º – Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registradas em atas lavradas e assinadas por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos;

Parágrafo 2º - Os pareceres e deliberações do Conselho Fiscal deverão ser encaminhados ao Conselho Diretor, até 3 dias após a data da reunião em que foram aprovados.



SECÇÃO II – DAS ELEIÇÕES

Art. 28- A eleição para Conselhos Diretor e Conselho Fiscal serão realizadas no mês de fevereiro, a cada quatro (04) anos, e a posse dar-se-á no mesmo dia da eleição.

Art. 29- As chapas para concorrer às eleições deverão ser registradas na Secretaria da Associação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias e não poderá constar o nome dos concorrentes em mais de uma chapa.

Art. 30- A eleição proceder-se-á com a votação para Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e Conselho Fiscal, sendo que os candidatos constantes das chapas por eles encabeçadas acompanharão sua votação e apuração do respectivo resultado.

Parágrafo Único- A eleição será por voto secreto, ou poderá ser por aclamação em caso de chapa única.

Art. 31- Os membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal poderão ser reeleitos uma vez para o período subsequente.

Art. 32- Cessando o exercício de suas funções, o Conselho Diretor deverá entregar aos sucessores todos os livros de contabilidade, balanço e relatório anual das atividades realizadas, assinados pelo presidente, secretário e tesoureiro.

Art. 33- As atividades dos Diretores, bem como as dos sócios e membros de Comissões, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

CAPÍTULO VII – DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 34- O Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização e encarregado de zelar pelo cumprimento das finalidades e princípios do Serviço de Radiodifusão Comunitária estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998.

I- O Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco e no máximo sete pessoas representantes de entidades de classe, religiosas, associações, clubes de serviço e moradores, legalmente constituídos no município.

a- Os nomes de sete representantes serão solicitados mediante ofício pelo presidente do Conselho Diretor, até 15 dias antes da AGO e homologados pela Assembleia Geral, juntamente com a eleição do Conselho Diretor e Fiscal.

Art. 35- Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

I- fiscalizar bimestralmente a programação da emissora.

II- solicitar ao Conselho Diretor informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros.

III- fazer recomendações ao Conselho Diretor da Associação.

IV- realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida.

V- receber reclamações, denúncias e elogios.

VI- submeter ao Ministério das Comunicações e ao Conselho Diretor da Associação relatório circunstanciado acerca da programação.

VII- reunir-se trimestralmente, até o 10º dia do mês seguinte ao trimestre.

Art. 36- Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a Associação deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

CAPÍTULO VIII – DAS ASSEMBLÉIAS

Art. 37- A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será convocada com antecedência mínima de sete dias, mediante comunicado contendo o local, data, hora e a ordem do dia dos assuntos a serem discutidos observado o seguinte:

I- O Edital será fixado na sede da Associação e no mínimo em dois órgãos públicos municipais, encaminhado aos associados por e-mail e no endereço residencial a quem deles não tiver e-mail, divulgado através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da rádio comunitária.

II- Na data, local e hora determinados, a Assembleia Geral se instalará e deliberará sobre a ordem do dia com a presença da metade mais um dos sócios.

III- Não havendo número suficiente em primeira convocação, a Assembleia Geral tomará as deliberações em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após o horário previsto na convocação, com qualquer número de associados, exceto nas situações especificadas neste estatuto, ou em lei, que requeiram quorum específico.

Art. 38- O presente Estatuto só poderá ser alterado, em partes ou todo, em Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para essa finalidade.

Art. 39- Compete à Assembleia Geral:

I- Eleger os membros do Conselho Diretor, Conselho Fiscal e homologar os nomes indicados para o Conselho Comunitário.

II- Decidir sobre a destituição de membro da diretoria, assegurado o direito de ampla defesa.



- III- Decidir sobre a dissolução da entidade nos termos do artigo 49.
- IV- Decidir sobre a conveniência de alienar, hipotecar ou permutar bens patrimoniais.
- V- Aprovar o Regimento Interno.

Art. 40- A Assembléia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I- Avaliar o relatório anual do Conselho Diretor.
- II- Discutir e votar sobre as contas apresentadas pelo Conselho Diretor.
- III- Outros assuntos que julgar necessário.

Art. 41- A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á quando convocada:

- I- Pelo conselho Diretor.
- II- Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com as obrigações sociais.

Parágrafo único- Para a destituição de membro da diretoria e alteração dos estatutos é necessário a realização de Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

CAPÍTULO IX – DO PATRIMÔNIO

Art. 42- O patrimônio da Associação será constituído pelas contribuições, doações, móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública.

Art. 43- Os recursos financeiros da associação provirão de:

- I- Contribuições sociais e valores decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.
- II- Doações, donativos, ofertas, heranças ou legados firmados por terceiros.
- III- Subvenções e auxílios advindos do Poder Público e ainda de pessoas jurídicas.
- IV- O resultado da alienação de bens.
- V- Outros valores recebidos a qualquer título.

Art. 44- São despesas da Associação:

- I- As despesas com aquisição de materiais de consumo, manutenção da sede.
- II- As despesas com reuniões e eventos dos diversos órgãos que constituem a Associação.
- III- As despesas com aquisição, manutenção e conservação de bens móveis e equipamentos, inclusive para a rádio comunitária.
- IV- As despesas com viagens e gastos eventuais.

Parágrafo Único- As contribuições mensais dos sócios efetivos e colaboradores para os efeitos legais serão consideradas como doações à Associação.

Art. 45- O patrimônio da Associação é inalienável, salvo em casos especiais e a critério do Conselho Diretor.

Art.46- Em caso de dissolução, seu patrimônio reverterá à entidade congênere, indicada pelo Conselho Diretor, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.





CAPÍTULO X – DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 47- Os sócios efetivos e colaboradores estão sujeitos ao pagamento de uma contribuição mensal, fixada pelo Conselho Diretor.

Parágrafo Único – As mensalidades são em número de 12 (doze) por ano e objetivam auxiliar a manutenção e o cumprimento dos encargos da Associação.

CAPÍTULO XI – DA DISSOLUÇÃO

Art. 48- A Associação será dissolvida por motivos de ordem legal sendo de competência da Assembleia Geral, com a presença de 2/3 (dois terços) dos sócios, especialmente convocada para estabelecer a forma de dissolução, inclusive para indicar liquidante e estabelecimento de todas as providências que se fizerem necessárias.

Art. 49- No caso de dissolução da associação os bens remanescentes serão repassados e ou incorporados por outra instituição congênere da cidade de Mococa, Estado de São Paulo, com personalidade jurídica, que esteja legalmente constituída e registrada no Conselho Municipal de Assistência Social ou órgão equivalente.

CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 50- A associação não recomendará candidatos para funções publicas e não tomará parte em discussões de questões políticas, raciais ou religiosas, ou que atentem contra a ordem pública.

Art. 51- O Presidente poderá nomear comissões, quando necessário, para execução de trabalhos e atividades propostas pela Associação, as quais terão vigência até a conclusão dos seus objetivos.

Art. 52- Nenhum cargo no Conselho Diretor será remunerado ou receberá qualquer gratificação.

Art. 53- A Associação não distribui lucros, bonificações ou dividendos, sob qualquer forma ou pretexto.

Art. 54- Os membros do Conselho Diretor e Conselho Fiscal poderão ser reeleitos, uma vez, para o período subsequente.

Art. 55- A Associação não responde pelos compromissos ou obrigações assumidas particularmente pelos conselheiros ou associados e estes não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação.




CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 56- Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor, cabendo recurso a Assembleia Geral Extraordinária, pelo associado que se achar prejudicado.

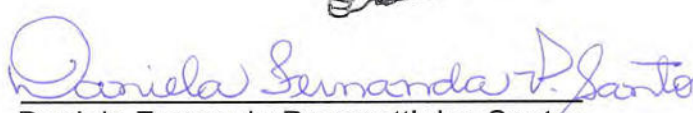
Art. 57- A todo Presidente do Conselho Diretor da Associação, será dado, ao final de seu mandato, o título vitalício de Presidente de Honra, com direito a participar das reuniões da diretoria e do Conselho Comunitário, sem direito a voto.

Art. 58- Revogadas as disposições anteriores a esta primeira alteração estatutária, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 06/07/2016, será averbada no registro R-578, às folhas 88 do livro "A-3" de Pessoa Jurídica no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Mococa, Estado de São Paulo.


Mococa, aos seis (06) dias do mês de julho (07) de dois mil e dezesseis (2016).


José Aparecido Lopes de Siqueira
Presidente da Assembleia
RG. Nº. 20.743.734-8
CPF: 050.825.788-39




Daniela Fernanda Paganotti dos Santos
Secretária da Assembleia e empossada
RG. Nº. 34.933.852-8
CPF: 287.006.908-13




Eduardo Farias
Presidente (empossado)
RG. Nº. 40.466.641-3
CPF: 287.179.808-79



Alterações e revisão final pelo advogado:


RENER DA SILVA AMANCIO
OAB/SP: 230882



DOCUMENTO MICROFILMADO
OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DE MOCOCA

CONSELHO DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EMISSÃO: 27/02/82

EDUARDO FARIAS

JOSE SEBASTIAO FARIAS

E DECESA APARECIDA DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO: 11/02/1962

LOCAL: CALOJA - SP

CPF: 22.717.980-73

Assinatura do Titular

Assinatura do Emissor

Assinatura do Recebente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO

Assinatura do Titular

Assinatura do Emissor

Assinatura do Recebente

CARTÃO DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

EDUARDO FARIAS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 11/03/82

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

EDUARDO FARIAS

Nº de Inscrição

22.717.980-73

Data do Nascimento

11/02/82

Assinatura do Titular

Assinatura do Emissor

Assinatura do Recebente

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICO FISCAIS

CARTAO DE IDENTIFICACAO DE CONTRIBUINTE

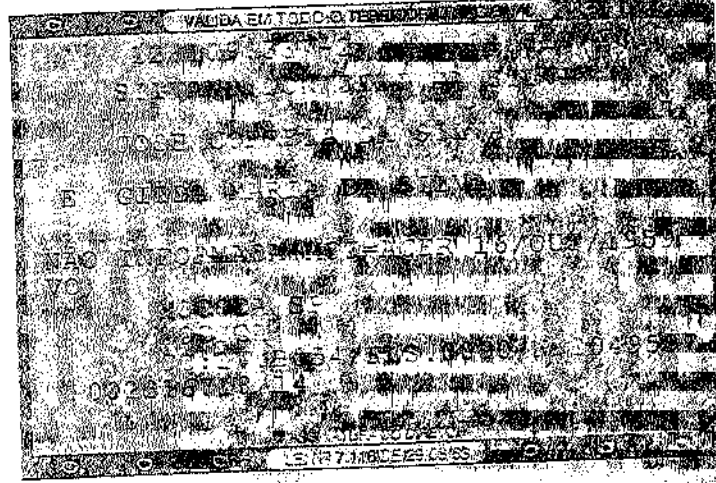
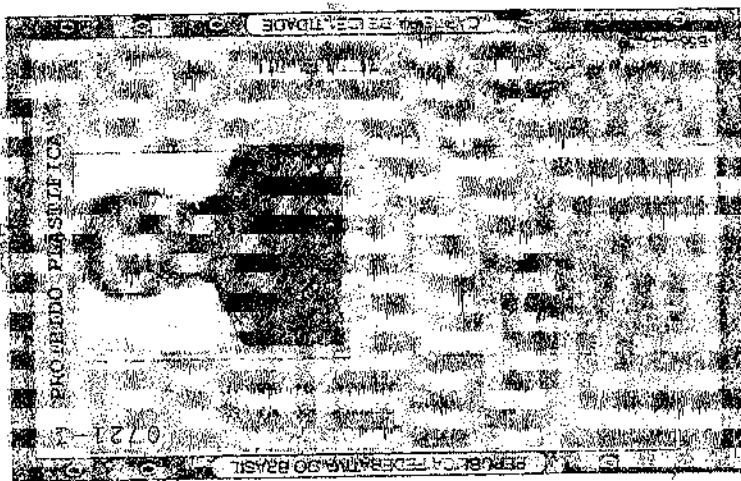
OPÇÃO DE REGIME DE TRIBUTACAO

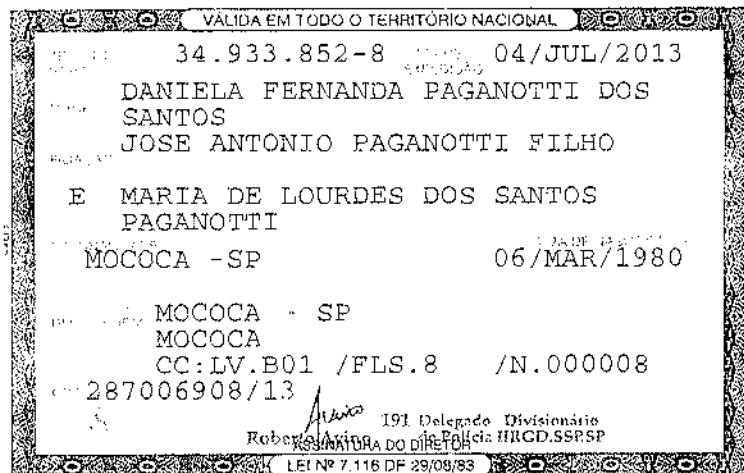
CATEGORIA DE CONTRIBUINTE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

[Handwritten Signature]





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CARDO GUMBERTON DA NTE

72-4

MONTE SANTO DE MINAS

POLESA DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 29.299.303-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/JUN/98

NOME MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS

FILIAÇÃO PEDRO RIBEIRO DOS SANTOS

E APARECIDA DE FATIMA SILVA SANTOS

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

MONTE SANTO DE MINAS - 18/MAI/1977

MG

DOC ORIGEM MTE SANTO DE MINAS/MG

MTE SANTO DE MINAS

CN: LV/A68/FLB.51 /N.000844

CPF 248495258-90

Delegado Divisório

CARLOS ANTONIO DE S. SILVA - Policia Militar, SP. 18

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/85

MINISTÉRIO DA FAZENDA

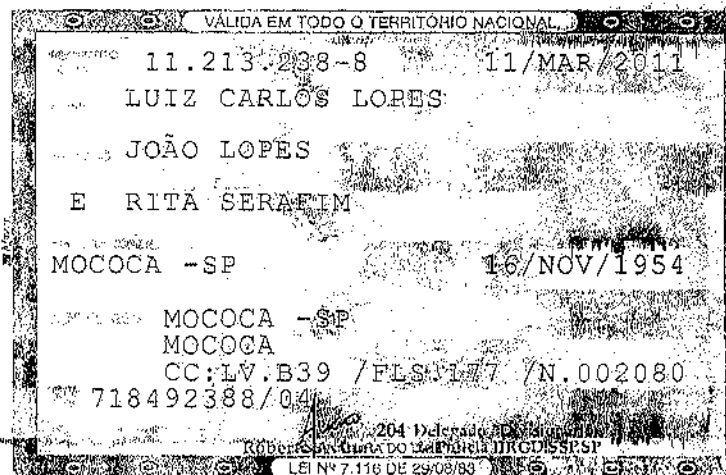
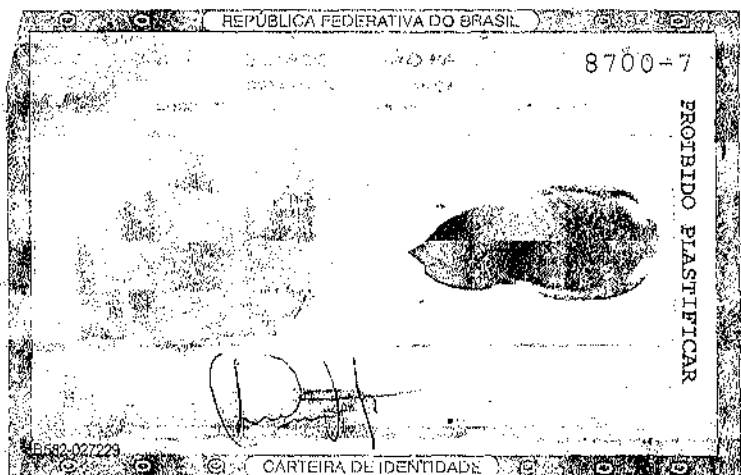
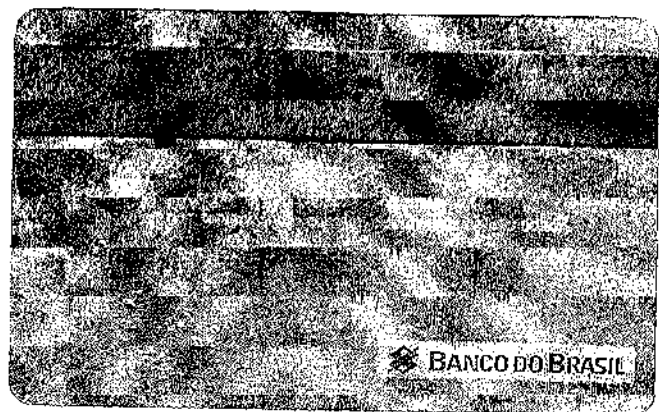
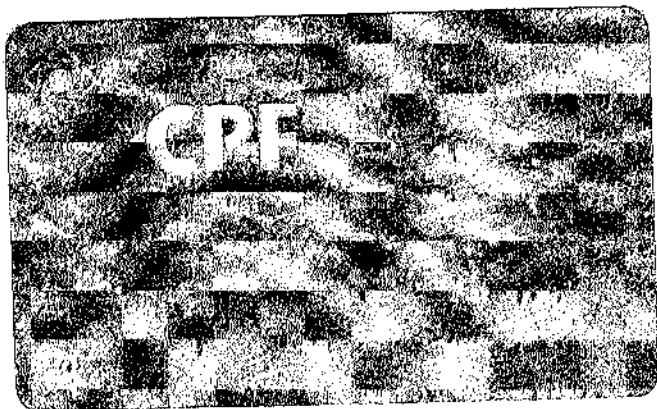
Secretaria da Receita Federal

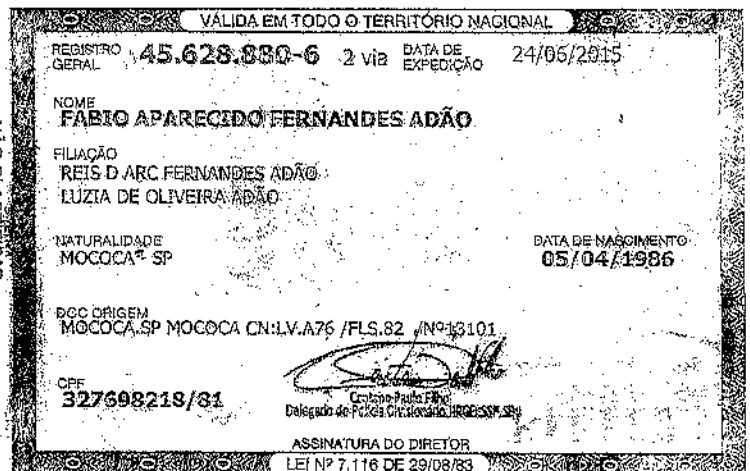
CPF

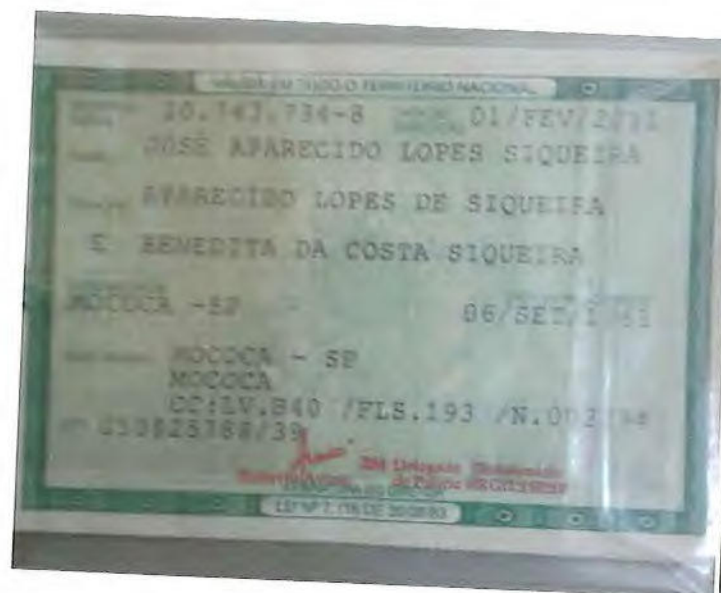
248.495.258-90

MARCELO RIBEIRO DOS SANTOS

CONSELHO FISCAL







Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo.

Rua Mergenthaler, 592 – Bloco 1 – Mezanino

Vila Leopoldina

São Paulo/SP.

05.311-900

Assunto: Resposta ao Ofício nº. 13494/2016/SEI-MEC, referente ao Processo nº. 53000.036553/2012-17 e Nota Técnica nº. 9242/2016/SEI-MC



A.R.



Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida - ACCCEV
Rua Alcides Zanchi, 50 – Jardim Alvorada
13732-508 – Mococa/SP.

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 13494/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida

Rua Alcides Zanchi, 50 - Jardim Alvorada

13732-508 / Mococa - SP

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.036553/2012-17.

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

Mário Eduardo de Oliveira
Matr.: 8.915.116-0
Ag. de Correios

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 2727/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 18 de julho de 2016.

À Coordenação Geral de Acompanhamento de Outorgas

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Tendo-se em vista o disposto no artigo 130, IV, da Portaria 4334 de 17 de setembro de 2015, solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mococa/SP**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo**, em 22/07/2016, às 13:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1239930** e o código CRC **4D439A9F**.

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: SP
Município: Mococa
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Mococa
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV
Nome Fantasia: RÁDIO ESPERANÇA E VIDA FM
Logradouro: RUA ALCIDES ZANCHI, 50
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.896.525/0001-82
Bairro: JARDIM ALVORADA
Número: S/N
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02896525000182

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 13730000
Número: S/N
Município: Mococa
Telefone: 00 0000000000

Logradouro: RUA ALCIDES ZANCHI, 50
Complemento:
Distrito: Mococa

Bairro: JARDIM ALVORADA
SubDistrito:

Estado: SP
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 13730000
Número: s/n
Município: Mococa

Logradouro: RUA ALCIDES ZANCHI, 50
Complemento:
Distrito:
SubDistrito:

Estado: SP

Telefone: 4102401
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 09/08/2002

Data Limite Instalação:**Número do Processo:** 538300001601999**Fistel:** 50011462167**Caixa:****Sequência:**

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

| Protocolo | Doc. SEI | Nº Ato | Tipo do documento | Órgão | Data Ato | Data DOU | Razão | Natureza |
|-----------|----------|--------|---------------------|-------|------------|------------|---|----------|
| | 150 | | Portaria | MC | 25/04/2000 | 02/05/2000 | Autoriza Executar Serviço | Jur. |
| | 19983 | | ATO | SCM | 15/10/2001 | 23/10/2001 | Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM | Téc. |
| | 187 | | Decreto Legislativo | CN | 08/08/2002 | 09/08/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jur. |
| | 31019 | | ATO | SCM | 12/11/2002 | 13/11/2002 | Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM | Téc. |
| | 302 | | Portaria | MC | 24/03/2014 | 25/03/2014 | Multa | Jur. |

Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV - CNPJ/CPF(02.896.525/0001-82)**Situação:** Entidade não possui débitos**Município/UF:** MOCOCA/SP**Canal:** 200**Indicativo:** ZYM754**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo ▼

Sábado ▼

06:00 ▼

24:00 ▼

✗



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Estado de São Paulo – DRMCTIC/SP

Processo nº: **53000.036553/2012-17**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV**

Em atenção ao Memorando nº 2727/2016/SEI-MCTIC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

| Descrição | Nº Processo | Situação Atual |
|---------------------------------------|-------------------|--|
| Registros de PAIs ativos | 53900.005887/2014 | <ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise de documentos, mas ainda não temos informações acerca das infrações cometidas, pois a entidade ainda não foi notificada. |
| Registros de PAIs ativos | 53504.003076/2013 | <ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise de Informe Anatel para aplicação da sanção;• Irregularidade apurada: art. 40, incisos XII e XV do Decreto 2.615/98 e art 28, item 12 alinea "c" do RSR.• Infração: (data de ocorrência: 12/12/2012). |
| Registros de PAIs concluídos (relação | 53000.050748/2012 | <ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD• (1250661);• Portaria nº 302, de 24/03/2014, publicada no Diário Oficial da União de 25/03/2014. MULTA. |

| | |
|-----------------------------|---|
| de antecedentes no SRD*) | 25/05/2014 - MULTA; |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Irregularidade apurada: art.40, inciso XV do Decreto 2.615/98. • Infração: (data de ocorrência: 12/11/2012). |

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 26/07/2016, às 10:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1250447** e o código CRC **41FD0540**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

| | DOCUMENTOS | | SIM | NÃO | Fls. / nº do doc. |
|------|--|------------------------------|-----|-----|----------------------------|
| | | | | | |
| 1 | Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada. | | | | |
| 1.1. | | O requerimento é tempestivo? | | | |

| | | | | |
|-----|---|--|--|--|
| 2 | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | | | |
| 3 | Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel. | | | |
| 4 | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual. | | | |
| 5 | Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998. | | | |
| 6 | Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. | | | |
| 7 | Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes. | | | |
| 8 | Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora. | | | |
| 9 | Relatório de apuração de infrações. | | | |
| 9.1 | Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização? | | | |
| 9.2 | Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica. | | | |

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

| | DOCUMENTOS | | SIM | Fls. / nº do doc. |
|------|---|------------------------------|-----|-------------------|
| | | | | |
| 1 | Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015. | | | |
| 1.1. | | O requerimento é tempestivo? | | |
| 1.2 | Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas? | | | |
| 2 | Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. | | | |
| 3 | Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. | | | |
| 4 | Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes. | | | |
| 5 | Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015. | | | |
| 6 | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | | | |
| 7 | Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel. | | | |
| 8 | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual. | | | |
| 9 | Relatório de apuração de infrações. | | | |
| | | | | |

| | | | |
|-----|--|--|--|
| 9.1 | Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização? | | |
| 9.2 | Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica. | | |

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

NOTA TÉCNICA Nº 5645/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.036553/2012-17**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mococa/SP**, por meio da Portaria nº **150**, publicada no DOU de 02/05/2000, e Decreto Legislativo nº **187**, publicado no DOU de 09/08/2002.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 09/08/2012. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, protocolou seu pedido de renovação de outorga em 02/08/2012, pagina nº 02, evento SEI (0427469), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011 (então vigente). O pleito da entidade é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE

**Associação de Comunicação Comunitária Cultural
Esperança e Vida**

QUADRO DIRETIVO

Eduardo Farias - Presidente

Silvano Donizeti da Silva - Vice-Presidente

Daniela Fernanda Paganotti dos Santos - Secretária

Marcelo Ribeiro dos Santos -
Tesoureiro

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998, a Norma nº 01/2011 e a Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

| | DOCUMENTOS | SIM | NÃO | PÁGINA E EVENTO SEI |
|-----|---|-----|-----|---|
| 1 | Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015. | X | | Ok, página 02 do evento SEI (0427469) |
| 1.1 | O requerimento é tempestivo? | X | | |
| 1.2 | Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas? | X | | |
| 2 | Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. | X | | Ok, páginas 08 a 18 do evento SEI (1233938) do documento 53900.042526/2016-55 |

| | | | | |
|-----|---|---|---|---|
| 3 | Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. | X | | Ok, páginas 04 a 07 do evento SEI (1233938) do documento 53900.042526/2016-55 |
| 4 | Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes. | X | | Ok, páginas 20 a 23 do evento SEI (1233938) do documento 53900.042526/2016-55 |
| 5 | Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015. | X | | Ok, páginas 15 e 16 do evento SEI (0427469) |
| 6 | Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. | X | | Ok, página 04 do evento SEI (0427469) |
| 7 | Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel. | X | | Ok, evento SEI (0993736) |
| 8 | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ válido e atual. | X | | Ok, página 06 do evento SEI (0427469) |
| 9 | Relatório de apuração de infrações. | X | | Ok, evento SEI (1250447) |
| 9.1 | Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização? | | X | |
| | Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto á | | | |

| | | | | |
|-----|---|--|---|--|
| 9.2 | renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica. | | X | |
|-----|---|--|---|--|

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas (evento SEI 1250447). No entanto, uma vez que não se observa aplicação de pena de revogação de autorização em caráter definitivo, **enquadram-se os documentos instrutórios do presente pedido na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR**, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016 (evento SEI 1737438).

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, **com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica**, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Técnico Administrativo**, em 17/03/2017, às 15:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/03/2017, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 10:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1737444** e o código CRC **0ECCBDB3**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.036553/2012-17**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 09/08/2012, a autorização outorgada à **Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Mococa / SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036553/2012-17 e nº 53830.000160/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/08/2012, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mococa/ SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53000.036553/2012-17

SEI nº 1737444

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.036553/2012-17**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
ESPERANÇA E VIDA - ACCEV**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº 53000.036553/2012-17 (ver documento 1737444), no qual a **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mocóca / SP**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 30/03/2017, às 17:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1760275** e o código CRC **602E5109**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.036553/2012-17**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à **Associação de**

Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Mocóca / SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MCTIC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036553/2012-17 e nº 53830.000160/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mocóca/ SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.036553/2012-17

SEI nº 1760275

PORTARIA Nº 1842/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036553/2012-17 e nº 53830.000160/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mocóca/ SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1788314** e o código CRC **1182E869**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.036553/2012-17, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Mocóca / SP.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1788348** e o código CRC **FDC5B5C0**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.036553/2012-17

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL
ESPERANÇA E VIDA - ACCEV

Assunto: Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos

Á: CODIN

Publique-se.Tendo em vista a assinatura da Portaria nº 1842/2017/SEI-MCTIC.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 23/06/2017, às 17:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1982883** e o código CRC **98DCC722**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.036553/2012-17

SEI nº 1982883

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 27/06/2017 14:12:32
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4398081
Data prevista de publicação: 28/06/2017
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

| Matérias | | | | |
|------------|-------------------------------|--------------------------------------|--------------|-------------------|
| Sequencial | Arquivo(s) | MD5 | Tamanho (cm) | Valor |
| 9958760 | ATO PORTARIA Nº 1107 MIN.rtf | 95cf3ea8fe43d8dc e5e3c9f3bc44ffa0 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958782 | ATO PORTARIA Nº 1823 MIN .rtf | c287e1ad41ece606 197bb6047baf84d2 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958783 | ATO PORTARIA Nº 1824 MIN.rtf | 770ac537fb34d5d5 0b091761cf104a5b | 7,00 | |
| | Total da matéria | | 7,00 | R\$ 231,28 |
| 9958784 | ATO PORTARIA Nº 1826 MIN.rtf | 199864d40913b32e 0058a90fbd7a25a8 | 7,00 | |
| | Total da matéria | | 7,00 | R\$ 231,28 |
| 9958785 | ATO PORTARIA Nº 1827 MIN .rtf | 396f92458762c911 64395a0c975deed3 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958786 | ATO PORTARIA Nº 1829 MIN .rtf | f32871f67521a858 07a7adb5eb3bb4e | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958787 | ATO PORTARIA Nº 1833 MIN .rtf | b01d37454701f47a 549fd9ce37c7db0f | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958788 | ATO PORTARIA Nº 1834 MIN .rtf | 1e66f393a3987523 d1f1b4d6d7f510bd | 7,00 | |
| | Total da matéria | | 7,00 | R\$ 231,28 |
| 9958789 | ATO PORTARIA Nº 1836 MIN .rtf | feb881ead9057c4c 7db8bb8f55e7d019 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958790 | ATO PORTARIA Nº 1837 MIN .rtf | b64b1b1265b65f42 87c8637b9542cfa0 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |

| | | | | |
|------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|---------------|---------------------|
| 9958791 | ATO PORTARIA Nº 1838 MIN .rtf | 51721f2583316db3 e3381c170a514ad6 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958792 | ATO PORTARIA Nº 1839 MIN.rtf | b65350ff4d8d8523 630770274e6644a0 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958793 | ATO PORTARIA Nº 1840 MIN .rtf | 07a3fac0aca48aeb 00138a162bb6fef1 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958794 | ATO PORTARIA Nº 1841 MIN .rtf | 05623b774b868a8f b11c53126d1dbc4f | 7,00 | |
| | Total da matéria | | 7,00 | R\$ 231,28 |
| 9958795 | ATO PORTARIA Nº 1842 MIN .rtf | 5da1f1e173098731 fde197c9424c5daf | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958796 | ATO PORTARIA Nº 1844 MIN .rtf | c5db4025e30f1bb8 0390a6125d2fb9e8 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958797 | ATO PORTARIA Nº 1845 MIN .rtf | 4e5d5d79346d6f5d 04f9d4ec919742c1 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958798 | ATO PORTARIA Nº 1869 MIN .rtf | 4323a08131ae9c5a 8f88050288753058 | 7,00 | |
| | Total da matéria | | 7,00 | R\$ 231,28 |
| 9958799 | ATO PORTARIA Nº 1873 MIN.rtf | 5f138f9f446734a7 53a14f61f1c757c9 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| 9958800 | ATO PORTARIA Nº 1874 MIN .rtf | ee4c7c882ff03b70 2db462554fccd853 | 6,00 | |
| | Total da matéria | | 6,00 | R\$ 198,24 |
| TOTAL DO OFICIO | | | 125,00 | R\$ 4.130,00 |



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.837-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006879/2013-92 e nº 53780.000076/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Felipe Guerra/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.838-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.025604/2012-77 e nº 53640.001780/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Angical/BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.839-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.061897/2013-37 e nº 53710.000235/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Bocaiuvense Pela Cidadania ABC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bocaiuva/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.840-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.011242/2014-55 e nº 53710.000704/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Mercedesana de Integração e Cultura, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mercês/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.841-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.005543/2014-40 e nº 53830.000402/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ARTÍSTICA DESPORTIVA E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NOVA CAMPINA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Campina/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.842-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.036553/2012-17 e nº 53830.000160/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mocóca/ SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.844-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065280/2012-18 e nº 53830.001862/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de outubro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Tabapuã / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.845-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000304/1999 e nº 53900.039515/2015-15, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de outubro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM SAMARITANO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Angelândia / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.869-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000848/1999 e nº 53900.002998/2014-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de agosto de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DA COMUNIDADE DE BREJO SANTO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Brejo Santo/CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.873-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001705/1998 e nº 53900.021662/2014-40, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra- ADEMA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Salto do Lontra/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.874-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.070695/2013-86 e nº 53710.000787/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de outubro de 2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Coqueiral/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.875-SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.062116/2013-21 e nº 53790.001161/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27 de Junho de 2013, a autorização outorgada à União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Lajeado/RS.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 07/06/2017, às 17:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1940240** e o código CRC **65985A1C**.

Referência: Processo nº 53000.036553/2012-17

SEI nº 1940240



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 31069/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA

Rua Alcides Zanchi, nº 50 - Bairro: Jardim Alvorada
13732-508 / Mococa - SP
CNPJ nº 02.896.525/0001-82

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.036553/2012-17.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA**, sediada em **Mocóca /SP**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **09/08/2012**, conforme Portaria nº 1842, de 07/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017 (cópia anexa).
2. Comunicamos ainda que a entidade deverá aguardar a emissão da nova Licença, que somente poderá ser emitida após a deliberação do Congresso Nacional acerca do ato de renovação, por meio de publicação do Decreto Legislativo no Diário Oficial da União.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 19/07/2017, às 10:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2036195** e o código CRC **4F32A9FC**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 31069/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.036553/2012-17 - Nº SEI: 2036195

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 31069/2017/SEI-MCTIC, 19/07/2017
53000.036553/2012-17ASSOC. DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
CULTURAL ESPERANÇA E VIDARua Alcides Zanchi, nº 50 – Jardim Alvorada
13.732-508 Mococa/SP

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTRicardo A. M. de Oliveira
Matr.: 8.113.272-7
Ag. de Correlôs

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 43566026 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Brasília, 30 de agosto de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.036553/2012-17, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de agosto de 2012, a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Mocóca/SP.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

| Nº EM | Nº PROCESSO | ENTIDADE INTERESSADA |
|----------|----------------------|---|
| 782/2017 | 53000.006879/2013-92 | Associação de Desenvolvimento Comunitário Felipense |
| 783/2017 | 53000.025604/2012-7 | Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical |
| 784/2017 | 53900.039515/2015-15 | Associação Beneficente Bom Samaritano |
| 786/2017 | 53900.041528/2015-46 | Associação E Movimento Comunitário Aliança |
| 787/2017 | 53900.034331/2015-51 | Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu |
| 788/2017 | 53000.062554/2013-90 | Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste |
| 789/2017 | 53000.007329/2014-71 | Associação de Moradores do Bravo |
| 790/2017 | 53000.017052/2013-12 | Associação Palmares de Radiodifusão |
| 791/2017 | 53000.061897/2013-37 | Associação Bocaiuvense Pela Cidadania ABC |
| 792/2017 | 53900.005543/2014-40 | Associação Comunitária Cultural, Artística, Desportiva E de Comunicação Social |
| 799/2017 | 53000.052747/2012-51 | Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local |
| 800/2017 | 53000.056227/2011-37 | Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas |
| 802/2017 | 53900.047630/2015-55 | Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá - CEARÁ |
| 804/2017 | 53900.046763/2015-12 | ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL PROJETO VIDA |
| 805/2017 | 53900.041608/2015-00 | Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã |
| 806/2017 | 53900.039579/2015-16 | ASCOCAVE - Associação Comunitária de Comunicação |
| 807/2017 | 53900.029926/2015-94 | Associação Comunitária de Comunicação E Cultura de Pompeia |
| 808/2017 | 53900.017336/2015-19 | Associação de Rádio Difusão Comunitária de Itapuranga |
| 809/2017 | 53900.020946/2014-19 | Associação Comunitária Rádio Golfinho FM |
| 810/2017 | 53000.057303/2012-11 | Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão do Bairro da Assembleia de Incentivo À Cultura, Arte, Esporte E Lazer |
| 811/2017 | 53900.002998/2014-11 | Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo |
| 812/2017 | 53000.065280/2012-18 | Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã |
| 813/2017 | 53000.036553/2012-17 | Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida |
| 814/2017 | 53900.021662/2014-40 | Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA |
| 815/2017 | 53000.070695/2013-86 | Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral |
| 816/2017 | 53000.069238/2013-49 | Associação Educativa São Simão |
| 817/2017 | 53000.062116/2013-21 | União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado |
| 822/2017 | 53900.050647/2015-90 | Associação Cultural Comunitária |
| 823/2017 | 53000.007031/2013-81 | Associação Cultural Comunitária de Itainópolis - ACCI |
| 824/2017 | 53900.008608/2014-17 | ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas |
| 825/2017 | 53000.059284/2011-78 | Associação Metropolitana Cultural e Artística Dom Aloiso Roque Opperman |
| 826/2017 | 53000.058113/2011-21 | Associação Comunitária de Radiodifusão |
| 827/2017 | 53000.056222/2011-12 | Associação Comunitária Sócio-Cultural Hermes Fontes |
| 828/2017 | 53000.059330/2011-39 | Associação de Difusão Comunitária de Nisia Floresta |
| 829/2017 | 53900.049087/2015-21 | Associação Comunitária Rosa de Saron - ACRS |
| 830/2017 | 53900.048244/2015-81 | Associação Comunitária Agenda - FM |
| 831/2017 | 53900.047617/2015-04 | Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina |
| 832/2017 | 53900.047345/2015-34 | Associação Cultural de Integração Comunitária |
| 833/2017 | 53900.046496/2015-75 | Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - Go E Distritos |
| 834/2017 | 53000.064515/2012-46 | Associação Comunitária Radiovida de Botuporã (ACRB) |
| 835/2017 | 53900.022015/2014-55 | Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta |
| 836/2017 | 53900.003004/2014-76 | Associação Cultural Comunitária de Itapagipe |

| | | |
|----------|----------------------|--|
| 837/2017 | 53900.048009/2015-17 | Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural E Artístico |
| 838/2017 | 53900.047727/2015-68 | Associação de Cultura de Brasília de Minas |
| 839/2017 | 53900.041793/2015-24 | Fundação Cultural Comunitária 'Educar' |
| 841/2017 | 53900.034546/2015-71 | Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão |
| 843/2017 | 53900.029948/2015-54 | Associação de Radiodifusão Comunitária de Taiúva - ARCT |
| 845/2017 | 53900.025954/2015-32 | Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II - ACORP |
| 847/2017 | 53000.062334/2013-66 | Fundação Manoel Paes |
| 850/2017 | 53900.008250/2015-03 | Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários E Culturais |

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria N° 1.317/2017, em 05/09/2017, às 19:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2189442** e o código CRC **46A27A1D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício n° 38583/2017/SEI-MCTIC - Processo n° 01250.000256/2016-11 - N° SEI: 2189442

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.036553/2012-17
Referência: Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 38583/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 27/09/2017, às 15:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2253352** e o código CRC **4CD87699**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.036553/2012-17

SEI nº 2253352

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 -Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 -Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 -Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 -Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 -Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

| | |
|----------------------|-------------------------|
| 53000.030397/2012-72 | EM nº 0553/2018 |
| 53000.009024/2012-32 | EM nº 0555/2018 |
| 53900.009151/2015-31 | EM nº 0550/2018 |
| 53000.064009/2013-38 | EM nº 0551/2018 |
| 53900.000271/2014-91 | EM nº 0038/2018 |
| 53900.016778/2016-29 | EM nº 0029/2018 |
| 53000.049242/2012-18 | EM nº 0323/2017 |
| 53000.052684/2013-14 | EM nº 0568/2017 |
| 53000.054982/2012-68 | EM nº 0445/2017 |
| 53000.057297/2012-93 | EM nº 0420/2017 |
| 53000.030840/2012-13 | EM nº 0446/2017 |
| 53000.015829/2013-04 | EM nº 0443/2017 |
| 53000.053176/2013-53 | EM nº 0314/2017 |
| 53000.065155/2013-81 | EM nº 0441/2017 |
| 53000.007050/2013-15 | EM nº 0195/2017 |
| 53000.056214/2011-68 | EM nº 0285/2017 |
| 53000.007687/2014-84 | EM nº 0194/2017 |
| 53900.017162/2015-94 | EM nº 0338/2017 |
| 53000.006481/2010-11 | EM nº 0545/2018 |
| 53000.055599/2007-60 | EM nº 0484/2017 |
| 53000.052021/2011-38 | EM nº 0360/2017 |
| 53000.056217/2011-00 | EM nº 0274/2017 |
| 00001.004765/2018-46 | Ofício 0327/2018-GCH-CD |
| 53000.039908/2003-21 | EM nº 0507/2018 |
| 53900.047853/2016-01 | EM nº 0504/2018 |

| | |
|----------------------|-----------------|
| 53900.016488/2015-02 | EM nº 0506/2018 |
| 53000.022925/2012-10 | EM nº 0501/2018 |
| 53000.042414/2013-03 | EM nº 0546/2018 |
| 53000.020988/2012-31 | EM nº 0503/2018 |
| 53000.043010/2012-48 | EM nº 0502/2018 |
| 53670.001341/2001-65 | EM nº 0505/2018 |
| 53900.011448/2014-85 | EM nº 0531/2018 |
| 01250.034988/2018-69 | EM nº 0533/2018 |
| 01250.048763/2017-17 | EM nº 0542/2018 |
| 53900.024997/2014-10 | EM nº 0517/2018 |
| 53900.034082/2015-01 | EM nº 0516/2018 |
| 53900.037331/2014-21 | EM nº 0515/2018 |
| 53900.034520/2015-23 | EM nº 0525/2018 |
| 53900.044560/2015-83 | EM nº 0526/2018 |
| 53900.041939/2015-31 | EM nº 0514/2018 |
| 53900.024692/2014-16 | EM nº 0530/2018 |
| 53900.001273/2016-60 | EM nº 0541/2018 |
| 53900.017145/2015-57 | EM nº 0521/2018 |
| 53900.013241/2015-26 | EM nº 0532/2018 |
| 53900.009333/2014-21 | EM nº 0512/2018 |
| 53000.016596/2013-59 | EM nº 0518/2018 |
| 53900.014648/2014-90 | EM nº 0519/2018 |
| 53900.017091/2015-20 | EM nº 0520/2018 |
| 53900.043270/2015-12 | EM nº 0513/2018 |
| 53900.050381/2015-85 | EM nº 0528/2018 |

| | |
|-----------------------|--------------------------------------|
| 53900.027712/2014-01 | EM nº 0524/2018 |
| 53900.048226/2015-07 | EM nº 0527/2018 |
| 53000.007913/2014-27 | EM nº 0529/2018 |
| 53900.022443/2014-88 | EM nº 0485/2018 |
| 53000.009433/2013-10 | EM nº 0499/2018 |
| 53900.038863/2014-86 | EM nº 0722/2017 |
| 53900.042143/2015-04 | EM nº 0724/2017 |
| 53000.007973/20012-88 | EM nº 1054/2017 |
| 53900.007823/2014-92 | EM nº 0413/2018 |
| 53900.073493/2015-12 | EM nº 0389/2018 |
| 53900.011113/2014-67 | Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC |
| 01250.059013/2017-62 | Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC |
| 53000.001683/2014-92 | Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC |
| 53900.017343/2015-11 | Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC |
| 53000.013433/2010-71 | Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC |
| 53900.013163/2015-60 | Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC |
| 53900.017133/2015-22 | Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC |
| 53000.065773/2013-21 | Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC |
| 53900.008953/2015-23 | Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC |
| 53000.015613/2013-31 | Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC |
| 53900.047623/2015-53 | Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC |
| 53900.016403/2015-88 | Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC |
| 53900.026403/2015-96 | Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC |
| 53900.042013/2015-63 | Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC |
| 53900.029943/2015-21 | Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC |

| | |
|----------------------|--------------------------------------|
| 53900.046473/2015-61 | Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC |
| 53000.061863/2006-13 | Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC |
| 53900.016433/2015-94 | Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC |
| 53000.007663/2014-25 | Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC |
| 53000.043803/2012-67 | Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC |
| 53000.006763/2012-72 | Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC |
| 53900.028013/2014-70 | Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC |
| 53000.007683/2014-04 | Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC |
| 53900.014053/2014-34 | Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC |
| 53900.016483/2016-52 | Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC |
| 53000.007963/2012-42 | Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC |
| 53900.050703/2015-96 | Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC |
| 53000.066813/2013-51 | Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC |
| 53900.046743/2015-33 | Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC |
| 00001.001003/2018-98 | Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC |
| 53000.001033/2012-85 | Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC |
| 53000.071343/2013-48 | Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC |
| 53000.043713/2013-57 | Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC |
| 53000.055773/2011-51 | Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC |
| 53900.009743/2014-71 | Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC |
| 53000.055803/2012-18 | Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC |
| 53000.061913/2013-91 | Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC |
| 53000.007503/2006-76 | Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC |
| 53000.043193/2011-11 | Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC |
| 53900.020193/2016-11 | Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC |

| | |
|-----------------------------|--|
| 53000.006483/2012-64 | Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC |
| 53000.055153/2010-31 | Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC |
| 53900.017153/2015-01 | Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC |
| 53000.056613/2011-29 | Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC |
| 53000.004483/2010-68 | Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC |
| 53000.056113/2011-97 | Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC |
| 53000.054723/2012-37 | Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002) |
| 53900.002813/2016-22 | Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756) |
| 53000.059283/2011-23 | Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346) |
| 53900.061443/2015-84 | Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600) |
| 53000.060033/2013-06 | Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495) |
| 53900.042113/2015-90 | Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640) |
| 53000.055723/2011-73 | Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798) |
| 53000.059473/2011-41 | Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543) |
| 53900.038993/2015-08 | Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220) |
| 53000.056613/2013-91 | Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715) |
| 53900.041793/2015-24 | Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895) |
| 53000.058113/2011-21 | Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704) |
| 53900.046763/2015-12 | Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211) |
| 53900.005543/2014-40 | Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459) |
| 53000.036553/2012-17 | Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472) |
| 53000.003653/2013-30 | Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876) |
| 53000.058083/2011-53 | Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512) |
| 53000.056213/2011-13 | Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699) |

| | |
|----------------------|---|
| 53000.065763/2013-95 | Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566) |
| 53900.006983/2014-14 | Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816) |
| 53569.000463/2014-16 | Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647) |
| 53000.051423/2012-04 | Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692) |
| 53000.010093/2013-70 | Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756) |
| 53000.058133/2011-01 | Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573) |
| 53000.028473/2013-61 | Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135) |
| 53000.049063/2007-13 | Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579) |
| 53000.015823/2013-29 | Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620) |
| 53000.070013/2013-35 | Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059) |
| 53000.070233/2013-69 | Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412) |
| 3900.005813/2014-12 | Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506) |
| 53000.054603/2012-30 | Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396) |
| 53000.055673/2012-13 | Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643) |
| 53000.047873/2012-94 | Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419) |
| 53000.021323/2012-45 | Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270) |
| 53000.055763/2011-15 | Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991) |
| 53000.058143/2011-38 | Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455) |
| 53900.020573/2014-86 | Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618) |
| 53000.056993/2012-82 | Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657) |
| 53900.029293/2014-33 | Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222) |
| 53000.065857/2011-01 | Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820) |
| 53900.024997/2014-10 | Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704) |

| | |
|----------------------|---|
| 53000.030007/2005-35 | Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610) |
| 53000.056217/2011-00 | Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697) |
| 53000.007687/2014-84 | Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330) |
| 53000.057297/2012-93 | Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041) |
| 53000.030397/2012-72 | Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218) |
| 53900.022527/2014-11 | Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398) |
| 53000.059717/2011-95 | Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840) |
| 53900.023727/2014-91 | Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334) |
| 53900.034197/2015-98 | Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077) |
| 53000.040197/2013-13 | Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583) |
| 53000.062227/2013-38 | Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688) |
| 53900.047647/2015-11 | Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038) |
| 53900.029947/2015-18 | Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169) |
| 53000.058097/2011-77 | Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498) |
| 53900.006047/2014-11 | Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454) |
| 53000.039597/2011-18 | Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120) |
| 53790.000407/2000-52 | Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598) |
| 53000.058347/2013-31 | Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276) |
| 53000.011767/2014-34 | Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649) |
| 53900.015077/2015-91 | Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466) |
| 53900.050577/2016-51 | Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419) |
| 53000.007037/2013-58 | Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824) |
| 53000.004357/2012-75 | Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473) |
| 53900.045907/2016-96 | Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915) |

| | |
|----------------------|---|
| 53000.071797/2013-19 | Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022) |
| 53900.045557/2016-68 | Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991) |
| 53900.017337/2015-63 | Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897) |
| 53900.017347/2015-07 | Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857) |
| 53900.034487/2015-31 | Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130) |
| 53000.057937/2012-65 | Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458) |
| 53900.047647/2015-11 | Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038) |
| 53000.041397/2012-06 | Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069) |
| 53000.058147/2011-16 | Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135) |
| 53900.035797/2015-73 | Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214) |
| 53900.050617/2015-83 | Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844) |
| 53900.045447/2015-15 | Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838) |
| 53900.050637/2015-54 | Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695) |
| 53900.008677/2015-01 | Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649) |
| 53000.003257/2014-93 | Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161) |
| 53900.026027/2014-59 | Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143) |
| 53900.017937/2015-21 | Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867) |
| 53000.069977/2013-31 | Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122) |
| 53000.007107/2013-78 | Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390) |
| 53900.039587/2015-54 | Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293) |
| 53900.004157/2014-31 | Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050) |
| 53000.018567/2013-21 | Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289) |
| 53000.045037/2013-56 | Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352) |
| 53900.007957/2014-11 | Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563) |

| | |
|----------------------|--|
| 53900.047997/2015-79 | Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656) |
| 53900.008967/2014-66 | Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858) |
| 53900.048797/2015-33 | Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982) |
| 53900.049257/2015-77 | Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323) |
| 53900.009307/2014-01 | Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471) |
| 53900.055547/2015-50 | Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947) |
| 53000.050217/2012-79 | Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854) |
| 53000.065557/2013-85 | Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537) |
| 53000.068677/2013-34 | Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265) |
| 53900.000757/2014-21 | Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287) |
| 53000.015797/2013-39 | Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244) |
| 53000.031927/2012-08 | Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176) |
| 53000.034057/2003-20 | Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430) |
| 53000.056247/2011-16 | Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565) |
| 53000.005567/2013-61 | Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269) |
| 53000.021797/2014-59 | Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398) |
| 53000.015837/2013-42 | Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335) |
| 53000.003387/2012-64 | Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697) |
| 53000.043077/2012-82 | Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429) |
| 53000.041617/2013-74 | Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479) |
| 53000.058587/2011-73 | Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253) |
| 53000.006767/2012-51 | Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276) |
| 53000.057527/2011-33 | Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429) |

| | |
|----------------------|--|
| 53000.039997/2012-04 | Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787) |
| 53900.003577/2014-16 | Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278) |
| 53900.001487/2014-74 | Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243) |
| 53000.014127/2010-52 | Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106) |
| 53000.071367/2013-05 | Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936) |
| 53000.055757/2011-68 | Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350) |
| 53000.052857/2011-32 | Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660) |
| 53900.040337/2016-48 | Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860) |
| 53000.013347/2011-40 | Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829) |
| 53900.002457/2015-66 | Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460) |
| 53900.017327/2015-28 | Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417) |
| 53000.055767/2011-01 | Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366) |
| 53000.071647/2013-13 | Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505) |
| 53000.020077/2012-12 | Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089) |
| 53900.046737/2015-86 | Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091) |
| 53000.058117/2011-18 | Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010) |
| 53900.041797/2015-11 | Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240) |
| 53900.047727/2015-68 | Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880) |
| 53900.049087/2015-21 | Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769) |
| 53900.047617/2015-04 | Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853) |
| 53900.050647/2015-90 | Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628) |
| 53000.061897/2013-37 | Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494) |
| 53000.052747/2012-51 | Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504) |
| 53000.056227/2011-37 | Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615) |

| | |
|----------------------|---|
| 53900.017267/2015-43 | Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162) |
| 53000.020797/2013-51 | Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186) |
| 53900.017067/2015-91 | Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130) |
| 53000.007057/2013-29 | Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794) |
| 53900.042147/2015-84 | Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380) |
| 53000.058137/2011-81 | Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420) |
| 53000.049727/2012-01 | Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403) |
| 53900.021997/2014-68 | Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722) |
| 53900.008337/2014-91 | Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146) |
| 53000.017857/2013-58 | Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126) |
| 53000.049117/2012-08 | Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425) |
| 53000.006807/2013-45 | Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586) |
| 53000.017967/2013-10 | Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086) |
| 53900.009247/2014-18 | Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202) |
| 53000.070507/2013-10 | Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809) |
| 53000.029227/2012-45 | Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003) |
| 53000.041817/2011-65 | Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286) |
| 53000.000127/2013-18 | Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693) |
| 53000.019647/2013-02 | Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048) |
| 53900.017747/2014-23 | Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371) |
| 53000.068877/2013-97 | Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563) |
| 53000.000307/2014-81 | Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080) |
| 53000.061497/2013-21 | Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315) |
| 53000.062557/2013-23 | Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364) |

| | |
|--|---|
| 53000.005447/2010-11 | Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781) |
| 53900.003257/2014-41 | Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852) |
| 53900.042127/2015-11 | Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518) |
| 53900.041857/2015-97 | Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463) |
| 53000.051427/2012-84 | Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461) |
| 53900.049367/2015-39 | Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842) |
| 53000.047027/2012-74 | Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680) |
| 53000.055907/2013-03 | Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633) |
| | |
| 53900.039719/2015-48 | Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247) |
| 53000.028019/2012-29 | Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041) |
| 53000.048669/2012-91 | Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629) |
| 53900.006389/2014-23 | Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128) |
| 53000.036049/2012-17 | Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499) |
| 53000.007039/2013-47 | Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279) |
| 53000.014269/2012-81 | Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695) |
| 53000.009819/2014-11 | Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909) |
| 53900.041679/2015-02 | Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114) |
| 53000.056639/2012-58 | Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144) |
| 53900.039649/2015-28 | Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464) |
| 53000.015779/2013-57 | Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944) |
| 53900.048239/2015-78 | Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927) |
| 53000.070169/2013-16 | Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655) |
| 53900.017339/2015-52 | Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949) |
| | |
| 53000.059219/2013-12 - Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494) | |
| 53000.057439/2011-31 - Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288) | |

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.036553/2012-17.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ESPERANÇA E VIDA - ACCEV.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/07/2019, às 20:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4346379** e o código CRC **89346062**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.036553/2012-17, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, inscrita no CNPJ nº 02.896.525/0001-82, explore pelo prazo de dez anos a partir de 09 de agosto de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mocóca, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5645/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1842, de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.036553/2012-17

SEI nº 4346379

Brasília, 2 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.036553/2012-17, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida, inscrita no CNPJ nº 02.896.525/0001-82, explore pelo prazo de dez anos a partir de 09 de agosto de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mocóca, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5645/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1842, de 07 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37108/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.036553/2012-17.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4701112** e o código CRC **7CAB9FAB**.